

Universidade Federal do Rio Grande do Sul -UFRGS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH
Programa de Pós Graduação em Sociologia - PPGS

OS JOVENS AGRICULTORES E SEUS PROJETOS PROFISSIONAIS:

Um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz / RS.

Aluno: Nilson Weisheimer

Porto Alegre, março de 2004

Universidade Federal do Rio Grande do Sul -UFRGS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH
Programa de Pós Graduação em Sociologia - PPGS

OS JOVENS AGRICULTORES E SEUS PROJETOS PROFISSIONAIS:

Um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz / RS.

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Sociologia -
IFCH / UFRGS como pré-requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em
Sociologia.

Aluno: Nilson Weisheimer

Prof^a. Orientadora: Dr.^a Anita Brumer

Porto Alegre, março de 2004

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar um trabalho com a dimensão de uma Dissertação de Mestrado, rememora-se o caminho percorrido e verifica-se que este foi resultado de um laborioso esforço para o qual contribuíram diversas pessoas e instituições, cuja gratidão exige ao menos a recompensa simbólica de uma menção em forma de agradecimento.

A CAPES, que concedeu a bolsa de estudos que tornou possível a dedicação integral ao curso de Mestrado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UFRGS, pelo elevado nível de seu corpo docente.

A minha orientadora Prof^ª. Dr.^a Anita Brumer, por ter acreditado na pertinência do tema de estudo e por ter contribuído de forma decisiva para a minha formação intelectual.

Aos Professores Doutores Sérgio Schneider e Zander Navarro, do PGDR, pelo apoio e incentivo para o desenvolvimento desse tema de estudo.

As funcionárias do PPG-Sociologia, em especial a Rejiane J.M. Accolsi, por serem solícitas sempre que necessário.

Aos colegas de Mestrado e Doutorado, em especial a Alexandre Medeiros, César Beiras e Xavier Freire, pelo companheirismo.

Ao amigo Mauro Livreiro por ter sido o garimpador de leituras preciosas a esse trabalho.

A Prefeitura Municipal de Feliz/RS, mais especificamente a Secretaria Municipal de Agricultura pelas informações prestadas.

Aos funcionários do escritório da Emater de Feliz/RS pelo apoio e orientação durante o trabalho de campo.

Aos professores e alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ivany Kayser, de Feliz /RS, por aceitarem participar do grupo focal.

A todos os jovens agricultores de Escadinhas por compartilharem comigo seus projetos profissionais.

Aos meus pais, Maria Rosária e Élio Pedro Weisheimer, pelo apoio, incentivo e compreensão.

A minha esposa Ana Paula Comin de Carvalho, por sua dedicação, amor e companheirismo sem as quais este trabalho não seria possível.

As minhas filhas amadas Camila e Isadora pelo carinho e paciência diante da minha ausência. É para vocês que dedico este trabalho.

Não é Sérió

*Eu vejo na TV
O que eles falam sobre o jovem
Não é sérió
O jovem no Brasil
Nunca é levado a sérió
Sempre quis falar
Nunca tive chance
Tudo que eu queria
Estava fora do meu alcance*

(CHARLIE BROWN JR. São Paulo; EMI, 2000.)

Na juventude encontra-se ainda um conjunto de imagens fortes, de modos de pensar, de representações de si própria e também da sociedade como um todo. Estas imagens constituem um dos grandes campos de batalha do simbólico. A sociedade plasma uma imagem dos jovens, atribui-lhes caracteres e papéis, trata de impor-lhes regras e valores e constata com angústia os elementos de desagregação associados a esse período de mudança, os elementos de conflito e as resistências inseridas nos processos de integração e reprodução social. Portanto, para além das taxinomias mais consolidadas (as referentes à época da vida, da maioria do ponto de vista dos direitos civis ou políticos, ou da responsabilidade penal), vamos então interrogar-nos sobre as representações mais vagas, e quem sabe mais esclarecedoras, dos papéis sociais da juventude. (LEVI; SCHMIT (org.) História dos Jovens. v1. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.12)

RESUMO

Analisando, nesta dissertação, o processo social de construção de projetos profissionais por jovens agricultores, segundo sua condição de gênero. Para isto, foi desenvolvido um estudo de caso junto a agricultores familiares do bairro de Escadinhas, no município de Feliz/RS. Esta questão geral foi abordada a partir das dinâmicas internas das unidades de produção familiar, selecionando-se cinco variáveis: a condição fundiária relativa à posse e ao tamanho da unidade produtiva; a renda agrícola obtida pela família; a socialização dos jovens no processo de trabalho da agricultura familiar; as representações destes sobre o trabalho agrícola; e as avaliações sobre modo de vida de seus pais. Busquei perceber a influência desses elementos na elaboração dos projetos profissionais desta juventude. Os jovens agricultores são vistos como uma categoria específica caracterizada por uma singular inserção nos processos de produção e reprodução da agricultura familiar. Os projetos profissionais que indicam as disposições de rapazes e moças em permanecerem ou não na agricultura familiar aparecem como resultado de fatores objetivos e subjetivos que implicam em posições e papéis diferenciados desempenhados por eles no interior das unidades produtivas. Enquanto os filhos homens são preparados por um longo processo de socialização no trabalho agrícola como sucessores dos pais nessa atividade, o mesmo processo impulsiona as filhas mulheres a buscarem se inserir no mercado de trabalho não agrícola.

ABSTRACT

I analyze in this dissertation the social process of construction of agricultural youth's professional projects, according to gender condition. For this, a case study was developed with family farmers in the neighborhood of Escadinhas, in the county of Feliz / RS. The analysis included the internal dynamics of the units of family production, being selected five variables: land ownership condition; agricultural income; the youths' socialization process in the family agricultural work; the representations of the youths about the agricultural work; and the youths evaluations of their parents' way of life. I tried to verify how these elements influence in the elaboration of the youth's professional projects. The agricultural youths are seen as a specific category, characterized by a singular insertion in the production and reproduction process of the family farm. The professional projects that indicate the young men and women dispositions to stay or not in the family farm are show up to be the result of objective and subjective factors that imply in positions and differentiated papers carried out by them inside the productive units. While the young men are prepared to be farmers through a long socialization process and are deemed to be the parents' successors in this activity, the young women' socialization process impels them to their insertion in the non agricultural labor market.

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO.....	12
O Universo de Estudo.....	23
O Método de Pesquisa.....	30
A Pesquisa de Campo.....	37
Estrutura de exposição do Trabalho.....	41
CAPÍTULO 1: Agricultura Familiar e Teoria Social.....	44
1.1 - O marxismo clássico e a inviabilidade do campesinato sob o capitalismo.....	50
1.2 - Chayanov e a especificidade da economia camponesa.....	59
1.3 - Jerzy Tepicht: o campesinato como um modo de produção (subordinado).....	63
1.4 - Mendras e Shanin: tipologias das “ <i>Sociedades Camponesas</i> ”.....	68
1.5- Abramovay: Moderna Agricultura Familiar.....	74
1.6 - Agricultura Familiar: síntese teórica.....	77
CAPÍTULO 2: Os Jovens Agricultores como Categoria Sociológica.....	82
2.1 - A Contribuição da Sociologia da Juventude.....	83
2.1.1 - As Fronteiras da Juventude.....	85
2.1.2 - A Relação entre as Gerações e o Processo de Socialização.....	90
2.1.3 - Juventude como Realidade Múltipla.....	94
2. 2 - Categorizações do Jovem Rural.....	98
2. 2. 1 - Sustaita: O <i>Continuum</i> Rural – Urbano e a Personalidade Básica.....	99
2.2.2 - Guigou: Juventude e a Nova Ruralidade.....	102

2.2.3 - John Durston: O Problema da exclusão social dos jovens rurais latino-americanos.....	105
2.3 - A Especificidade dos Jovens Agricultores.....	109
CAPÍTULO 3: Condições Materiais e Projetos dos Jovens Agricultores.....	118
3.1. A situação fundiária e econômica dos jovens agricultores de Escadinhas.....	120
3.2. Relação entre Condição Fundiária e Projetos Profissionais.....	127
3.3. Relação entre Renda Agrícola e Projetos Profissionais.....	135
CAPÍTULO 4: Os jovens no Processo de Trabalho da Agricultura Familiar.....	141
4.1 O Processo de Trabalho Familiar Agrícola.....	142
4.2 A divisão do trabalho e papéis sociais na família agricultora.....	149
4.3 Padrões Temporais das Ocupações de Rapazes e Moças.....	158
CAPÍTULO 5: As Representações dos Jovens sobre o Trabalho Agrícola e sobre o Modo de Vida de seus Pais.....	171
5.1 -O conceito de Representação Social.....	172
5.2 - As representações dos Jovens sobre o Trabalho Agrícola.....	183
5.3 - Avaliação dos jovens sobre o modo de vida dos pais.....	194
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	201
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	208

LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS:

- **Gráfico 01:** Quem realiza as tarefas administrativas da U.P.F. (%).....153
- **Gráfico 02:** Quem realiza o trabalho agrícola da U.P.F. (%).....155
- **Gráfico 03:** Quem faz os trabalhos domésticos da U.P.F. (%).....157
- **Gráfico 04:** Tempo médio das ocupações de Rapazes e Moças (%).....162
- **Quadro 01:** Dimensões da análise, suas variáveis e indicadores.....34
- **Quadro 02:** Características do Processo Juvenil segundo Durston.....105
- **Tabela 01:** Estrutura Fundiária e Contabilidade das Unidades de Produção Familiar: Escadinhas- 2003.....124
- **Tabela 02:** Relação entre Propriedade da Terra e Projeto Profissional de Rapazes e Moças (%).....128
- **Tabela 03:** Relação entre Grupos de Área (ha) e Projeto Profissional de Rapazes e Moças(%)..... 134
- **Tabela 04:** Relação entre Grupos de Renda Agrícola (R\$) e Projeto Profissional de Rapazes e Moças (%).....136
- **Tabela 05:** Relação entre Forma de Remuneração e Projeto Profissional de Rapazes e Moças (%).....137
- **Tabela 06:** Divisão do Trabalho na Família.....150
- **Tabela 07:** Ocupação por turno nos dias da semana / Rapazes (%).....163
- **Tabela 08:** Ocupação por turno nos dias da semana / Moças (%).....164

- **Tabela 09:** Relação entre Ocupação Principal e Projeto Profissional de Rapazes e Moças (%).....167
- **Tabela 10:** Tarefas Agrícolas que mais gosta por gênero: Rapazes e Moças (%).....189
- **Tabela 11:** Tarefas Agrícolas que menos gosta por gênero: Rapazes e Moças (%).....191
- **Tabela 12:** Relação entre Nota Atribuída ao Trabalho Agrícola e Projeto Profissional de Rapazes e Moças (%).....193
- **Tabela 13:** Relação entre Nota Atribuída ao Modo de Vida dos Pais e Projeto Profissional de Rapazes e Moças (%).....197
- **Tabela 14:** Relação entre Projeto de Moradia e Projeto Profissional de Rapazes e Moças (%).....199

INTRODUÇÃO

Esta Dissertação de Mestrado é um exercício de pesquisa social empírica que teve como objeto a elaboração de projetos profissionais por jovens agricultores, comparando-os segundo suas condições de gênero. A base empírica sobre qual se apóia a análise foi obtida através de um estudo de caso realizado junto a agricultores familiares do bairro de Escadinhas no Município de Feliz, localizado no Vale do Caí no Estado do Rio Grande do Sul.

Ao longo deste estudo faço uso da categoria analítica de *jovem agricultor* para demarcar a especificidade dos jovens na *agricultura familiar*. Os jovens agricultores são membros de uma unidade doméstica que é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção agrícola, assim, a socialização destes jovens será marcada por uma peculiar inserção no processo de trabalho da agricultura familiar. O que recoloca no centro da análise a dimensão do trabalho como elemento que confere sentido sociológico à categoria social em questão.

O interesse por estudar os projetos profissionais dos jovens agricultores originou-se da constatação de que o êxodo rural que atinge as áreas caracterizadas pela presença da agricultura familiar tem nos jovens o seu principal contingente populacional. Ou seja, é marcante a participação da juventude nos atuais movimentos migratórios do campo para a cidade em todo território brasileiro.

Segundo os dados disponibilizados pelo IBGE referente ao censo de 2000, há 34.081,330 jovens com 14 a 24 anos de idades no Brasil, sendo que apenas 18% deles encontra-se residindo no meio rural. Na região sul do Brasil, os jovens entre 15 a 29 anos de idade chegam a representar 27% da população rural. Ainda segundo este instituto, entre 1991 a 2000 houve uma redução de 26% da população jovem no meio rural¹.

Os processos migratórios respondem pelo esvaziamento e masculinização da população rural. Os dados demográficos do IBGE têm sido utilizados para demonstrar a transformação social que vem ocorrendo no Brasil nos últimos 50 anos. Em 1950 a população residente em zonas rurais correspondia a 63,8% da população total brasileira. Já no ano de 2000, esta proporção havia caído para 18,8% do total da população do país. É importante perceber que, na década de 50, o contingente que mais migrou correspondia à faixa dos 30 a 39 anos de idade. Já nos anos 90, ocorreu um deslocamento populacional, principalmente para faixa etária de 20 a 24 anos (ABRAMOVAY; CAMARANO,1999).

¹ Infelizmente não dispomos ainda de dados agregados que possibilitem por em evidência as dimensões demográficas dos jovens agricultores, uma vez que instituições como o IBGE, pautam seus levantamentos com base em domicílios em áreas urbanas ou rurais.

Outra característica importante do processo migratório recente é a participação feminina. As mulheres migram mais que os homens, representando 52% do total da migração jovem. De acordo com o censo de 1991, para o total do Brasil, enquanto 20,8% dos jovens do sexo masculino entre 15 a 24 anos de idade eram migrantes, para as moças desta mesma faixa etária a proporção de migrantes era de 24,2%. Na região Sul do país, de um total de 2.181.868 migrantes do sexo masculino, 21,5% tinha idades entre 15 a 24 anos, enquanto que a migração feminina na mesma faixa etária foi de 24,6% (BAENINGER, 1998, tab. 14, p. 46). Ou seja, conforme estes dados, configura-se um predomínio juvenil e feminino no processo migratório campo – cidade.

Este processo migratório tem sido explicado ora por fatores de atração (a integração ao mercado de trabalho urbano ou a inserção social via escolarização, ambas vinculadas às expectativas de melhores condições de vida); ora por fatores de exclusão, que levam em conta as condições de vida no meio rural. Reconhecemos a importância dos fatores de atração, mas estes, de um modo geral, apresentam-se como alternativa para a juventude em contraponto à falta de perspectivas de continuar como agricultor(a) ou ocuparem-se em atividades não agrícolas em suas comunidades de origem. Entendemos que o êxodo rural, enquanto mobilidade horizontal das populações, resulta da conjunção de ambos os fatores, visto que um deles é componente inseparável do outro.

Sem desconsiderarmos a complexidade envolvida neste processo migratório que tem acompanhado o desenvolvimento da sociedade brasileira nas últimas décadas, pensamos que é possível encontrar elementos explicativos da migração juvenil e

feminina na própria natureza da agricultura de tipo familiar e nas dinâmicas internas das famílias, particularmente nas possibilidades que se oferecem a rapazes e moças ao longo de sua socialização na atividade agrícola.

A dinâmica do desenvolvimento capitalista vem determinando transformações nas condições de reprodução do capital e da força de trabalho da agricultura familiar, fazendo do meio rural um espaço social cada vez mais complexo. No caso brasileiro, de condições geralmente adversas às pequenas unidades produtivas, os jovens filhos de agricultores familiares vêm reduzidas suas possibilidades de permanência na agricultura como produtores independentes e, ao mesmo tempo, aparecem novas oportunidades de inserção profissional no mercado de trabalho não agrícola.

Esse fato tem implicações sociológicas relevantes, uma vez que, de um modo geral, a continuidade da profissão agrícola depende da reprodução social com base familiar. Isso porque a sucessão na agricultura familiar tende a ser endógena, com pelo menos um filho sucedendo o pai na administração da unidade produtiva, sendo pouco freqüente a adesão a essa atividade profissional por pessoas sem vivência familiar nesse ramo.

Neste contexto, evidencia-se um impasse na reprodução social dos agricultores familiares, visto que, por diferentes razões, os jovens agricultores passam cada vez mais a formular projetos profissionais que apontam para a saída da agricultura. Assim, parece-nos pertinente estudar as tendências de reprodução social dos agricultores familiares a partir da análise da elaboração dos projetos profissionais dos jovens

agricultores que, não raramente, emergem em contradição com os projetos coletivos de suas famílias.

Utilizo a noção de projeto trazida à sociologia por Alfred Schütz (1979), que a concebe como conduta organizada para atingir finalidades específicas. Para este autor:

Projetar, como qualquer outra antecipação de eventos futuros, traz consigo horizontes em aberto, que somente serão preenchidos através da materialização do evento antecipado; em consequência para o ator, o significado do ato projetado tem, necessariamente, de diferir do ato projetado. (SCHÜLTZ, 1979, p. 139)

Ou seja, todo projeto, como o futuro em aberto, tem um grande grau de indeterminação e pode ser alterado ao longo da trajetória dos atores sociais. Assim, as condições de realização do projeto importam menos, para este estudo, do que a formulação dos projetos em si mesmos, sendo possível tomá-los enquanto expressões da maneira como os jovens se posicionam nesse espaço social em transformação, indicando suas disposições de permanecerem ou não na atividade agrícola. Dito de outro modo, os projetos profissionais remetem às representações dos jovens quanto as suas possibilidades futuras de permanência ou saída da atividade agrícola.

Como será visto, os projetos são elaborados como um esforço de reflexividade² dos jovens. A formulação de um projeto profissional é vista como expressão de uma vontade de *vir a ser* que reflexivamente constitui-se a partir da avaliação das

² Refiro-me à capacidade reflexiva dos agentes no sentido de serem capazes de compreender o que fazem enquanto fazem. Conforme Giddens (1989), na modernidade há uma constante monitoração reflexiva da ação, esta inerente à competência dos agentes para o desenvolvimento eficaz das suas práticas. Quanto à capacidade dos agentes ele distingue a consciência discursiva da consciência prática.

possibilidades futuras construídas ao longo das trajetórias ou das biografias dos atores sociais que formam seu estoque de conhecimentos. Através da definição de um projeto profissional cria-se a orientação para o estabelecimento de objetivos e a organização dos meios necessários através dos quais esses poderão ser atingidos (SCHÜLTZ, 1979).

Para evitar um possível viés racionalista, com ênfase na consciência individual, seguimos a orientação de Gilberto Velho (1984), fazendo uso da noção de campo de possibilidades (os projetos são influenciados pelo campo de possibilidades). Este aparece como uma dimensão sociocultural, espaço para a formulação e implementação de projetos, atuando ainda como condicionante estrutural com todos seus incentivos e constrangimentos possíveis sobre a formulação dos projetos juvenis. Segundo Velho:

Os projetos individuais sempre interagem com outros projetos dentro de um campo de possibilidades. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. Por isso mesmo são complexos e os indivíduos, em princípio, podem ser portadores de projetos diferentes, até contraditórios. Suas pertinência e relevância serão definidas contextualmente. No caso de uma jovem de quinze anos isso pode aparecer de um modo mais dramático na medida em que se caracteriza uma aparente ruptura comum a escala de valores anterior que a englobaria através da família. Mas efetivamente, esse mencionado jogo de papéis se realiza acompanhando a emergência de um projeto pessoal de alguma singularidade. (VELHO, 1994, p.46)

Percebe-se desta passagem que o projeto, enquanto tentativa de antecipar um ato futuro que de sentido a experiência de viver, se constrói dentro de um campo de possibilidades erigido na interação com outros indivíduos. Os limites objetivos para a

concretização do projeto são os projetos de outros com que se relaciona este indivíduo e a pressão da família.

Os projetos coletivos formulados no núcleo familiar não são vividos de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilham. Existem diferenças na interpretação devido às particularidades de diversas ordens, no caso de uma família, de gênero e geração. Por sua vez, os projetos individuais, que podem se distinguir do projeto familiar, emergem também em função de interações e experiências fora do âmbito das relações familiares como, por exemplo, a escola, o mercado de trabalho e os espaços de lazer (VELHO, 1994).

Conforme Maria Nazareth B. Wanderley, os jovens rurais deverão conciliar os objetivos coletivos da comunidade de interesses da qual fazem parte - que são suas famílias - com os seus próprios projetos de emancipação individual (WANDERLEY, 2003).

Os projetos de individualização dos jovens estão incorporados ao próprio movimento natural de evolução da família. Com efeito, uma unidade familiar de produção tende, pela sua própria natureza, a propiciar a saída de um certo número de filhos que não podem ser mantidos no interior do estabelecimento familiar. (WANDERLEY, 2003, p.10)

Esta abordagem indica que os projetos de individualização dos jovens podem não representar uma crise na agricultura, mas funcionam de maneira a preservar o patrimônio familiar indivisível, possibilitando a reprodução social da unidade produtiva.

Porém, há casos onde não é isso que acontece. Trata-se de situações onde os projetos individuais dos filhos chocam-se com os projetos formulados pelos pais, que podem colocar em risco justamente a reprodução da unidade de produção familiar. Esse é o caso quando o herdeiro recusa-se a herdar. Klass Woortmann (1989) chama a atenção para o fato de que, com a emergência de projetos individuais, fica cada vez mais difícil construir o herdeiro. Segundo este autor: “O coletivismo interno da família tem sido um dos fatores de permanência do campesinato através da história, mas hoje ele parece se chocar com os projetos individuais” (WOORTMANN, 1989, p.73).

Com base nessas observações preliminares, posso apresentar o problema sociológico que motivou essa dissertação. Busquei analisar de que forma os jovens agricultores elaboram seus projetos profissionais, de permanência ou saída da agricultura, destacando suas diferenças em termos de gênero (rapazes e moças). Esta questão geral foi abordada através de três dimensões de análise ao identificar as possíveis relações entre os projetos juvenis com: a) as condições materiais da unidade de produção familiar; b) a socialização no processo de trabalho da agricultura familiar; c) as representações dos jovens sobre o trabalho agrícola e o modo de vida de seus pais. Busco assim articular num mesmo empreendimento analítico os aspectos objetivos e subjetivos que constituem o processo social investigado. Traduzindo-se em questões específicas:

- a) Como as condições fundiárias das famílias, relativas à posse e ao tamanho da propriedade agrícola, influenciam nos projetos profissionais dos jovens?
- b) Qual a influência da Renda Agrícola das famílias na formulação dos projetos juvenis?

- c) Em que medida as diferentes formas de socialização dos jovens no processo de trabalho da agricultura familiar repercutem em seus projetos profissionais?
- d) Quais as representações dos jovens sobre o trabalho agrícola e sua relação com a formulação de seus projetos profissionais?
- e) Como as avaliações que os jovens fazem do modo de vida dos pais relacionam-se com seus projetos profissionais?

O objetivo geral deste estudo foi analisar o processo social de elaboração dos projetos profissionais dos jovens agricultores, segundo sua condição de gênero. A este seguem-se objetivos específicos: a) Identificar a relação entre as condições materiais dos jovens (condição fundiária da unidade produtiva e Renda Agrícola obtida pela família) com os projetos profissionais por eles formulados; b) Averiguar o impacto dos processos de socialização dos jovens no processo de trabalho da agricultura familiar sobre a formulação de seus projetos profissionais; c) Conhecer as representações dos jovens agricultores sobre o trabalho na agricultura e modo de vida de seus pais, a fim de identificar a influência desses elementos na definição dos projetos profissionais desta juventude.

A pesquisa orientou-se pelo pressuposto que os jovens acionam elementos de ordem material e simbólica, incorporados ao longo de todo processo de socialização, ao formular seus projetos. Desta forma os jovens agricultores estariam formulando projetos profissionais com base nas avaliações que fazem do campo de possibilidades disponíveis na agricultura familiar, oferecendo-lhes vantagens e constrangimentos, comparativamente às possibilidades de inserção no mercado de trabalho não agrícola

que aparece como alternativa. Comparando a condição de gênero dos jovens frente aos fatores acima relacionados, à permanência das mulheres na agricultura tenderia ser mais desfavorável. Entre os motivos para isso estaria a atribuição de um papel social³ subordinado aos homens no interior da hierarquia familiar que marcaria sua socialização na agricultura. Constaríamos que elas envolveram-se menos (em comparação com os homens) nas atividades propriamente agrícolas e administrativas da unidade produtiva. Seu trabalho cotidiano seria pouco valorizado e principalmente doméstico. Além disto, elas encontrariam dificuldades em ter acesso aos rendimentos financeiros advindos da agricultura e a propriedade da terra. Diante destas condições as moças teceriam representações mais críticas acerca do trabalho agrícola e do modo de vida de seus pais formulando mais freqüentemente do que os rapazes projetos profissionais não agrícolas.

Esta hipótese que orientou o trabalho pode ser desdobrada em um conjunto de hipóteses secundárias que serviram como respostas provisórias às questões específicas através das quais busquei operacionalizar a investigação em termos de relações entre variáveis:

3 Faço uso da noção de papel social a partir do diálogo com a teoria norte americana que tem suas origens em G.H. Mead, desenvolvida posteriormente por P.L. Berger. Segundo utilizamos aqui, papel social corresponde a um padrão de conduta pelo qual a pessoa deve agir em uma dada situação. Segundo P. Berger (1976), do ponto de vista do ator social isso significa que cada situação lhe apresenta expectativas específicas e exige dele respostas específicas a essas expectativas. “Um papel, portanto, pode ser definido como uma resposta tipificada a uma expectativa tipificada. A sociedade pré- definiu a tipologia fundamental. Usando a linguagem do teatro, do qual se derivou o conceito de papel, podemos dizer que a sociedade proporciona o script para todos os personagens. Por conseguinte, tudo quanto os atores têm a fazer é assumir os papéis que lhe foram distribuídos antes de levantar o pano. Desde que desempenham seus papéis como estabelecido no script, o drama social pode ir adiante como planejado” (BERGER, 1976, p.108-109).

- a) Quando as unidades de produção familiar forem demasiadamente pequenas em termos fundiários, os jovens tenderão a formular projetos profissionais de ruptura com a agricultura, o que tende a ser ainda mais intenso quando os jovens forem filhos de agricultores que não dispõem da propriedade da terra em que trabalham.
- b) Quanto mais rentável for a atividade agrícola da família, mais incentivos poderá haver à permanência dos jovens como agricultores.
- c) O processo de trabalho da agricultura familiar não produz apenas produtos agrícolas, mas também agricultores. Assim, quanto mais intenso o envolvimento do jovem no trabalho familiar, maior será sua disposição para formular projetos profissionais de permanência na agricultura.
- d) O trabalho agrícola pode trazer significados distintos para os jovens, segundo sua condição de gênero, revelando concepções classificatórias que são acionadas na formulação dos projetos profissionais.
- e) As avaliações dos jovens sobre o modo de vida dos pais indicam sua disposição de viver como eles. Em caso de avaliações negativas evidencia-se a recusa em reproduzir um modo de vida considerado insatisfatório, resultando na formulação de projetos profissionais não agrícolas.

Com este estudo, busquei conhecer melhor a agricultura familiar e o papel da juventude em seus processos de reprodução. Acredito que desenvolver uma agenda de pesquisa que tenha nos jovens agricultores seu foco de preocupação pode contribuir para que novas abordagens acerca dos processos sociais agrários possam emergir. A definição de uma categoria analítica capaz de sintetizar teoricamente a juventude da

agricultura familiar: os jovens agricultores, poderá ser útil tanto à Sociologia, quanto para formulação de políticas públicas e ações estratégicas que visem a melhoria das condições de vida destas populações.

O Universo de Estudo

Para desenvolver as questões propostas nesta dissertação, recorri a dados empíricos obtidos junto aos jovens agricultores moradores do bairro de Escadinhas, no município de Feliz, no Vale do Caí, Estado do Rio Grande do Sul. Este município de 92,7 Km², situado na encosta da serra gaúcha, localiza-se a 75 Km de distância da capital do Estado, Porto Alegre. Possui uma população total de 11.316 habitantes, sendo 7.975 moradores das áreas urbanas e 3.341 residentes nas áreas rurais (IBGE, Censo, 2000). Sua economia é predominantemente industrial, uma vez que esse setor é responsável pelo maior Valor Agregado Bruto de (R\$ milhões 58.330), seguido do setor serviços com (V.A.B. de R\$ milhões. 38,564) e depois a agricultura (V.A.B. de R\$ milhões. 8.240). Estes valores proporcionaram ao município uma renda *per capita* de R\$ 10.316 em 1998 (FEE, 1998).

A localidade de Escadinhas situa-se ao sul do município e tem como fronteira oeste o município de Bom Princípio e o Rio Caí, ao sul a localidade de Roncador, ao leste o Vale do Lobo e ao norte Coqueral. O bairro conta com uma boa estrutura de estradas municipais em sua maior parte não asfaltada, tendo como acesso principal a estrada FZ 01, que possui trechos pavimentados, sendo considerado o seu entorno como perímetro urbano. Encontra-se em Escadinhas uma série de pequenos negócios, como mercearias,

oficinas mecânicas e eletrônicas, barbearias e costureiras. O bairro conta com uma Escola Municipal de Ensino Fundamental, Posto Municipal de Saúde, capelas Católicas, Protestantes e Pentecostais, assim como uma sociedade cultural e esportiva que leva o nome do local. Além da atividade agrícola, existe em Escadinhas e suas proximidades olarias, fábricas de móveis e de calçados.

O bairro de Escadinhas foi escolhido para esta pesquisa em função de vários fatores, dentre os quais podemos destacar: a) Predomínio de pequenas unidades produtivas que ocupam a força de trabalho de toda a família na agricultura; b) Número significativo de jovens envolvidos no processo de trabalho da agricultura familiar; c) Proximidade de plantas industriais, agroindústrias e outras alternativas de trabalho não agrícola.

Dados historiográficos indicam que o início da atividade agrícola da região remonta ao processo de colonização por imigrantes vindos da Alemanha, iniciada a partir de 1824 com a fundação de São Leopoldo. O atual município de Feliz foi inicialmente uma Colônia Oficial, fundada pelo Governo Imperial no ano de 1848. Já o bairro de Escadinhas foi originalmente uma colônia de natureza particular fundada no ano de 1860 (ROCHE, 1969). Sua fundação ocorreu após a promulgação da lei de Terras de 1850, que promoveu a valorização da terra transformando áreas devolutas em Capital Fundiário.

Conforme Ellen Woortmann (1995), a imigração alemã no sul do Brasil visava a instalação de famílias de acordo com a política implantada ainda nos tempos coloniais pelo conselho ultramarino.

O processo de ocupação pelos colonos interessava ao capital num duplo sentido: a valorização das terras e a comercialização da produção. Realizando o objetivo da Lei de Terras, datada de 1850, a colonização transforma terras devolutas em mercadoria, cria um campesinato parcelar ao mesmo tempo que expropria o posseiro. Tanto no Sul como em Minas Gerais os grupos indígenas que habitavam aquelas áreas foram expulsos ou mesmo exterminados no bojo do processo. Transforma-se assim a propriedade no fundamento da subordinação ao capital. (WOORTMANN, 1995, p.98)

Tratava-se de introduzir uma população branca constituída preferencialmente por famílias ou pessoas casadas que tivessem como ocupação a agricultura. O Estado brasileiro tinha um duplo objetivo com a colonização: um, de ordem racista, era o branqueamento da população brasileira; e outro, de ordem econômica, consistia no suprimento das cidades com produtos agrícolas.

Este processo de colonização se deu entre as margens do Rio dos Sinos e Rio Caí, indo em direção à encosta dos morros, estendendo-se em lotes com dimensões de 220 m de largura por 3.200 m de profundidade e ocupando uma área constituída basicamente por uma grande floresta extremamente densa (LISBOA, 2000).

O sistema de produção desenvolvido na primeira fase das colônias caracterizou-se pela derrubada das matas, queimadas e rotação das áreas cultivadas. Devido às dificuldades do meio físico e a seu isolamento das cidades, era comum os agricultores reunirem-se na hora de derrubar as florestas e fazer as plantações, o que provocou a emergência, na organização local, de um forte laço de solidariedade, indispensável à sobrevivência dos agricultores nas novas colônias (SCHNEIDER, 1999).

Em um estudo clássico acerca da colonização alemã no Rio Grande do Sul, Jean Roche (1969) aponta quatro fases da expansão da agricultura colonial. A primeira refere-se ao período que vai de 1824 a 1840, quando inicia-se a “colonização” propriamente dita, com a distribuição e o arroteamento das terras, fase marcada pela agricultura de subsistência. A segunda fase vai de 1840 a 1860, quando ocorre a expansão da zona pioneira em direção à encosta da serra, com predomínio de atividades voltadas à subsistência com venda de excedentes. A terceira fase vai de 1860 a 1890, quando a colonização atinge o auge de sua produtividade agrícola, passando a ser marcada pela especialização da produção tendo em vista o mercado. A quarta e última fase ocorre a partir de 1890 e inaugura o declínio da agricultura nas colônias alemãs antigas, atribuída às técnicas rudimentares associada à excessiva subdivisão das propriedades (ROCHE, 1969).

A redução das áreas produtivas, em virtude das subdivisões das propriedades familiares e o esgotamento dos solos, promoveu de maneira acelerada a constituição de uma população excedente. A alternativa encontrada pelos colonos, até meados do século XX, foi o deslocamento das novas gerações de agricultores para outras áreas de fronteira agrícola.

Analisando a trajetória do sistema agrícola colonial, Schneider (1999) aponta que os momentos de crise indicavam a fraqueza e os limites do sistema e, também, a capacidade de reconversão e adaptação do modo de vida colonial a novos desafios. Segundo este autor:

Poderíamos registrar pelo menos duas estratégias de resistência que foram fundamentais à sobrevivência do sistema produtivo colonial. A primeira delas é a substituição da policultura comercial pela criação de suínos, destinados à produção da banha, ocorrida entre 1890 e 1930. (...) como estratégia produtiva do sistema produtivo colonial da região de colonização antiga para buscar uma alternativa à entrada das colônias novas na produção agrícola. (...) A Segunda estratégia de resistência, que de certo modo ocorre em consequência da anterior, refere-se às migrações das colônias velhas às colônias novas. As dificuldades de reprodução do sistema produtivo levaram um grande número de jovens colonos a emigrar. É nesse período que se dá o processo de ocupação da fronteira agrícola do norte do Rio Grande do Sul. (SCHNEIDER, 1999, p.28)

A partir da segunda metade do século XX, principalmente após os anos 60, verifica-se um novo movimento do capital, objetivando reduzir os custos de produção, quando as colônias passam a ser percebidas como “*viveiros de força de trabalho*”, segundo a expressão de Souza Martins (1975). Esse período é marcado pelo processo de modernização da agricultura, que embora voltada para as grandes propriedades e produtos para exportação, também se refletiu entre os agricultores familiares da região, que passaram a adotar novas tecnologias principalmente voltadas a correção do solos e introdução de maquinarias. Com efeito, parte do trabalho que era feito manualmente passou a ser realizado com equipamentos mecânicos, liberando parcelas da mão de obra ocupada na agricultura.

A região da pesquisa tem passado por rápidas transformações nas últimas décadas, com a entrada de diversas plantas industriais, principalmente vinculadas aos setores coureiro-calçadista e de alimentos, que instalaram novas unidades industriais ou mudaram para região, buscando atrair mão de obra a baixos custos. Presenciamos o deslocamento de atividades industriais e de serviços para esta região até então

tipicamente agrícola, mudando o espaço rural e possibilitando outras formas de emprego não agrícola, inclusive para a população residente na área rural.

Verifica-se, atualmente, no Vale do Caí como um todo, e em Escadinhas em particular, um significativo aumento do número de pessoas residentes no campo com atividades não agrícolas e o aparecimento de uma camada relevante de pequenos agricultores que buscam combinar a agricultura com outras fontes de rendimento não vinculadas diretamente ao processo de produção agropecuária, caracterizando os processos de *pluriatividade*⁴. Conforme Schneider:

Desse modo, a partir do momento que a agricultura familiar das regiões da Encosta da Serra, Vale do Caí, Vale do Taquari e do Vale do Sinos assume características de uma *part - time farming*, a força de trabalho de origem rural passa a ter na pluriatividade um de seus principais atributos. Com a saída dos filhos, o colono reestrutura a organização interna do trabalho na propriedade de modo a redefinir a posição de cada membro da família de acordo com sua ocupação principal. É por isso que a pluriatividade e os empregos não agrícolas vem influenciando decisivamente as transformações dos processos produtivos agrícolas e o espaço rural como um todo. (SCHNEIDER, 1999, p.114)

A agricultura de tipo familiar vem passando por diferentes processos de transformações e modernização, visando melhorar sua inserção no mercado. O cultivo de morango, majoritariamente praticado pelos produtores de Escadinhas, é um exemplo de estratégia em que os agricultores promoveram uma reconversão produtiva, isto é, mudaram o tipo de produção, incorporando novas tecnologias necessárias à nova

4 Utilizo o termo pluriatividade a partir da definição de Schneider (2003), para o qual este é um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores optam pelo exercício de diferentes atividades não agrícolas, mantendo moradia no campo e vínculos com a atividade produtivas com a agricultura (SCHNEIDER, 2003, p.91). Outras referências podem ser encontradas em (CARNEIRO, 1998; GRAZIANO DA SILVA 1997, 1999; KAGEYAMA, 1998).

produção, a do morango, fruta de mesa, que é comercializado basicamente *in natura*. Como resultado, encontram-se hoje muito mais integrados ao mercado nacional e internacional através da utilização de crédito bancário, da compra de insumos e equipamentos, além do comércio de frutas e mudas de morango.

Em minhas diversas idas ao campo, pude notar que as casas dos agricultores possuem arquiteturas bastante variadas. Encontra-se na região várias construções antigas de estilo *enxaimel*, típicas da colonização alemã, em diferentes estados de conservação. No entanto, a maioria das residências são novas construções, em geral de alvenaria. Em quase todas as casas, independente do tamanho da residência avistam-se antenas parabólicas. As residências sem parabólicas constituem uma minoria.

As lavouras de cultivo comercial estendem-se geralmente do fundo dos terrenos às proximidades das casas. Não muito distante delas ficam os pequenos túneis de plástico transparentes que caracterizam as lavouras de morango. Em algumas propriedades, entre a casa e a lavoura encontra-se o estábulo, o chiqueiro e o galinheiro. É freqüente alguns produtores criarem aves, coelhos ou outros pequenos animais, tanto para comercialização como para o consumo familiar, o interessante é que geralmente estas criações encontram-se sob a responsabilidade dos filhos.

Chama a atenção o fato de ser bastante raro encontrar uma horta separada da lavoura, que remete à tradicional oposição horta - roçado (GARCIA JR,1983). Entre os agricultores de Escadinhas a produção para o autoconsumo familiar se processa no mesmo espaço do cultivo comercial. Além disso, conforme observei, a maior parte dos bens de consumo domésticos, inclusive alimentos, são adquiridos no mercado local. Há

neste fato um duplo aspecto: de um lado valoriza-se a aquisição no mercado de produtos e bens de consumo que promovem economia de tempo e trabalho, de outro privilegia-se a produção agrícola de legumes e frutas em escala comercial.

É comum encontrar mais de uma casa no mesmo terreno, onde moram irmãos e/ou pais e filhos. Neste caso, cada unidade produtiva conta com mais de uma família nuclear, geralmente trabalhando em regime de parceria, evitando-se assim uma nova subdivisão da propriedade familiar. Conforme pude verificar isso foi em parte viabilizado pela adoção do cultivo do morango praticado por esses agricultores no mínimo por dois motivos se a compararmos com outros produtos cultivados na região: a) o cultivo de morango demanda um maior volume de mão de obra do que outras produções como a horticultura, também praticada em Escadinhas; b) possibilita também ganhos de produção por área cultivada, tanto em termos de volume de produção por hectare quanto por permitir mais de uma safra anual, além de possuir um boa cotação de preço no mercado de produtos agrícolas.

O Método de Pesquisa

De modo geral, “método” em pesquisa social refere-se à escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos sociais, visando atender os objetivos teóricos da pesquisa orientando a aplicação das técnicas de coleta de dados e informações (TAVARES DOS SANTOS, 1981) Trata-se, antes de mais nada, do caminho e da abordagem da realidade social utilizada pelo pesquisador, implicando em uma concepção de ciência e que se traduz em um instrumento de pesquisa que

permite a articulação operacional entre a teoria e a realidade empírica com impactos decisivos sobre a construção do objeto de estudo.

Segundo Florestan Fernandes (1967), o cientista não lida diretamente com fatos que observa e pretende explicar, mas, com instâncias empíricas que reproduzem tais fatos e fenômenos. Isso significa que suas explicações da realidade repousam em operações que convertem instâncias empíricas em totalidades coerentes através do que denominou de reconstrução sociológica da realidade.

Em primeiro lugar, a “reconstrução” tem que ser entendida como representação analítica, como reconstituição empírica pura dos caracteres e propriedades da realidade social. Em segundo lugar, ela precisa ser encarada como representação sintética, como explanação descritiva e interpretativa da realidade social, mediante categorias universais do pensamento científico. (FERNANDES, 1967, p.39)

Esta abordagem aproxima-se do método de Karl Marx, onde o processo analítico parte da realidade concreta que se eleva ao nível do abstrato para converter-se, nesse movimento dialético, em concreto pensado. Entretanto, para Fernandes (1967), a reconstrução sociológica da realidade é um conhecimento sintético e generalizador que se funda em procedimentos empíricos-indutivos de observação e de interpretação⁵.

Assumo esta postura mais próxima do indutivismo e do objetivismo presente nas teorias de Marx e Fernandes, entretanto é preciso ter em consideração que “os fatos não existem de forma independente do meio do qual são interpretados” (MAY, 2004, p.43).

5 Tavares dos Santos (1991) retomando este debate identifica um conjunto de problemas na abordagem de Florestan Fernandes da época, sinteticamente: a idéia de que haveria um único método científico o empírico-indutivo; a neutralidade axiológica presumida; a noção de “concreto” como “fenômeno imediato”; a aceitação do raciocínio indutivo como o melhor procedimento científico; e o último problema, apontado também como via de solução por

Neste sentido há uma necessidade de desenvolvermos um esforço reflexivo, visando ultrapassar as limitações geradas pelo indutivismo e pelo dedutivismo⁶. Os dados não são simplesmente coletados, mas também construídos pelo pesquisador a partir de determinados posicionamentos teóricos que dirigem o processo de investigação ainda na fase da elaboração do problema sociológico.

Um entendimento do relacionamento entre a teoria e a pesquisa é parte do esforço desse projeto reflexivo que focaliza nossas habilidades não apenas para aplicar técnicas de coletas de dados, mas também para considerar a natureza e os pressupostos do processo de pesquisa. (MAY, 2004, p.44)

Segundo Bourdieu; Chamboredon e Passeron (1999), o trabalho científico é composto de diversas etapas, que nos remete a uma “*hierarquia necessária*” entre os momentos: epistemológico, teórico, metodológico e técnico do trabalho científico. Estes constituem os quatro elementos presentes na prática da pesquisa científica, que não configuram momentos separados da pesquisa, mas aspectos particulares de uma mesma realidade na produção do conhecimento. Permeiam todo o processo de pesquisa, desde a definição do tema de estudo à apresentação do relatório final. Sendo assim, a presente dissertação busca apresentar uma coerência interna entre os princípios epistemológicos que se refletem nas opções teóricas e, por consequência, na definição do método e técnicas de pesquisa.

Tavares dos Santos, que para Fernandes as abordagens entre os autores clássicos (Durkheim, Weber e Marx) seriam complementarias e não incompatíveis (TAVARES DOS SANTOS, 1991).

⁶ O indutivismo considera os fatos e dados empíricos em primeiro lugar, empregando assim o princípio da indução. O dedutivismo parte da teoria e usa os dados empíricos para testá-las ou refutá-las, apoiando-se, portanto, na dedução.

A reflexividade sociológica também se faz necessária para uma eficaz construção do processo de objetivação: no sentido de conhecimento científico. Visto que a neutralidade da pesquisa científica é sempre relativa e a objetividade do trabalho deve ser conscientemente perseguida. O processo reflexivo leva-nos a considerar a relação entre pesquisador e seu objeto de estudo, o que Bourdieu (1989) caracterizou como *objetivação participante*, ou seja, a objetivação da relação subjetiva do sociólogo com seu objeto faz parte das condições da cientificidade de sua análise⁷.

Tratando de analisar como se dá a elaboração dos projetos profissionais dos jovens na agricultura familiar busquei encontrar as possíveis relações existentes entre as condições objetivas e subjetivas presentes nos projetos juvenis. Isto me conduziu a investigar tanto as relações sociais de produção nas quais os jovens se envolvem, como tentar compreender as representações que eles constroem sobre este processo. Conseqüentemente, o desafio foi combinar do ponto de vista lógico e formal, métodos de coletas de dados que permitissem apreender tanto o caráter socialmente orientado da formulação dos projetos profissionais dos jovens agricultores sem cair num determinismo mecânico da estruturas sociais, quanto buscar reconhecer o papel ativo dos atores sociais sem recorrer ao subjetivismo de um ator social autodeterminado.⁸ A saída encontrada foi abordar o problema a partir do estabelecimento de diferentes

7 Foi através deste procedimento reflexivo que pude romper tanto com a noção consagrada na literatura sobre a categoria “jovem rural” quanto com a denominação nativa de “colono”, ambas carregadas de conteúdos ideológicos e estigmatizadas, para propor uma categoria analítica que julguei ser mais positiva de jovem agricultor. Essa encontra-se logicamente encadeada ao estudo dos processos sociais agrários conforme proposto por Tavares dos Santos (1991) em sua crítica à sociologia rural.

8 Conforme Bachelard a ciência nos oferece um duplo aspecto, um objetivo e outro subjetivo. “uma espécie de polarização epistemológica que tende a classificar a fenomenologia sob a dupla etiqueta do realismo e do racionalismo” (BACHELARD, 1978, p. 92).

dimensões analíticas: as condições materiais, o processo de socialização e as representações sociais. Cada uma destas dimensões foi operacionalizada através de variáveis empiricamente verificadas por seus indicadores conforme o quadro 01 abaixo.

Quadro 01: Dimensões da análise, suas variáveis e indicadores

Dimensão de Análise	Variáveis	Indicadores
▪ Condições Materiais	▪ Estrutura Fundiária da U.P.F.	▪ Propriedade da terra ▪ Tamanho da propriedade (hectares)
	▪ Renda Agrícola da família	▪ Renda Agrícola Bruta - Custo da Produção = R.A
▪ Processo de Socialização	▪ Participação no processo de trabalho da agricultura familiar	▪ Tempo de Trabalho ▪ Tipos de tarefas ▪ Gestão do trabalho
▪ Representações Sociais	▪ Representações dos jovens sobre o trabalho agrícola	▪ Notas para o trabalho agrícola ▪ Atividades que mais gostam e as que menos gostam de fazer ▪ Discurso dos jovens sobre o trabalho agrícola
	▪ Avaliações dos jovens sobre o modo de vida dos pais	▪ Notas para as condições de vida dos pais ▪ Discursos dos filhos sobre a vida dos pais na agricultura

Para obter estes indicadores utilizei técnicas originárias dos métodos quantitativo e qualitativo, enquanto procedimentos sistemáticos, para descrição e compreensão do fenômeno investigado que foram vistos como recursos complementares a fim de melhor reconstruir analiticamente a realidade social que propunha-me compreender. Articular num mesmo projeto de pesquisa ambos os métodos, deve-se à noção de que a realidade social é uma construção objetiva e subjetiva simultaneamente (BERGER; LUCKMANN,

1973), ou seja, a realidade social é multidimensional. Meu esforço de objetivação avançou paralelamente com a construção da análise dos diferentes elementos envolvidos na construção dos projetos profissionais dos jovens agricultores, enquanto realidade social sensível, passível de uma análise crítica.

Segundo Richardson (1985), há três instâncias de integração entre ambos os métodos: no planejamento da pesquisa, na coleta de dados e na análise das informações. Os elementos quantitativos e qualitativos representam duas dimensões da mesma realidade. Utilizando-os como métodos complementares pude trazer mais elementos explicativos da realidade que pretendia conhecer.

Como o próprio nome indica, o método quantitativo caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto na etapa da coleta dos dados e informações quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas. Este método representa, em princípio, uma tentativa de garantir a precisão dos resultados de uma pesquisa, evitando-se assim distorções nas análises. Segundo Richardson (1985), encaixa-se perfeitamente nos momentos descritivos que buscam identificar e classificar a relação entre variáveis, bem como naqueles que procuram investigar uma possível relação de causalidade entre fenômenos.

Os estudos que procuram investigar a correlação entre variáveis são fundamentais para as diversas Ciências Sociais, porque permitem controlar, simultaneamente, grande número de variáveis e, através de técnicas estatísticas de correlação, especificar o grau pelo qual diferentes variáveis estão relacionadas, oferecendo ao pesquisador entendimento do modo pelo qual as variáveis estão operando. (RICHARDSON,1985, p.30)

O método quantitativo foi utilizado na análise das informações obtidas a partir de fontes primárias construídas através da aplicação de questionário padronizado e fontes secundárias, que serviram de apoio à pesquisa, como as fornecidas pelo Censo Agropecuário e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNDA) do IBGE e instituições como Fundação Estadual de Economia e Estatística (FEE) e Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD).

O método qualitativo difere-se primeiramente do quantitativo por não empregar o instrumental estatístico como base para a análise de um problema. Este fundamenta-se, entre outras, na argumentação de Weber de que o papel das Ciências Sociais consiste na compreensão do significado da ação humana e não apenas na descrição dos comportamentos. Com a metodologia qualitativa identifiquei as representações sociais e os elementos que compõem a estrutura motivacional dos jovens. O material primordial da investigação qualitativa é a palavra e outros símbolos que expressam a vida cotidiana, seus significados, valores, crenças, hábitos e representações, principalmente através da análise do discurso e seu conteúdo. Com isso, tentei entender as particularidades das tomadas de posição individuais e do processo social com maior profundidade de detalhes. Este método permitiu que me aproximasse da complexidade do fenômeno e analisasse a interação de variáveis, como as avaliações da vida dos pais com os projetos profissionais dos jovens.

Realizei ainda, ao longo de todo processo de pesquisa de campo, uma observação sistemática, controlada e estruturada no âmbito do planejamento da pesquisa. Conforme Ander-Egg: “la observación es um procedimiento de recompilación de dados e

información que consiste en utilizar los sentido para observar hechos y realidades sociales presentes y a la gente en el contexto real en donde desarrolla normalmente sus actividades” (ANDER-EGG, 1995, p.97). A observação foi seletiva porque esteve guiada por uma construção teórica anterior que orientou o foco da observação, e por outro lado, motivou como resultado ajustes na teoria. Neste sentido, a observação foi guiada pelos tópicos da pesquisa e teve, como instrumentos de apoio, o caderno de notas, o diário de campo e o gravador. Percebemos a observação como um processo essencialmente qualitativo que ocorre no ato da pesquisa, nesse sentido os instrumentos utilizados buscam ajudar a memória do pesquisador na reflexão de sua prática de pesquisa enquanto atividade *práxis crítica*.

Com a combinação dessas diferentes técnicas de investigação, procurei obter um conjunto de informações que me permitisse compreender a construção dos projetos profissionais dos jovens da agricultura familiar.

A Pesquisa de Campo

Para investigar o problema de pesquisa, desenvolvi um estudo de caso como “tentativa de reconstrução sociológica da realidade” (TAVARES DOS SANTOS, 1974; NORONHA, 1986; TEDESCO, 1999). Isto permitiu reunir grande volume de informações através de inserção gradual no meio social em que ocorreu a pesquisa, tornando possível a investigação com maior riqueza de detalhes.

O fato dos jovens compartilharem dos mesmos recursos comunitários possibilitou eliminar as variáveis relativas à qualidade e ao acesso à infra-estrutura de lazer e

serviços, e por outro lado verificar as influências das perspectivas de uns sobre os outros, já que os jovens se conhecem e partilham experiências e representações.

Do ponto de vista prático, concentrar meus esforços de pesquisa num único espaço social, o bairro de Escadinhas, viabilizou materialmente a pesquisa. Entre outras coisas, facilitando o deslocamento de uma unidade produtiva à outra. Trajetos muitas vezes percorrido a pé pelas estradas locais, o que me familiarizou com a paisagem, as distâncias e os ritmos de deslocamentos temporais e espaciais vividos quotidianamente por meus entrevistados. Não percorria aquelas estradas a passeio, estava à trabalho, observava a paisagem e as pessoas que impunham sobre ela as marcas de sua presença. Antigas construções me faziam refletir sobre o passado daquele lugar, que se colocava no presente, nas coisas e nas pessoas em seu modo de ser e de falar. Caminhar pelas estradas e trilhas que levavam à *“roça em cima do morro”* constitui-se, assim, numa importante oportunidade de observação e de reflexão. Como observa Achim Schrader: *“o pedestre sociológico deve estar consciente do fato de que cada centímetro quadrado do terreno sobre o qual ele se movimenta está sujeito a um regulamento social”*. (SCHRADER, 2003, p.120). Neste sentido, andando pelas estradas e trilhas do bairro, fui familiarizando-me com os processos sociais que imprimiam nas pessoas um jeito de ser e de viver.

As atividades de campo iniciaram-se no mês de abril de 2003, quando realizei os contatos preliminares com a Secretaria Municipal de Agricultura de Feliz, o Escritório da EMATER e o Sindicato Rural do município. Neste primeiro momento, estabeleci diálogo com a direção da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ivany Rayser,

localizada no bairro de Escadinhas, agendei a realização das entrevistas em grupo com os alunos e alunas da oitava série do ensino fundamental e realizei o primeiro teste do questionário padronizado. No teste constatei dificuldades para obter algumas respostas, principalmente sobre os aspectos econômicos das unidades produtivas, o que se devia mais ao fato dos jovens não deterem as informações sobre a gestão econômica das unidades produtivas do que pela forma de perguntá-las. Estes aspectos pareceram-me um dado interessante que busquei aprofundar posteriormente nas entrevistas em grupo e individuais. Para a identificação do perfil econômico das unidades de produção familiar foi então formulado um segundo questionário dirigido aos pais dos jovens agricultores para obter os dados necessários.

Realizei, em 26 de maio de 2003, a entrevista com os alunos da escola municipal. Recorri à técnica de entrevista em grupo para facilitar a coleta de dados qualitativos, que proporcionou um momento privilegiado de emergência e apreensão de representações coletivamente construídas no processo do debate. Foram constituídos dois grupos distribuídos por sexo. Eu e uma auxiliar atuamos como mediadores do grupo masculino e outras duas assistentes mediaram o grupo feminino. Ambos ocorreram simultaneamente, sob minha supervisão. Busquei com essa técnica dar relevo às diferenças de gênero nas representações juvenis, contrastando no momento da análise as intervenções de moças e rapazes. Essas informações foram contrastadas com as informações obtidas através do questionário padronizado.

O grupo feminino foi formado por 16 moças com idades entre 13 a 17 anos. Destas, 11 eram filhas de agricultores familiares e envolviam-se em diferentes graus nas

tarefas agrícolas de suas famílias, sendo que nem todas residiam no bairro de Escadinhas. O grupo masculino teve a participação de 19 rapazes, com idades entre 13 a 16 anos. Este grupo também era heterogêneo, sendo composto por 11 filhos de agricultores. Neste sentido, as respostas de rapazes e moças formularam-se na interatividade entre jovens agricultores e não agricultores.

O período de maio a julho de 2003 foi dedicado à aplicação do questionário padronizado com perguntas fechadas (pré-codificadas) e perguntas abertas (pós-codificadas) junto aos jovens de Escadinhas, envolvendo um total de 27 informantes, sendo 17 rapazes e 10 moças, com idades entre 13 a 27 anos. Destes cinco moças e cinco rapazes participaram também das entrevistas em grupos.

Para aplicação do questionário utilizei indicações dos informantes locais, ou seja, com base no interconhecimento dos moradores de Escadinhas pude identificar as unidades produtivas que contavam com jovens trabalhando na agricultura para aplicar o questionário. Ou seja, passamos a acionar a rede de relacionamento dos entrevistados para compor nosso universo de dados quantitativos, perguntando aos entrevistados onde encontraria outros jovens trabalhando na agricultura para poder entrevistá-los. A aplicação do questionário seguiu dois critérios básicos: 1) ser uma unidade de produção familiar agrícola; 2) haver na unidade jovens que se dispusessem a conceder as entrevistas. Estes dados foram examinados com o auxílio do *software* SPSS (*Statistics Package for Social Sciences*).

Além do questionário voltado aos jovens, foi aplicado outro questionário a seus pais, a fim de obter informações sobre aspectos econômicos, fundiários e da composição da força de trabalho das unidades produtivas.

No período em que realizei a pesquisa de campo, procurei estabelecer mais de um contato com os jovens, realizando entre duas a três visitas a cada família. Nestas ocasiões, mantive conversas informais sobre questões do interesse da pesquisa e em alguns vezes realizei entrevistas abertas gravadas com diferentes membros das famílias: pais, mães, filhos e filhas.

Estrutura de exposição do trabalho

A dissertação encontra-se organizada em cinco capítulos além desta introdução e considerações finais. No primeiro capítulo, intitulado *Agricultura Familiar e Teoria Social*, realizo uma revisão panorâmica das principais abordagens teóricas das Ciências Sociais sobre as formas familiares de agricultura, percorrendo as contribuições que vão desde o marxismo clássico, seguida de Alexander Chayanov, passando pelas análises contemporâneas de Jerzy Tepicht e de Henri Maendras e Teodor Shanin. Chegando à contribuição atual do brasileiro Ricardo Abramovay. Com base nestes diferentes referenciais proponho ao final uma categoria teórico-operacional de agricultura familiar que permite, relacionalmente, compor a categoria de jovem agricultor.

No segundo capítulo, chamado *Os Jovens Agricultores como Categoria Sociológica*, retomo o debate desenvolvido no âmbito da sociologia da juventude que é marcado pelo tensionamento entre abordagens que percebem os jovens a partir do fenômeno das

gerações e as outras que enfatizam a diversidade no interior desta juventude. Esta discussão abre caminho para apresentar a noção de processo de socialização. Neste capítulo retomo ainda os estudos de Edmundo Sustaita, Jaques Guigou e John Durston que apresentam distintas maneiras de caracterizar os jovens rurais. Com base na revisão destes dois pontos apresento na última parte minha própria formulação teórica acerca da especificidade sociológica dos jovens agricultores.

No terceiro capítulo, verificamos a hipótese relativa às condições fundiárias e de renda agrícola das famílias dos jovens entrevistados e suas relações com os projetos juvenis, buscando demonstrar como rapazes e moças posicionam-se diferentemente em relação à propriedade fundiária e quanto ao acesso destes à renda agrícola proveniente do trabalho familiar, predominando em nossa amostra a formulação de projetos profissionais não agrícolas.

O quarto capítulo é dedicado ao estudo da participação dos jovens no processo de trabalho da agricultura familiar e suas relações com seus projetos profissionais. Após definir conceitualmente o processo de trabalho da agricultura familiar, detenho-me na análise da participação dos jovens agricultores na organização do trabalho familiar e aos padrões temporais de ocupação de rapazes e moças. Este debate permite perceber os mecanismos de socialização dos jovens no trabalho agrícola, os papéis sociais e a posição de filhos e filhas na hierarquia familiar.

O quinto e último capítulo volta-se para a análise das representações dos jovens sobre o trabalho agrícola e as avaliações que tecem das condições de vida dos pais. Verifica-se que predomina entre rapazes e moças avaliações negativas acerca do

trabalho agrícola e principalmente entre as mulheres opiniões contrárias ao modo de vida dos pais. Entretanto, a maioria dos jovens não deseja migrar para os centros urbanos. Como resultado, percebe-se que se depender da formulação atual dos projetos profissionais dos jovens agricultores de Escadinhas temos como tendência a ampliação da população rural envolvida em atividades profissionais não agrícolas.

1 AGRICULTURA FAMILIAR E TEORIA SOCIAL

A agricultura familiar não é uma categoria social recente, no Brasil, entretanto, apenas nos últimos anos o termo vem sendo utilizado pelas Ciências Sociais. Como destacam Porto e Siqueira (1994), ao analisarem o percurso teórico do uso de categorias relativas a “camponeses” e “pequena produção”, seguindo-se a de “agricultura familiar” (BRUMER; TAVARES DOS SANTOS, 2000), a utilização desses termos não representa uma escolha arbitrária, ao contrário, “exprime e traduz perspectivas analíticas que remetem, por sua vez, a construções diferentes do objeto” (PORTO; SIQUEIRA, 1994, p.76). Os conceitos empregados na busca da construção do conhecimento possuem dimensões sociais, históricas e políticas que se fazem presentes nas escolhas das categorias empregadas para a análise da produção, reprodução e transformação da agricultura de base familiar. Nesse sentido, entendo ser pertinente contextualizar a emergência da noção de agricultura familiar no âmbito acadêmico brasileiro como também recapitular, sinteticamente, o debate teórico sobre as formações familiares na

agricultura para que possa expor ao leitor, ao final deste capítulo, uma definição teórico-operacional de agricultura familiar que permitirá, como consequência, entender os processos sociais vividos pelos jovens agricultores. Vejamos primeiramente como evolui este debate no Brasil.

De meados dos anos de 1950 até ao final da década de 1960, os debates realizados sobre “*a questão agrária brasileira*” buscavam explicar o caráter do desenvolvimento capitalista no Brasil, com base no referencial marxista clássico. Nestes estudos, o termo “*campesinato*” era tido como um conjunto de diferentes tipos de minifúndios caracterizados pela produção de subsistência que aparecem em oposição ao latifúndio; ambas correspondiam às categorias que conformavam a estrutura agrária brasileira. As relações que se estabeleciam entre elas levaram a interpretações que as caracterizavam como “resquícios feudais” no campo brasileiro⁹. A ênfase destes estudos estava na idéia de que a agricultura, tal como estava organizada no país, representava um obstáculo ao desenvolvimento capitalista no Brasil. O importante é reter que, nesse período, a categoria analítica de campesinato está carregada de conteúdo político e ideológico, visto que a preocupação era identificar seu papel no desenvolvimento capitalista e na revolução socialista.

9 A voz discordante da tese feudal era de Caio Prado Jr. que desde o final da década de 1940 se opusera à interpretação feudal do campo brasileiro, e que ficaria explícito em *A Revolução Brasileira* (1978). Para este autor, o campesinato aparecia como uma forma de “assalariamento disfarçado”, portanto, como proletariado rural. (Prado Jr, 1978; Abramovay, 1994; e Costa e Franco ; 1997).

Nos anos de 1970, houve um deslocamento neste debate com a emergência da noção de “*pequeno produtor*”. Sua crescente utilização, segundo Porto e Siqueira, deve-se a dois tipos de processos:

por um lado às transformações políticas no Estado brasileiro, implicando, entre outras coisas, na desarticulação de vários grupos e de movimentos organizados, entre os quais destacava-se, no contexto dessa reflexão, o das Ligas Camponesas. Por outro, a conformação de um modelo de desenvolvimento assentado em políticas de cunho modernizante e que, em termos da agropecuária, traduziu-se no que convencionou-se identificar como modernização conservadora. (PORTO; SIQUEIRA, 1994, p.79)

O termo “*pequena produção*” contribuiu para demarcar uma conotação menos politizada do que a noção de “*campesinato*”. A utilização desta denominação apresentou-se enquanto categoria operacional, associada mais diretamente à caracterização de realidades imediatamente empírica dos grupos estudados. Este termo receberia, ao longo dos anos de 1980, o acréscimo de outras duas noções: de “*integração*” e de “*exclusão*”, que demarcavam a forma de relação estabelecida com o capital, notadamente o industrial (complexo agroindustrial). Contudo, a noção de camponês não deixou de ser utilizada, sólidas pesquisas foram realizadas buscando articular ambas as categorias, principalmente fazendo uso da formulação chayanoviana de *modo de produção camponês*, vista como processo de trabalho indiretamente subordinado ao capital¹⁰.

Foi num trabalho publicado por Kageyama e Bergamasco, em 1989, que pesquisadores nacionais fizeram uso pela primeira vez, como critério de classificação,

¹⁰ Destacam-se como principais referências no âmbito destes estudos os trabalhos de Tavares dos Santos (1979) e Garcia Jr. (1983).

do volume do trabalho assalariado utilizado por estabelecimentos agropecuários. As autoras constataram que a agricultura com base no trabalho familiar representava mais de 70% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil (KAGEYAMA; BERGAMASCO, 1989).

Conforme indica Schneider (2003), o termo “agricultura familiar”, apesar de controverso, ganha legitimidade a partir dos anos 90, através de um processo que envolve questões políticas e acadêmicas. De um lado, no campo político, primeiramente o termo emerge como categoria síntese utilizada pelos movimentos sociais do campo, especialmente o sindicalismo rural ligado à CUT e à CONTAG. Estas organizações, no início da década de 90, usam o termo para fazer a defesa de seus interesses frente a constituição do Mercosul. Depois, ao longo da década, é utilizado nas mobilizações anuais do “Grito da Terra” para agrupar um amplo leque de movimentos que reivindicavam políticas de preços e de crédito diferenciados para os agricultores familiares. Posteriormente, o termo adquire legitimação institucional, sendo incorporado pelo Estado ao criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996. Já no âmbito acadêmico, foram pioneiros os trabalhos de Veiga (1991) e Abramovay (1992) como também da equipe liderada por Lamarche (1993,1999), que conferiram um estatuto teórico à categoria de agricultura familiar, dando visibilidade a esta forma social de agricultura. Segundo Schneider, o grande mérito destes trabalhos foi o de terem revelado que a agricultura familiar correspondia a uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos, onde a estrutura agrária é majoritariamente composta por explorações nas quais o trabalho da família assume uma importância decisiva (SCHNEIDER, 2003).

Atualmente, o peso da agricultura familiar no total da produção agrícola brasileira pode ser observado através do Censo Agropecuário de 1995/1996 analisado por Buanain, Romero e Guanziroli (2002) através do convênio FAO/INCRA¹¹. Segundo as informações levantadas pelos pesquisadores, os agricultores familiares representam 85,2% do total de estabelecimentos, ocupam 30,5% da área total e são responsáveis por 37,9% do valor bruto da produção agropecuária nacional. Quando considerado o valor da renda total agropecuária de todo o Brasil, os estabelecimentos familiares respondem por 50,9% do total de R\$ 22 bilhões. A participação dos produtores familiares na renda total agropecuária é maior do que no valor bruto da produção. Este fato é explicado por eles pela razão desse último desprezar os gastos de produção incorridos pelos agricultores. Esse conjunto de informações denota a distorção da estrutura de distribuição fundiária brasileira. Revela ainda que os agricultores familiares utilizam os recursos produtivos de forma mais eficiente que os patronais, pois, mesmo detendo menor proporção da terra e do financiamento disponível, produzem e empregam mais do que os patronais (GUANZIROLI *et al*, 2002). Estas informações apontam para a importância da agricultura familiar para o volume da produção e da renda agrícola nacional.

11 Em um trabalho anterior organizado por Guanziroli, intitulado “Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico”, encontramos a seguinte definição da agricultura familiar: “A agricultura familiar pode ser definida a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.” (GUANZIROLI, 1998, p.4).

Neste capítulo, proponho-me a realizar uma reflexão teórica que possibilite compreender os traços fundamentais que caracterizam a agricultura familiar. Conforme Lamarche (1993), “a exploração camponesa é familiar, mas nem todas as explorações familiares são camponesas”. Sendo isto correto, podemos deduzir que a compreensão da moderna agricultura familiar requer um diálogo com as abordagens clássicas e contemporâneas sobre o campesinato. Motivo pelo qual apresento neste primeiro capítulo uma revisão panorâmica das principais interpretações das formas familiares na agricultura e sua relação com o modo de produção capitalista.

Apresentarei a seguir as abordagens sobre o campesinato realizadas no âmbito do marxismo clássico, para as quais haveria uma incompatibilidade dos camponeses com o desenvolvimento capitalista, enfatizando-se os processos de diferenciação social e proletarianização. Em seguida, abordarei as construções teóricas sobre o campesinato formuladas por Chayanov (1974, 1981), que ressaltam a especificidade da economia camponesa e após a de Tepicht (1973) que a considera um modo de produção específico. No quarto ponto retomarei as contribuições erigidas em torno dos estudos sobre as *sociedades camponesas*, particularmente as contribuições de Mendras e Shanin, que conferem uma leitura sociológica a respeito dos camponeses. Por fim, examinarei as abordagens contemporâneas que conferem ao termo agricultura familiar um estatuto sociológico, apoiando-me nas contribuições de Ricardo Abramovay, que faz a distinção entre campesinato e agricultura familiar. Conclusivamente apresento uma breve sistematização a fim de explicitar o uso que faço do termo agricultura familiar.

1.1 O marxismo clássico e a inviabilidade do campesinato sob o capitalismo

Em Marx, não encontramos propriamente uma teoria acerca do campesinato. Em seu livro *O Capital* só há indícios do que mais tarde seria conhecida como “a questão agrária” trabalhada pelos marxistas, dos quais destacamos Kautsky e Lênin. Marx deparou-se com o tema a partir das categorias bases para a explicação da natureza da sociedade capitalista – burgueses e proletários. Centremo-nos em Marx, cuja atenção estava voltada para a compreensão da natureza do funcionamento do modo de produção capitalista e as relações de produção e de troca que lhe correspondem.

Em *O Capital*, Marx abordou a condição camponesa a partir da experiência inglesa, quando se ocupou em destacar como os métodos capitalistas de produção vão deslocando o campesinato daquele país¹². Conforme a teoria do valor trabalho, a relação entre três classes sociais envolvidas no processo de produção na agricultura, o capitalista, o proprietário de terras e o trabalhador, correspondem respectivamente a três formas de riqueza: do capital é o lucro ou juros, da terra é a renda fundiária e do trabalho é o salário.

A proposta de Marx foi a de compreender o desenvolvimento das forças produtivas e suas respectivas relações de produção. As forças produtivas - conteúdo do

12 O Capítulo XXIV do Vol. I de *O Capital*, Marx dedica-se a abordar “A chamada acumulação primitiva”, ponto de partida do regime capitalista de produção. No item 02, analisa “Como foi expropriada a terra da população rural”: Os antigos senhores feudais valeram-se de seu poder e iniciaram o processo de cercamento dos campos, com vista a criação de ovelhas para a nascente indústria de lã, expulsando assim os camponeses que as utilizavam para seus cultivos. Também a reforma religiosa impulsionou um violento processo de expropriação da maioria do povo que vivia em posses feudais da igreja. A revolução gloriosa, declarou a nova era de saque dos terrenos de domínio público e dos bens comunais, com a lei do cercamento das terras comunais, transformando-as em propriedade privada de uns poucos sem conceder nenhuma indenização aos camponeses expropriados. A terra que era um bem coletivo transforma-se assim na moderna propriedade privada: “Com estos métodos se abrió paso a la agricultura capitalista, se incorporó el capital a la tierra y se crearon los contingentes de proletários libres y privados de medios de vida que necesitaba la industria de las ciudades.” (Marx, 1973, p.624)

processo de produção - determinam o caráter das relações de produção, entendida como a forma econômica em que se efetua o processo de trabalho na sociedade capitalista.

O processo de trabalho capitalista é essencialmente um mecanismo de produção de mais-valia e não de produção simples de mercadorias. É a busca da produção deste sobre o trabalho que produz e reproduz as relações capitalistas de produção. Essa base econômica é, na verdade, a atividade material sensível realizada pelos homens na sociedade. Neste sentido, a maneira de produzir satisfaz não apenas suas necessidades imediatas, mas possibilita sua própria existência social, ou seja, possibilita sua reprodução social e não apenas sua reprodução biológica. Sendo assim, as condições de produção são simultaneamente as de reprodução.

Qualquer que seja a forma social do processo de produção tem este de ser contínuo ou de percorrer, periódica e ininterruptamente, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir nem de produzir. Por isso, todo processo social de produção, encerrado em suas conexões constantes e no fluxo de sua renovação, é ao mesmo tempo processo de reprodução. (MARX, 1985, p.659)

Este mecanismo de reprodução aparece com uma distinção entre reprodução simples e reprodução ampliada, como resultado da própria relação capital - trabalho, que é a base da relação social que permite a acumulação no capitalismo. No primeiro caso, a produção renova-se de ano a ano em quantidades iguais. Trata-se de uma reprodução simples porque na relação capital- trabalho toda a mais - valia é consumida pela classe capitalista sem que haja nenhuma acumulação. No segundo caso, a reprodução tende a ser cada vez maior quando ao longo do processo de circulação do

capital possibilita-se uma maior acumulação por parte de quem o possui. Nestas circunstâncias, a extração contínua da mais-valia, proporcionada pela repetição do processo de produção capitalista, permite ao capitalista alterar a composição orgânica do capital (isto é a relação entre capital constante e variável), reiniciando em novo patamar a reprodução do capital, da força de trabalho e, por conseguinte do processo de produção capitalista.

Interessa-me destacar que, em Marx, a idéia de reprodução está articulada aos fatores econômicos de produção da vida material condicionados pela forma de propriedade dos meios de produção e de troca de mercadorias. Ou seja, como processo de reprodução. O processo capitalista produz não apenas as mercadorias, mas, necessariamente, mais-valia, através da qual produz e reproduz também a própria relação de produção que distingue capital e trabalho. Assim, a reprodução compreende a produção e a criação de condições que permite continuar ocorrendo o processo produtivo.

A partir desta idéia geral, Marx percebia nos camponeses de sua época - aos quais se referia como inseridos no "*modo de produção parcelária*" no sentido de que estão integrados apenas parcialmente ao processo de divisão social do trabalho - uma grande incongruência com a lógica e a estrutura de funcionamento do "*modo de produção capitalista*" que pressupunha a reprodução ampliada do capital. Segundo as palavras do próprio Marx:

A exploração parcelar não tem como barreira o lucro médio do capital, ainda que o camponês seja um pequeno capitalista, nem a necessidade de renda, ainda que ele seja um proprietário de terra. Sendo ele um pequeno capitalista, o único limite absoluto é constituído pelo salário que ele atribui a si mesmo, feita a dedução de suas despesas propriamente ditas. (MARX,1950, p.185, apud. MOURA, 1978, p.17)

Conforme esta passagem, Marx via os camponeses como produtores independentes que configuravam uma situação atípica no capitalismo que poderia ser compreendida a partir do conceito de “produção simples de mercadorias”¹³, uma vez que estes não correspondem propriamente a nenhuma das classes fundamentais do capitalismo resultantes da divisão entre capital e trabalho.

Passo agora pontuar algumas contradições que, segundo a análise realizada por Marx, representavam a incompatibilidade dos camponeses com o modo de produção capitalista: a) serem os camponeses, ao mesmo tempo, proprietários e trabalhadores; b) serem capitalistas que não visavam a acumulação de capital; e c) serem proprietários de terra que não viviam das rendas auferidas da especulação fundiária, mas sim de seu trabalho que tem valor por ele mesmo atribuído.

Como produtores simples de mercadorias os camponeses não conseguem acumular capital por que não exploram trabalho alheio e ao mesmo tempo se sujeitam a abrir mão de uma maior renda obtida pela venda, intensificando sua auto-exploração, já

13 Este conceito de “produção simples de mercadorias” está presente na perspectiva neomarxista de Harriet Friedmann (1978) para a análise da reprodução das formas familiares na agricultura que estariam organizadas com base em relações sociais específicas segundo a qual “a condição básica para a reprodução da produção simples é a contínua recriação da integridade da unidade familiar como unidade de produção e consumo pessoal” (FRIEDMANN. Apud SCHNEIDER, 2003, p. 56) Uma detalhada apreciação da abordagem neomarxista encontra-se Scheneider (2003).

que parte do valor produzido por eles se transfere ao conjunto da sociedade via mecanismos que reduzem os preços dos seus produtos no mercado.

Nesse sentido, segundo Marx, os camponeses se vêem obrigados a deixar seus meios de subsistência para cada vez mais se incorporarem ao mercado industrial como assalariados, visto que não conseguem competir com o processo de produção capitalista na agricultura, que tende, por ganhos de escala, a reduzir o custo dos produtos agrícolas, forçando para baixo os ganhos dos produtores simples de mercadorias que são os camponeses.

Sendo assim, o campesinato representava para Marx um resquício da sociedade anterior que, sendo incompatível com a sociedade capitalista moderna, tenderia inevitavelmente a desaparecer¹⁴. Isso porque o capitalismo implica no desenvolvimento da contradição entre o caráter privado e social do trabalho, como me referi anteriormente. Devido à propriedade privada dos meios de produção, toda a sociedade tenderia a cindir-se em duas classes fundamentais: capitalista e proletária. Os camponeses, em meio a esse processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, estariam inevitavelmente destinados ao desaparecimento enquanto agrupamento social relevante. Segundo suas palavras:

14 Por outro caminho, M. Weber também enxergava os camponeses europeus como representantes de uma estrutura social arcaica e em descompasso com o “espírito do capitalismo”. Encontramos em seu texto “Capitalismo e sociedade rural na Alemanha a seguinte passagem: “O poder da tradição predomina, inevitavelmente na agricultura, cria e mantém tipos de produção rural no continente europeu que já não existem num país novo, como nos Estados Unidos; a esses tipos pertence, em primeiro lugar, o camponês europeu. (...) Na América o agricultor produz para o mercado. O mercado é mais antigo do que ele na América. O camponês europeu do tipo antigo era um homem que, na maioria dos casos, herdou a terra e produzia principalmente para atender às suas próprias necessidades. Na Europa, o mercado é mais novo do que o produtor. É claro que durante muitos anos o camponês vendeu seus produtos excedentes e, embora tecesse e fiasse, não podia satisfazer suas necessidades com seu próprio trabalho. Os últimos dois mil anos não treinaram o camponês para produzir visando o lucro” (WEBER , 1982, p. 124).

O desenvolvimento econômico distribui funções entre diferentes pessoas; e o artesão ou o camponês que produz com seus próprios meios de produção ou será transformado gradualmente num pequeno capitalista que também explora trabalho alheio ou sofrerá a perda de seus meios de produção e será transformado em trabalhador assalariado. (MARX, 1975 apud ABRAMOVAY, 1992, p. 35)

Kautsky e Vladimir L. Lênin dão continuidade à idéia de Marx da inviabilidade da reprodução do camponês sob o capitalismo. Em *A questão agrária*, Kautsky buscou demonstrar a superioridade econômica e técnica da grande propriedade em relação à pequena exploração familiar, que tenderia ao esgotamento de sua capacidade de reproduzir-se. Suas considerações apontaram que apesar da resistência camponesa por continuar produzindo, a agricultura se desenvolveria da mesma forma que a indústria, ou seja, de forma concentracionista e exploradora.

A ênfase na proletarização está presente na perspectiva de Kautsky, porém sob outro enfoque. Segundo este autor, o avanço do capitalismo dar-se-ia na agricultura por um lento e gradual desenvolvimento da industrialização da produção agrícola e das novas relações de produção patrocinadas pela indústria, pois nela está o embrião que promove o capitalismo: o progresso técnico, já que é através deste último que é possível aumentar a taxa de extração da mais-valia, fonte geradora de todo o lucro dos capitalistas.

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura desloca o modo camponês de produzir sem, porém, pressupor uma completa proletarização. Para Kautsky, nem todos que residem no meio rural se transformariam em proletários, mas também não seriam mais camponeses, pois passariam a viver de trabalhos acessórios e ocasionais, referindo-

se à situação em que os agricultores buscam completar sua renda vendendo sua força de trabalho. A fragmentação de suas terras e a sua incapacidade de competir com uma agricultura mercantil levaria os camponeses a “dedicar-se a um trabalho acessório, em detrimento de sua agricultura (...), pois sua exploração agrícola se torna cada vez mais irracional” (KAUTSKY,1980, p.188).

Segundo a abordagem de Kautsky, “a pequena exploração agrícola”, além de ser marcada pela inferioridade técnica e pelo elevado custo de produção, seria caracterizada pelo excesso de trabalho e pela insuficiência de consumo. Nesse sentido, a pequena produção condenava o camponês ao trabalho forçado e não lhe assegurava qualquer rendimento. Sobre este aspecto, Abramovay considera que:

Kautsky procura provar teoricamente que ali onde os camponeses sobrevivem isso não é sinônimo de eficiência, mas de superexploração, do fato de venderem seus produtos a preços que não cobrem sequer sua própria subsistência. (ABRAMOVAY, 1998, p. 46)

Conforme Kautsky, o campesinato representaria um modo de produzir pretérito ao capitalismo e que deveria ser superado. Segundo suas palavras: “a pequena produção é um fenômeno econômico do passado” (KAUTSKY, 1980, p.120).

Vladimir I. Lênin (1985), em seu estudo sobre o *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, retoma a idéia da crescente diferenciação entre capitalistas e proletários à qual estariam sujeitos os camponeses anteriormente apresentada por Marx. A partir da realidade russa, formulou a tese da diferenciação social produzida pelo avanço das relações capitalistas no campo.

Lênin afirmou que a constituição de um mercado interno para os meios de produção dar-se-ia através da desintegração da agricultura camponesa e das demais formas não capitalistas de produção, produzindo uma crescente diferenciação social entre agricultores ricos, médios e pobres. No caso russo, haveria um processo acentuado de diferenciação, onde os agricultores de porte médio estariam se decompondo socialmente. Resulta daí a visão da emergência de duas classes fundamentais e antagônicas do capitalismo também na agricultura. Ou seja, o desenvolvimento das relações capitalistas na agricultura faz com que uma parte dos camponeses venha a capitalizar-se, fortalecendo-se concentrando capital e meios de produção, tornando-se capitalistas, enquanto que outra parte perderia seu escasso capital, tornando-se camponeses cada vez mais explorados, até serem definitivamente convertidos em proletários.

A respeito da contribuição de Lênin a este debate é necessário considerar que suas preocupações eram de ordem prática do socialismo revolucionário (FERNANDES, 1978). Neste sentido, a ênfase dada por este ao processo de diferenciação social do campesinato tinha como propósito, conforme destacou Abramovay (1998), demonstrar a heterogeneidade do mundo rural, contrapondo a visão dos populistas russos de que haveria uma unidade de interesses entre os membros das diferentes classes rurais.

O referencial marxista permite-nos perceber que a reprodução social dos que têm pouca terra ocorre sob condições adversas, limitações impostas pela lógica de concentração do capital que orienta a grande indústria, impondo à estrutura agrária os mecanismos de mercado. Porém, estes autores não conseguem dar conta de como as

formas familiares de agricultura continuam a se reproduzir até nossos dias. Conforme Abramovay:

È impossível encontrar na estrutura de “O Capital” um conceito de camponês. Se do ponto de vista marxista, é possível falar conceitualmente de classe operária e burguesia, campesinato é uma expressão que não encontra lugar definido no corpo de categorias que formam as leis básicas de desenvolvimento do capitalismo.(...) As duas únicas classes que possuem a universalização de incorporar nelas mesmas os elementos básicos de organização da sociedade contemporânea são a burguesia e o proletariado. (ABRAMOVAY, 1998, p.35-36)

A abordagem marxista clássica, em seus fundamentos de ordem conceitual e epistemológica, percebe o desenvolvimento capitalista como um processo contínuo e inexorável de separação do trabalho e capital, promovendo a formação de duas classes fundamentais e antagônicas: burgueses e proletários. É neste sentido que uma formação social que reúne no mesmo ator social a condição de trabalhador e proprietário dos meios de produção estaria inevitavelmente fadada ao desaparecimento.

Entretanto, como salienta Schneider (2003), o mérito destes estudos consiste no fato de que, ao imporem ênfase na análise do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, conseguem mostrar como formações sociais vão sendo superadas e mesmo eliminadas com o avanço do processo de divisão social do trabalho no capitalismo e indicam como aparecem novas categorias em seu lugar. Esta abordagem marxista poderá ser melhor apreendida em contraste com um enfoque da microeconomia do comportamento camponês formulada por Alexander Chayanov.

1.2 Chayanov e a Especificidade da Economia Camponesa

Alexander V. Chayanov (1981) afirmava que os camponeses não poderiam ser entendidos através da teoria do valor trabalho. Sua microeconomia voltou-se para o interior da unidade familiar, tomada como uma unidade econômica indivisível, centrando sua atenção nos processos internos de funcionamento do que chamou de “*Unidade Econômica Camponesa*”. Esta é percebida como detentora de uma racionalidade que lhe confere dinâmica e funcionamento específicos.

O eixo central de sua teoria consiste na afirmação de que essa unidade econômica – a família camponesa – pauta sua orientação por princípios provenientes de seu funcionamento interno, buscando equilibrar a capacidade de trabalho da família com suas necessidades de consumo. Assim, o trabalho familiar se opõe ao trabalho assalariado. Segundo Chayanov, essa forma de trabalho caracterizado pelo emprego da mão-de-obra familiar lhe confere uma especificidade, sendo um dos fatores centrais que a diferem das unidades de produção capitalista.

Na economia agrícola familiar, a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra, e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens. Uma simples observação da estrutura da unidade de trabalho familiar é suficiente para compreender que é impossível, sem a categoria salários, impor a esta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro do capital, como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra. (CHAYANOV,1981, p.138)

A partir desse aspecto, Chayanov chamou a atenção para o fato de que a ausência da produção da mais-valia imprimia à unidade de produção familiar um caráter

exclusivo, não capitalista, mas esta não pode ser percebida como um modo de produção no sentido marxista. Ela é vista como uma forma particular de organizar a produção que se reproduz no interior de modos de produção diversos. Seus mecanismos de reprodução social estão inseridos no processo geral de reprodução do capital.

No entanto, mesmo estando em maior ou menor grau integrada ao movimento geral de valorização do capital, a economia camponesa não pode ser pensada como sendo algo residual, um anacronismo em meio ao desenvolvimento capitalista que necessariamente ruma para a dissolução. Para este autor, o camponês existe por corresponder a uma necessidade social, assim o camponês aparece como um “sujeito criando sua própria existência”. (CHAYANOV apud ABRAMOVAY, 1998, p.59).

Para Chayanov, a família é percebida por sua produção econômica enquanto um conjunto de produtores e consumidores, como uma unidade de força de trabalho e de consumo centrada num casal e seus filhos, aos quais podem-se agregar outros membros e cujo esforço se dirige ao que ele chama de “balanço entre a capacidade de trabalho e a necessidade de consumo” buscando alcançar o “grau ótimo de exploração”. Conforme propunha este autor:

Uma análise mais profunda indica o seguinte: o produto do trabalho indivisível de uma família, e, por conseguinte as prosperidades da exploração familiares, não aumentam de maneira tão marcante quanto o rendimento de uma unidade econômica capitalista influenciada pelos mesmos fatores, porque o camponês trabalhador, ao perceber o aumento da produtividade do trabalho, inevitavelmente equilibrará os fatores econômicos internos de sua granja, ou seja, com menor auto-exploração de sua capacidade de trabalho. Ele satisfaz melhor as necessidades de sua família, com menor dispêndio de trabalho, e reduz assim a intensidade técnica do conjunto de sua atividade econômica. (CHAYANOV, 1981, p.141)

Depreende-se desta passagem que o caráter indivisível da atividade familiar constitui-se na dimensão fundamental para a compreensão da família camponesa. A produção é o retorno da atividade de toda a família. Fator esse que pode, inclusive, liberar força de trabalho para fora da unidade familiar quando parte dela for excedente, ou introduzir mudanças no padrão tecnológico como estratégia para compensar a escassez de força de trabalho.

Chayanov parte da premissa de que a família tem o controle sobre o próprio trabalho e sobre o processo produtivo que realiza, sendo capaz de definir as melhores estratégias visando a satisfação de suas necessidades com o menor grau de auto-exploração do trabalho. É deste pressuposto que emerge a idéia de que há uma dimensão subjetiva que molda o perfil camponês de seu tempo.

A familia campesina trata de cubrir sus necesidades de la manera más fácil y, por lo tanto, pondera los medios efectivos de producción y cualquier otro objeto al cual puede aplicarse su fuerza de trabajo, y la distribuye de manera que brida una remuneración elevada. De esta manera, es frecuente que, al buscar la retribución más alta por unidad doméstica de trabajo, la familia campesina deje sin utilizar la tierra y los medios de producción de que dispone si otras formas de trabajo le proporcionan condiciones más ventajosas. (CHAYANOV, 1974, p.120)

Nota-se que da centralidade da família como promotora do esforço de trabalho, detentora da propriedade e definidora das necessidades de consumo, decorre a importância da evolução de sua composição demográfica, como um elemento chave do próprio processo de transformação interno da unidade família/estabelecimento; o que Chayanov denominou “*diferenciação demográfica*”. Ou seja, no ciclo de desenvolvimento da família ocorre uma alteração entre o número de consumidores e o de produtores,

promovendo uma diferenciação relativa a composição interna do grupo doméstico. Ao longo de sua existência, a família atravessa diferentes ciclos demográficos que determinam tanto a oferta de trabalho quanto o nível de consumo. Há uma história (econômica) da família, onde o apogeu de sua capacidade produtiva é alcançado quando esta consegue um equilíbrio entre os membros trabalhadores e consumidores. Conclui-se, assim, que:

Cada familia, entonces, segun su edad, constitui en sus diferentes fases un aparato de trabajo completamente distinto de acuerdo com su fuerza de trabajo, la intensidad de la demanda de sus necesidades, la relación consumidor-trabajador, y la posibilidad de aplicar los principios de la cooperación compleja. (CHAYANOV, 1974, p.55-56)

Segundo as formulações de Chayanov a *Unidade Econômica Camponesa (U.E.C.)*, com plena capacidade de autodeterminar-se no processo produtivo da agricultura, funcionaria com base em quatro aspectos gerais: a) ser ao mesmo tempo uma unidade de produtores e consumidores; b) deter a capacidade de estabelecer os objetivos e estratégias para o equilíbrio entre consumo e penalidade do trabalho, ou seja, buscando alcançar o “*grau ótimo de exploração do trabalho*”; c) as Unidades Econômicas Camponesas não são historicamente homogêneas porque no seu interior ocorre uma permanente diferenciação demográfica (da infância à velhice, passando pela juventude e vida adulta), assim a evolução econômica da família é dada pelo avanço do ciclo etário; d) a família sempre realiza um cálculo entre intensificar a exploração do trabalho ou introduzir mudanças tecnológicas ou ainda procurar trabalho fora da Unidade Econômica Camponesa.

A caracterização do campesinato feita por Chayanov, enfatizando sua lógica de funcionamento interno, foi inspiradora de novos estudos no final dos anos 60 quando sua obra foi conhecida no Ocidente, como os do polonês Tepicht, que veremos a seguir.

1.3 Jerzy Tepicht: Campesinato como um modo de produção (subordinado)

A importância da obra de Tepicht para este trabalho reside na busca deste autor em integrar numa mesma construção teórica as abordagens marxistas, que enfatizam os processos macro-estruturais, onde a produção agrícola familiar se insere, com a perspectiva chayanoviana da análise dos aspectos internos que determinam o comportamento econômico camponês. Neste sentido, dois aspectos fazem parte de sua abordagem do campesinato: a) do ponto de vista externo o campesinato se constitui em um modo de produção subordinado; b) do ponto de vista interno sua especificidade reside no caráter familiar da economia camponesa.

Primeiramente chama a atenção do autor o fato de que a produção camponesa tem estado presente de forma tão disseminada em diferentes formações sociais e históricas a ponto desta poder ser pensada como um modo de produção particular, caracterizada pela produção simples de mercadorias. Trata-se de um modo de produção voltado para os interesses da reprodução social da unidade produtiva da família camponesa. Todavia, ela não se constituiu como geradora de formações sociais específicas, permanecendo no interior de outras formações de maneira subordinada. Segundo Otávio G. Velho (1979), seria esta própria subordinação que garantiria sua reprodução. Tepicht estabelece o debate nos seguintes termos:

(a economia camponesa) apresenta uma combinação particular dos fatores de produção (forças produtivas) unida a um tipo particular de relações entre os homens (relações de produção). Possui, então, todos os traços do que Marx chamou de modo de produção, menos um: não é jamais apresentada em nenhuma formação histórica onde aparece por uma classe dirigente. De uma maneira ou de outra, mantém-se em posição de subordinação" (TEPICHT, 1973, apud VELHO,1979, p.51)

Tepicht destaca que a economia camponesa não se restringe a uma produção de subsistência. Para este autor, além do caráter familiar e das relações entre os fatores de produção, existem relações entre a economia camponesa e o mercado, o que ele designa de "intensidade externa". Essa relação se dá a partir de uma intensificação das relações das unidades produtivas com o mercado, seja de produtos agrícolas comercializados pelos camponeses como pela compra de insumos necessários à produção familiar.

Abramovay (1998) ressalta que, segundo Tepicht, a família camponesa cumpre, tanto sob o capitalismo como sob o socialismo, a função de oferecer produtos agrícolas a preços mais baixos do que os praticados por grandes empresas agrícolas.

A base desta diferença de preços reside em última análise no fato de que o camponês não exige, para manter-se na atividade, a obtenção da taxa média de lucro, como mostra Marx, no pequeno trecho d' O Capital dedicado à análise da propriedade parcelar (...) O essencial, ao contrário, é a obtenção de uma renda que permita fundamentalmente a reprodução da própria família. (ABRAMOVAY, 1998, p.73)

Do ponto de vista interno, este modo de produção específico estaria baseado no caráter familiar da economia camponesa. Segundo Tepicht, esta se constitui na simbiose entre trabalho agrícola e economia doméstica, ressaltando duas dimensões de um mesmo fator: o forte coletivismo interno da família camponesa e sua individualização

em relação ao meio externo. Ou seja, o caráter familiar da economia camponesa é sua característica básica da qual decorrem a relação com os fatores de produção e com o mercado, e a relação entre o trabalho e sua remuneração.

Com efeito, Tepicht atenta para o fato de que a família camponesa encontra-se no interior de uma cápsula: o coletivismo interno e o individualismo externo. Este encapsulamento é atribuído ao desenvolvimento da economia de mercado, que restringe cada vez mais o patrimônio familiar, subordinando o destino pessoal de cada um ao interesse da pequena empresa familiar. Casamentos, migrações e mudanças de profissão são vistos sob esta ótica.

A subordinação severa do destino pessoal de cada um ao interesse da pequena empresa familiar – no plano da economia, do prestígio etc. Um casamento, a partida de alguém, uma mudança de profissão, tudo é considerado sob este ângulo. Enfim, uma das manifestações mais características desse estado de coisas é o caráter impessoal do trabalho e, sobretudo, da renda de todos, a exceção do chefe da família. (TEPICHT, 1973, p.23)

A subordinação de cada um dos membros da família a este coletivismo interno seria um dos principais fatores responsáveis para permanência do campesinato através da história, pressupõe a subordinação do destino pessoal ao interesse coletivo da família agricultora. Esta prevalência do interesse coletivo da família sobre os projetos individuais passa a configurar um aspecto crítico da condição camponesa e de sua organização patriarcal:

É precisamente este coletivismo interno rigoroso que se torna uma das fontes de sua crise. O conflito entre os “menores de trinta anos” e seus pais (...); a impossibilidade de se afirmar no trabalho e de dispor materialmente de si mesmo, estimulam a partida dos mais dinâmicos,

engendrando o envelhecimento do “pessoal” dos estabelecimentos camponeses. O abandono daqueles que ficam, afinal, sem herdeiros. Os esforços para adaptar-se às novas exigências do tempo (...) agravam sua situação financeira, sem resolver, contudo, seus conflitos internos. O que foi um dos traços mais antigos e mais duráveis da economia camponesa torna-se um dos fatores de sua inevitável ruptura. (TEPICHT, 1973, p.24)

Percebe-se que, para este autor, os indícios do declínio da economia camponesa estariam no esfacelamento do coletivismo interno e acirramento do conflito entre os jovens - “os menores de trinta anos” - e seus pais devido à impossibilidade dos primeiros afirmarem-se como produtores independentes, dispondo assim do próprio trabalho. Esta crise se faria refletir na intensificação da migração de não herdeiros e dos próprios herdeiros. Os processos de modernização tecnológica da agricultura só fariam acentuar essa crise. Percebe-se, daí, que o desenvolvimento do capitalismo tenderia a ter um efeito desagregador desta economia camponesa.

Ao compreender a utilização intensiva do trabalho familiar no modo de produção camponês, para prover a sua manutenção e sua reprodução, Tepicht estabelece a distinção entre “forças plenas” e “forças marginais”.

Na maior parte das unidades camponesas da Europa, o essencial dos trabalhos da lavoura é assegurado pelo chefe da família e pelos membros da família que se encontram em plena força. Já o serviço dos estábulos, dos chiqueiros e o que se refere aos pequenos animais é garantido, sobretudo pelo trabalho em tempo parcial das mulheres, crianças e velhos, além das margens de tempo disponíveis pelo chefe da família, em suma, pelas forças marginais da unidade produtiva. Poderíamos chamar estas forças, também, de não transferíveis, já que se esta família deixar sua exploração agrícola não poderá mais recorrer a estas forças para assegurar sua subsistência. (TEPICHT, 1973, p. 37)

Tepicht caracteriza como “*forças plenas*” os homens adultos em idade produtiva que realizam as atividades principais do empreendimento agrícola e que podem ser transferidas alternativamente ao mercado de trabalho não agrícola. Por sua vez, por “*forças marginais*” ele entende todo o trabalho parcial na exploração familiar, representadas pelo trabalho a meio tempo de crianças, mulheres e idosos, que seriam não transferíveis ao mercado de trabalho e que geram uma renda marginal no interior da produção familiar.

A característica “*marginal*” em Tepicht representa uma situação objetiva em face de uma economia englobante que se beneficia de sua fraca mobilidade profissional, enquanto que para Chayanov expressa um sentimento subjetivo presumido do camponês (WOORTMANN, 1995). Ao distinguir, entre as ocupações da unidade familiar, as que utilizam suas forças marginais não transferíveis, Otávio Velho ressalta que:

Tepicht tenta mostrar como a necessidade de parte da família de utilizar plenamente seu principal recurso - a sua força de trabalho - em face da ausência de ocupações alternativas leva-a a trabalhar além do ponto que seria considerado racional segundo critérios capitalistas, mobilizando suas forças marginais. (VELHO, 1979, p.54)

Percebemos que tanto Tepicht como Chayanov focalizam a composição interna do grupo doméstico, mas adotam perspectivas distintas. Enquanto Chayanov enfatiza a diferenciação demográfica da família segundo o ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, Tepicht utiliza outro critério, o da distinção entre forças plenas e forças marginais. Conforme este último, a viabilidade econômica de certas atividades

desenvolvidas no interior do empreendimento familiar explicam-se por serem realizadas pelas forças marginais da família, portanto, a um custo de oportunidade muito baixo. A seguir focalizarei os estudos que abordam as sociedades camponesas.

1.4 Mendras e Shanin: Tipologias das “Sociedades Camponesas”

O termo “*Sociedades Camponesas*” ganha estatuto científico a partir dos estudos do antropólogo norte-americano Robert Redfield já nos fins de 1940. Este segue as orientações da tradição antropológica de Malinowski e Radcliffe- Brown, transpondo o método utilizado no estudo de “sociedades primitivas” para as sociedades camponesas. O termo sociedade é de maior importância, uma vez que para os funcionalistas o objeto de estudo é tomado como uma totalidade autodeterminada.

O campesinato passou a ser um dos mais importantes casos onde esse “modelo conceitual” foi utilizado. Por desenvolverem um “*modo de vida específico*”, mesmo que influenciados por estruturas sociais mais amplas, os camponeses aparecem configurando uma totalidade provida de estatuto social e, sobretudo, de uma cultura própria. Entretanto, diferente da cultura selvagem, os camponeses estão sintomaticamente integrados à vida social das suas nações. Esta particularidade faz deles uma totalidade parcial, colocando o campesinato numa condição de “*sociedade parcial*” ou uma “*cultura parcial*” (ABRAMOVAY, 1998). Com base nisso, Redfield define o campesinato da seguinte maneira:

Chamarei camponês quem tem ao menos estas características em comum: sua agricultura está voltada para a manutenção [*their agriculture*

is a livelihood] e é um modo de vida e não um negócio visando o lucro (...) vê-se um camponês como um homem que tem o controle efetivo de um pedaço de terra ao qual se encontra ligado há muito tempo por laços de tradição e sentimento. (REDFIELD, 1956 apud ABRAMOVAY, 1998, p.108)

Henri Mendras assume o termo sociedades camponesas formulado no âmbito do funcionalismo e o reelabora, com base na experiência francesa, em termos de tipos ideais. Segundo este autor, o tipo ideal de sociedade camponesa pode ser definido pela presença de cinco características básicas:

- 1) A autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina, mas tolera as suas originalidades;
- 2) A importância estrutural do grupo doméstico, organização da vida econômica e da vida social da coletividade;
- 3) Um sistema econômico de autarquia relativa, que não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia envolvente;
- 4) Uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunvizinhas;
- 5) A função decisiva do papel de mediação dos notáveis entre coletividades camponesas e sociedades envolventes” (MENDRAS, 1978, p. 14-15).

A vida em comum onde “*todo mundo conhece todo mundo*” implica em interconhecimento, conforme Mendras: “O camponês vive toda sua vida e todos os aspectos desta em uma coletividade de interconhecimento, isto é, ele ali conhece todo mundo e todos os aspectos da personalidade dos outros” (MENDRAS, 1974 apud ABRAMOVAY,1998, p.109). O interconhecimento é a base da sociedade camponesa e remete à idéia de que as relações operam com base na reciprocidade. Conforme Abramovay (1998), Polany faz da reciprocidade um dos princípios estruturadores da

vida social e material das sociedades anteriores ao capitalismo. A reciprocidade significa que há um fluxo de dupla direção ou circular de bens. O direito à subsistência e à reciprocidade são os princípios morais que norteiam a vida da aldeia. Assim a especificidade do campesinato residiria na existência de um código de conduta partilhado comunitariamente até por setores sociais antagônicos, que funcionaria como princípio estruturador da vida social.

Mendras (1978) destaca que as sociedades camponesas estariam em desaparecimento frente à sociedade urbana e industrial. Ele observa que o camponês transforma-se em agricultor:

O camponês transforma-se em agricultor, produtor agrícola que é ao mesmo tempo, “empreiteiro” e “trabalhador”, proprietário de seus meios de produção, mas que não utiliza - ou só em pequena escala - mão-de-obra assalariada. (MENDRAS, 1978, p.13).

Segundo suas considerações, o agricultor vive em uma sociedade industrial, na qual as coletividades locais não têm mais autonomia do que outros grupos ou organizações. Nesse caso, a produção agrícola comandada pelo mercado realiza-se em empresas familiares onde já não mais existe o autoconsumo e a produção é inteiramente comercializada. Mendras enxerga o fim do campesinato no território francês e sua substituição pelo agricultor moderno, visto que: “O camponês não saberá sobreviver ao desaparecimento da coletividade aldeã e da autocracia familiar.” (MENDRAS, 1978, p.15).

Por sua vez, Teodor Shanin apresenta quatro aspectos distintivos que caracterizariam o campesinato: a) a propriedade rural familiar como a unidade básica da

organização econômica e social; b) a agricultura como principal fonte de sobrevivência; c) a vida em aldeia e a cultura específica das pequenas comunidades rurais e d) a situação oprimida, isto é, a dominação e exploração dos camponeses por poderosas forças externas. Vejamos em suas palavras:

Colocando num estilo telegráfico, delimitaremos camponato como uma entidade social com quatro facetas essenciais e interligadas: a unidade familiar como a unidade básica multifuncional de organização social, trabalho na terra e normalmente com criação de animais como principal meio de subsistência, uma cultura tradicional específica diretamente ligada ao modo de vida das pequenas comunidades rurais e sujeição multidirecional a poderes exteriores (SHANIN, 1973 apud ABRAMOVAY, 1998, p.108)

Posteriormente, o próprio Shanin trataria de criticar essa definição afirmando que os quatro componentes desse delineamento são insuficientes, não porque falte outro que deva ser acrescido, mas principalmente porque os vínculos entre eles ficaram sem maiores especificações (SHANIN, 1980).

A especificidade do camponês reflete a interdependência entre esses quatro elementos básicos mencionados e não pode ser pura e simplesmente reduzida a qualquer um deles. Ao mesmo tempo, o cerne de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social. (SHANIN, 1980, p.51)

A importância da definição de Shanin reside em dois elementos básicos :1) a *cultura tradicional*; 2) o *modo de vida de pequenas comunidades rurais*. Nesse sentido, a

aldeia é a materialização do caráter comunitário da vida camponesa, uma vez que é nos limites da comunidade da aldeia que se opera o essencial da socialização camponesa.

Deste debate interessa-me destacar principalmente que, quando se fala de campesinato, os dois elementos centrais apontados por Shanin devem estar presentes. Uma vez que se trata do campesinato, a referência social determinante da conduta estará na pequena comunidade, cuja reprodução material responde a um conjunto de regras e valores para quais as relações pessoais são determinantes. Nesse sentido, mais que um tipo econômico, o camponês representa um modo de vida. Aqui a economia não existe como esfera institucional autônoma da vida social, mas tem seus traços baseados em relações pessoais, daí a importância das noções de *interconhecimento* e de *reciprocidade*. Nesse caso, a família e a comunidade impõem sentido a atividade camponesa. A família como unidade produtiva indivisível, conforme proposto por Chayanov, produz com o objetivo de assegurar a reprodução não apenas dos meios de vida, mas também de um modo de vida.

Podemos observar que a parcialidade da sociedade camponesa vem exatamente do fato de que, apesar de estar organizada em torno de códigos sociais próprios, ela se relaciona - por meio de notáveis - com o mundo exterior. Por isto, do ponto de vista econômico, além de seu caráter familiar, o camponês pode ser definido por dois traços básicos: a) *integração parcial ao mercado* e b) *o caráter incompleto ou imperfeito desses mercados* (BRAMOVAY, 1998).

O traço básico das sociedades camponesas é sua integração parcial a mercados incompletos. Na existência da possibilidade, margem de manobra, de não depender do

mercado, há uma *flexibilidade* entre consumo e venda, em função de circunstâncias e ocasiões. Isso não significa que o mercado não tenha relevância, que não seja levado em consideração, mas o camponês atua segundo uma estratégia na qual o grau de sua integração no mercado não é dado de antemão, é, nesse sentido, uma integração parcial. Nem todos os meios de produção são comprados; nem toda produção destina-se à comercialização. Ou seja, não foram transformados em mercadorias, sendo importante o peso da produção para o autoconsumo.

Outro elemento das características econômicas dos camponeses é sua presença em um ambiente caracterizado pelo caráter imperfeito dos mercados. Trata-se de ambientes econômicos onde tudo leva o agricultor à mais completa relação de dependência pessoal em relação àqueles que intermediam sua inserção na divisão social do trabalho. O caráter imperfeito dos mercados não se deve à crença em mercados perfeitos, trata-se apenas da ausência de estruturas competitivas ou concorrenciais que podem ser assim sintetizados: a) O mercado de crédito e capitais é fragmentário ou inexistente dependente de fonte locais; b) Ausência de estruturas competitivas para a compra de insumos ou comercialização da produção; c) Há poucas informações sobre a situação de mercados, reforçando a dependência do camponês em relação ao comerciante local; d) Os critérios de ocupação e transferência de terras submetem-se a regras estabelecidas pela comunidade local; e) As dificuldades de transporte, comunicação e de circulação de mercadorias reforçam o poder do comerciante local. Este conjunto de características equivalem a relações mercantis baseadas em laços personalizados de relações particulares, diferentemente das relações impessoais que se

estabelecem nos mercados capitalistas. A respeito da parcialidade dos mercados e seu caráter imperfeito, ou seja, da baixa concorrência, Abramovay registra: “Nada mais distante da definição de modo de vida camponês do que uma racionalidade fundamentalmente econômica” (ABRAMOVAY, 1998, p.115). O entendimento das limitações que demarcam a especificidade das “*sociedades camponesas*” nos possibilita compreender melhor o que se entende atualmente por agricultura familiar.

1.5 Abramovay: A Moderna Agricultura Familiar

Ricardo Abramovay apresenta, em *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*, a mais complexa formulação acerca dos agricultores familiares entre os estudiosos brasileiros. Nesse trabalho, o autor examina a experiência das nações capitalistas mais avançadas, onde a agricultura familiar aparece como a base de uma agricultura altamente produtiva e profissionalizada, capaz de incorporar os principais avanços do desenvolvimento tecnológico, sem perder, contudo, o caráter familiar da gestão e do processo de trabalho. Conforme Schneider (2003), Abramovay conferiu maior clareza ao objeto sociológico, como ainda contribuiu para que fosse superada, no interior das Ciências Sociais, a falsa dicotomia em torno do caráter tradicional/moderno ou capitalistas/camponeses daqueles que habitam e trabalham no espaço rural.

A definição de agricultura familiar feita por Abramovay inicia-se pela diferença estabelecida em relação às sociedades camponesas, vista no ponto anterior. Segundo ele, através da integração da agricultura de base familiar ao mercado processaram-se profundas mudanças na vida social, na racionalidade econômica e nos processos

produtivos que caracterizavam o campesinato tradicional. Abramovay argumenta que o processo de desenvolvimento capitalista impôs mudanças radicais à lógica tradicional camponesa apontada por Chayanov e caracterizada como sendo configurada por uma integração parcial a mercados imperfeitos por Teodor Shanin. Conforme salienta Abramovay:

As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis. Tão logo os mecanismos de preços adquiram função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perderão interinamente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social. (ABRAMOVAY, 1998, p.117)

O autor mostra que os princípios que estruturavam as sociedades camponesas, caracterizadas por uma racionalidade econômica incompleta e por vínculos sociais dados pela tradição e relações personificadas, vão perdendo espaço para a racionalidade mercantil que determina os ritmos dos processos produtivos da moderna agricultura. Nas circunstâncias de um mercado capitalista plenamente desenvolvido, Abramovay argumenta que é mais adequado pensar as formas de configuração e reprodução da agricultura familiar correspondendo às situações onde a propriedade dos meios de produção e a gestão dos processo de trabalho se encontrem assentadas em bases de relações familiares. Esta característica faz dela um setor único na economia capitalista.

O peso da produção familiar na agricultura faz dela hoje um setor único no capitalismo contemporâneo: não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão estruturem-se tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e onde a participação de mão-de-obra não contratada seja tão importante. (ABRAMOVAY, 1998, p.209).

Os agricultores familiares contemporâneos aparecem assim como sujeitos ativos dos processos de transformação pelos quais têm passado a agricultura e os espaços sociais agrários. Eles vão alterando sua própria existência anterior, visando adaptar-se aos novos padrões produtivos. Abramovay também reconhece a importância de considerar os elementos endógenos de funcionamento das unidades familiares. Segundo ele:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística em um estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas. (ABRAMOVAY, 1997 apud SCHNEIDER, 2003, p. 41)

Percebe-se que este tipo de unidade produtiva, que conjuga na sua constituição os elementos terra - trabalho - família, visando assegurar sua existência enquanto unidade econômica independente e construindo estratégias produtivas a fim de garantir sua reprodução social como agricultores, continua existindo no capitalismo. Para isso, desenvolvem no âmbito da família estratégias adaptativas ao mercado, que devem ser percebidas como respostas no âmbito da organização do trabalho e da capacidade de produção da unidade familiar, frente às determinações externas do desenvolvimento capitalista, de maneira a assegurar sua reprodução social.

1.6 Agricultura Familiar : síntese teórica.

Percebe-se, a partir desta revisão teórica, que a questão fundamental a diferenciar o camponês tradicional do moderno agricultor familiar está na intensidade de sua integração e dependência do mercado capitalista. Entendo que as teorias do campesinato vistas neste capítulo, têm sido de fundamental relevância para a compreensão das características da agricultura familiar que tem no campesinato tradicional uma forma particular de sua expressão. Parece-me que ao longo do tempo, o campesinato passou por diversos modos de produção, evoluindo da condição servil para a de produtor independente. Atualmente, a agricultura familiar emerge como categoria a partir dos processos de modernização agrícola e de plena articulação dos produtores familiares com os mecanismos de mercado.

O processo de desenvolvimento capitalista impôs profundas mudanças à lógica tradicional camponesa. O princípio da alteridade camponesa vista por Chayanov vem perdendo espaço para a racionalidade mercantil, acompanhada por novos padrões tecnológicos, pela busca de mercados para os produtos agrícolas e pela dependência cada vez maior dos agricultores em relação ao sistema financeiro. Nestas circunstâncias, a pequena propriedade agrícola assume cada vez mais a forma de agricultura familiar. É neste sentido que todo camponês pode ser considerado um agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar poderá ser considerado camponês. Apesar do volume e da intensidade das mudanças que distinguem ambas as formações, todo este processo conservou o caráter fundamental destes agricultores, que é constituírem-se numa

unidade de produção e consumo familiar; manteve-se o caráter familiar do trabalho agrícola, configurando uma *unidade de produção familiar*.

Se por um lado a extinção da produção familiar na agricultura não ocorreu com o capitalismo - ao contrário, esta se evidencia nos países de capitalismo avançado, por outro, o processo de modernização agrícola impôs novas dinâmicas econômicas e produtivas, deslocando seus traços camponeses. Convivem conflitivamente os valores familiares e mercantis orientando estratégias produtivas e reprodutivas. Promoveu-se, assim, uma adaptação subordinada da organização do processo de trabalho familiar, como produtores simples de mercadorias, em relação ao modo de produção capitalista.

A forma de organização produtiva caracterizada como agricultura familiar conjuga na sua constituição os elementos terra - trabalho - família, visando assegurar sua existência enquanto unidade econômica independente, construindo estratégias produtivas, respostas no âmbito da organização do trabalho, a fim de assegurar a reprodução social e física da força de trabalho e da unidade de produção familiar. Como vimos, estas condições de reprodução estão condicionadas por um duplo movimento: de um lado, impõe-se o movimento geral do desenvolvimento capitalista na agricultura, que passa a reger cada vez mais as lógicas internas da organização da unidade de produção familiar, imputando a ela as determinações do mercado e da valorização do capital. Por outro lado, estão sujeitas a fatores internos específicos da própria unidade produtiva e sua lógica familiar, cujos condicionantes estão na composição familiar, onde a presença dos jovens, filhos de agricultores, cumpre um papel fundamental no processo de reprodução social dos agricultores familiares.

A reprodução social destas unidades produtivas, que não realizam a reprodução ampliada do capital, certamente serão restringidas pelo padrão da acumulação capitalista. O avanço das relações de produção capitalista na agricultura e a conseqüente integração dos agricultores ao mercado - do qual dois aspectos são a constante subida de preços dos insumos de que necessitam e a quase estagnação dos preços dos produtos comercializados - levam amplas parcelas a terem inviabilizadas suas condições de reprodução social. Como resultado, as novas gerações têm deixado a agricultura para trabalhar como assalariados, outros buscam combinar trabalho assalariado com a atividade agrícola caracterizando as situações de *pluriatividade*. Alguns encontram nas possibilidades abertas pelas relações mercantis os meios para profissionalizar a produção familiar, aumentar a produtividade e a rentabilidade da exploração familiar. Frente a essas possibilidades, confirma-se uma tendência à diferenciação social entre os agricultores familiares em seu conjunto.

Considerando esta diversidade, a agricultura familiar permanece como uma categoria bastante genérica. É tarefa da Sociologia tentar aprimorar esta construção analítica, uma vez que a combinação entre terra, trabalho e família assume no tempo e no espaço uma grande diversidade de formas sociais. Como afirma Hugues Lamarche: “a exploração familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda a diversidade”. (LAMARCHE, 1993, p.18) Desta forma é preciso não confundir o tipo capitalista da agricultura norte-americana, baseada em empresas familiares altamente capitalizadas e de produtividade elevada, com o tipo de agricultura familiar existente em outros países, mesmo os desenvolvidos (GUIMARÃES, 1979).

Destaca-se que apesar da diversidade existente, a literatura sobre agricultura familiar vem apresentando alguns pressupostos comuns para caracterizá-la, sublinha-se a própria diversidade de manifestações e particularidades, a ótica da continuidade - redefinição das formas, valores e tradições; a família como proprietária, trabalhadora e produtora (TEDESCO, 1999, p.33). É claro que estes elementos conferem à categoria de agricultura familiar uma unidade, porém, não põem fim à generalidade.

Concluimos desta revisão teórica que as características centrais da agricultura familiar residem no fato de que gestão do trabalho e da propriedade dos meios de produção - mesmo que não necessariamente da terra - encontram-se sobre a responsabilidade da família: entendida como grupo doméstico de trabalho e de consumo¹⁵ que realiza no seu interior a sucessão profissional e a transmissão do patrimônio. Ainda que estes produtores estejam altamente integrados ao mercado capitalista o seu processo de trabalho repousa em bases familiares¹⁶ e não salariais, não gerando mais-valia, neste sentido, podem ser entendidos como produtores simples de mercadorias que têm suas orientações econômicas voltadas para a reprodução social familiar.

15 Este espaço social tomado como unidade de análise é que chamarei de Unidade de Produção Familiar.

16 O processo de trabalho da agricultura familiar será definido no Capítulo 4.

2 OS JOVENS AGRICULTORES COMO CATEGORIA SOCIOLÓGICA

Este capítulo representa o esforço de produzir uma compreensão sociológica de um modo específico de ser e de viver, mediado por processos sociais agrários que caracterizam os jovens agricultores. Esta é a categoria analítica utilizada para interpretar os processos sociais protagonizados por jovens que têm sua socialização marcada pela inserção nas relações sociais de produção e reprodução da agricultura familiar. Em outras palavras, o jovem agricultor, enquanto categoria de análise, corresponde aos jovens na agricultura familiar.

O tema da juventude sempre esteve presente nas Ciências Sociais. Por vezes se trabalhou com uma idéia genérica de juventude, em outros momentos se enfatizou a especificidade no interior desta (CARDOSO; SAMPAIO,1995). Os jovens foram vistos de diferentes modos e por diferentes métodos. Os estudos sobre a juventude indicam que devemos percebê-la como uma construção social, cultural e histórica dinâmica, intimamente ligada às transformações da modernidade. Conforme a lição de Mannheim, sociologicamente é preciso pensar juventude e sociedade em termos de reciprocidade

total (MANNHEIM,1968), ou seja, o termo “juventude” designa um conjunto de relações sociais vividas pelos elementos considerados jovens de uma determinada sociedade.

Apresento a seguir alguns aspectos que fundamentam teoricamente a categoria analítica de jovem agricultor como relevante para o estudo da reprodução e transformação da agricultura familiar. Primeiramente abordo a contribuição da sociologia da juventude¹⁷, que permite entender esse grupo como uma condição social fundada em representações, processos de socialização e atribuição de papéis sociais. Em seguida, retomo as abordagens de Edmundo Sustaita, Jaques Guigou e John Durston, autores que contribuem decisivamente para a compreensão sobre os jovens rurais. Na última parte, argumento sobre a especificidade social dos jovens agricultores.

2.1 A contribuição da Sociologia da Juventude

Os estudos de F. Ariès (1986) apontam que as noções de infância e juventude são construídas social e historicamente. Para este autor, a juventude é uma noção que emerge com a modernidade, com base em dois processos fundamentais: a) as mudanças ocorridas na organização familiar a partir do século XII, quando esta volta-se cada vez mais para si mesma, a família passa a organizar-se em torno da criança, erguendo entre ela mesma e a sociedade o muro da sociedade privada. A juventude teria, então, no interior de uma família nuclear, um papel diferenciado, uma vez que passa a ser responsabilidade dos pais a preparação das condições de existência e sobrevivência futura dos filhos. b) A juventude surge como um fenômeno social moderno,

¹⁷ Entendida aqui como uma disciplina específica da Sociologia.

basicamente nos setores da burguesia e da aristocracia, que podiam manter seus filhos longe da vida produtiva e social, enviando-os para escolas e liceus para prepará-los para funções futuras. Posteriormente, com a institucionalização e universalização do processo educacional, como etapa preparatória para a inserção das novas gerações no mundo do trabalho, foi tornando-se cada vez mais visível a especificidade da etapa intermediária entre a infância e o mundo adulto, configurada pela adolescência e a juventude (AIRÈS,1986). O aparecimento da noção de juventude como a conhecemos hoje seria, portanto, resultado de processos da modernidade que constróem a individualização e distinguem a esfera privada (família) da pública (escola).

Caracterizar teoricamente a juventude, através do estudo da Sociologia, representa ainda hoje um desafio face à condição precária de seu reconhecimento como categoria de análise. Apesar de aparecer como uma temática recorrente, no Brasil a Sociologia da Juventude não conquistou o estatuto de uma disciplina regularmente oferecida nos cursos de Ciências Sociais. A juventude tem sido tratada no âmbito da Pedagogia e da Psicologia Social e Clínica mais intensamente do que na Sociologia e na Antropologia¹⁸. Aparecendo nestas últimas como elementos anexos dos estudos sobre família, educação e violência. Por isso, poderíamos mesmo perguntar-nos, existe mesmo juventude? Como esta se caracteriza socialmente? Quando podemos dizer que alguém é jovem ou não? Segue-se uma tentativa de resposta, ainda que parcial, a estes questionamentos.

18 Contrasta com a situação francesa onde a temática da juventude tem sido tratada por diversos sociólogos, entre eles: Galland (1993), Guillaume(1999) e Roulleau-Berger (1999), entre outros, configurando uma expressiva linha de estudos.

2.1.1 As Fronteiras da juventude

Demarcar os limites de entrada e saída da condição juvenil nem sempre é uma tarefa fácil. Diversos pesquisadores, organismos internacionais e formações jurídicas definem a juventude a partir de diferentes recortes de faixa etária. Conforme a Organização Mundial da Saúde, a adolescência é definida como um processo fundamentalmente biológico, abrangendo as etapas da pré-adolescência (10-14 anos) e a adolescência (15-19 anos) (Sallas, 1999). A Organização Iberoamericana de Juventude (OIJ,1994) e a Organização Internacional da Juventude (UNESCO, 1997) usam a faixa entre 15 a 24 anos. No Brasil, a abordagem demográfica do IBGE classifica o “*grupo jovem*” entre 15 a 24 anos em três recortes etários: 15 - 17 anos como jovens adolescentes; 18 - 20 anos os jovens e, 21 - 24 anos como jovens adultos. (BAENINGER, 1998, p.26). Já de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069 de 13/7/1990), o adolescente encontra-se na faixa de 12 a 18 anos. No entanto, é a definição da UNESCO produzida a partir da Conferencia Internacional sobre Juventude, em Grenoble (1964), a mais utilizada por pesquisadores:

O termo juventude designa um estado transitório, uma fase da vida humana de começo bem definido pelo aparecimento da puberdade; o final da juventude varia segundo critérios e os pontos de vista que se adote para determinar se as pessoas são jovens. Por juventude entende-se não só uma fase da vida, mas também indivíduos que pertencem aos grupos de idade definidos como jovens. (SALLAS, 1999, p.25; CASTRO; ABRAMOVAY, 1998, p.528)

A definição de limites etários é obviamente arbitrária. Para a Sociologia interessa como tais limites são socialmente construídos, e como o pertencimento a um grupo de idade transforma-se em critério definidor de papéis sociais específicos.

Compreendo que, sociologicamente, a “juventude” não pode ser reduzida a uma faixa etária, por mais fundamental que sejam tais recortes para podermos realizar pesquisas sobre este grupo populacional. O recorte etário, entretanto, deve ser visto com cautela, pois sozinho não é suficiente para caracterizar uma categoria sociológica.

Bourdieu (1983) argumenta que a fronteira que separa juventude e maturidade corresponde, em todas as sociedades, a um jogo de lutas e manipulações, visto que as divisões entre idades são arbitrárias e que a fronteira que separa a juventude e a velhice é um objeto de disputa em todas as sociedades. Como qualquer outra forma de classificação, suas fronteiras são socialmente construídas.

O que quero lembrar é simplesmente que a juventude e a velhice não são dados, mais construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas. (BOURDIEU, 1983, p.113)

A este respeito, Stropasolas (2002) procura mostrar que, para Bourdieu, o que está por trás da palavra “juventude” é, na verdade, a introdução de disposições e posições sociais que constituem o fio condutor de sua teoria do *habitus*.

Em outros termos, ela se forma segundo as diferentes espécies de capital – escolar, cultural, econômico, relacional, etc. – de que usufruem seus detentores. Este capital colocado em jogo, vem regular, senão determinar, sua condição de jovem. Juventude é pois uma palavra que

dissimula disposições e posições sociais extremamente diferentes em virtude das quais uma juventude ou a juventude, é pouco tomada em consideração. A palavra consistiria, segundo este ponto de vista uma “ficção” e não teria, em consequência, sua razão de existir. (STROPASOLAS, 2002, p.150).

Tiramos como lição das observações feitas por Bourdieu, não que a juventude seja uma “ficção”, visto que esta se constitui numa realidade social inegável, mas que não existe uma juventude como um todo homogêneo e sim juventudes, e que ao estudá-las sociologicamente devemos reconhecer a artificialidade dos padrões etários, que são estabelecidos a partir de determinadas relações desiguais de poder. Isso nos levará a percebê-la em termos de representações coletivas, edificadas em disputas, que estabelecem papéis sociais a grupos etários distintos. Pensar *relacionalmente* os processos sociais que se dissimulam através da definição juventude, como nos propôs Bourdieu, deve nos levar a compreendê-la como um espaço de relações sociais específicas entre si e com os outros, que assume características particulares em cada “campo”¹⁹ e “posição”.

Outrossim, as definições do início e término da juventude são bastante flexíveis, conforme diferentes sociedades e suas culturas. Conforme R. Benedict: “o crescimento é um processo gradual e contínuo e o padrão de independência obtida pela criança varia de cultura para cultura” (BENEDICT, 1973 apud FERREIRA, 1978, p.88).

19 O conceito de campo aparece como o par conceitual da noção de habitus cunhada por Bourdieu como sendo a estrutura feita instituição. É a fase da exteriorização da interioridade. O campo é uma esfera da vida social que se automatizou ao longo da história, em torno de relações sociais de conteúdos e de recursos específicos. A cada campo corresponde um tipo de capital e é “a institucionalização de um ponto de vista nas coisas e nos hábitos” (BOURDIEU, 2001, p.121). Cada campo possui ainda uma doxa específica, conjunto de pressupostos cuja aceitação é inerente a própria participação no campo. O campo é ainda um lugar de disputa entre detentores de diferentes volumes de capital, o que determina a posição de cada um no campo, sendo portanto um lugar de concorrência entre seus agentes, onde uns acumulam mais capital que outros. Aqui não se trata apenas de capital econômico, mais diferentes tipo de capitais. O que Bourdieu chama de campo do poder é o espaço de interação dos dominantes dos diferentes campos onde se processa a disputa pela definição da taxa de cambio de cada campo específico.

No Ocidente, o início da juventude está vinculado ao surgimento da puberdade, a um novo porte físico e novas exigências de disciplinamento dos corpos - questões que remetem fundamentalmente à incorporação de novos papéis sociais, como a distinção entre os gêneros. O término da condição juvenil está ligado à conjugação de responsabilidades produtivas (um *status* profissional estável); conjugais (um parceiro sexual estável assumido como cônjuge); domésticas (sustento de um domicílio autônomo) e paternal (designação de uma prole dependente) (GIL; MENENDES, 1985 apud. SANCHIS,1995). Desta forma, percebe-se que as fronteiras da juventude são determinadas pelo desempenho de papéis sociais que podem variar de sociedade para sociedade.

O ingresso na vida ativa é um elemento central na transição juvenil, já que é através dele que se começa a ter uma autonomia perante a família de origem. Porém, esta inserção profissional é ainda precária entre os jovens devido à sua própria condição transitória, o que remete à situação ambígua da juventude. Conforme propõe Maria J. Carneiro, ao buscar delimitar o universo de estudo dos jovens rurais:

o jovem é aquele indivíduo que se encontra em uma fase caracterizada pela discrepância entre o projeto de vida vislumbrado e as atividades em realização. Ou seja, a existência de um projeto para o futuro acompanhado de estratégias com graus variados de idealização seria, em termos genéricos, o que caracterizaria um indivíduo como jovem nas comunidades pesquisadas. (CARNEIRO, 1998, p. 98)

Face ao que acabo de me referir, o descompasso entre projeto de vida e condições de realização como característica da juventude, pode-se ver na sociedade

contemporânea uma certa inclinação à ampliação do período da juventude devido à tendência de adiamento da entrada de parcelas significativas desse grupo no mercado de trabalho, bem como ao acesso a uma condição profissional estável. Isto está relacionado ao alongamento do período de escolarização e à dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

Segundo H. W. Abramo, o que demarca os limites da juventude envolve muitas dimensões e é caracterizado de diversas maneiras, implicando mudanças na família, de orientação para de procriação; o aprendizado para a produtividade; ascensão da autonomia, entre outras. Segundo ela:

A idéia central é a de que a juventude é o estágio em que acontece a entrada “na vida social plena e que, como situação de passagem, compõe uma condição de relatividade: de direitos e deveres, de responsabilidade e independência, mais amplos do que os da criança e não tão completos quanto os dos adultos. (ABRAMO, 1994, p.11)

Como os limites de início e término da condição juvenil não são claros nem precisos, os direitos e deveres dos jovens não são explicitamente definidos ou formalizados, impondo-se à condição juvenil um elevado grau de ambigüidade. As normas de conduta que impor-se-ão aos jovens serão estabelecidas na relação entre gerações, nos contextos específicos de interação nos quais ocorrem os processos de socialização.

2.1.2 A Relação entre as Gerações e o Processo de Socialização

Em uma compilação da *Bibliografia sobre Juventude*, organizada por R. Cardoso e H. Sampaio, as autoras destacam que é possível identificar no conjunto dos trabalhos duas tendências que se opõem e se alternam ao longo do tempo. Correspondem, de um lado, a uma idéia genérica de juventude e, de outro, a uma idéia que valoriza a especificidade das experiências juvenis (CARDOSO; SAMPAIO,1995).

Nos períodos marcados por acontecimentos de ampla repercussão, em que se atribui à juventude o papel de propulsora real ou potencial dos processos de transformações sociais, políticas e culturais, tendem a predominar estudos que trabalham com uma noção bastante abstrata e genérica de juventude. (CARDOSO; SAMPAIO, 1995, p.14)

O aporte das abordagens “*generalistas*” enfatiza as dinâmicas geracionais, destacando a experiência comum a toda uma geração. Mannheim é considerado o autor clássico do tema das gerações. Segundo ele, o conceito de geração emerge através da idéia de “*situação*” no processo social, estabelecendo um paralelo com a situação de classe. Essa última é dada por uma localização comum que certos indivíduos possuem na estrutura econômica e de poder de uma dada sociedade. O conceito de geração corresponde, por sua vez, à similaridade de situação num mesmo tempo histórico. Assim, os membros de um grupo etário têm uma situação comum perante as dimensões históricas do processo social. (MANNHEIM, 1982).

Sob este aspecto, verificamos que os jovens de uma época estão sujeitos a contradições próprias frente ao estágio do desenvolvimento capitalista. A juventude aparece marcada por uma situação social precária típica dos processos de transição

caracterizados pela aprendizagem, pela busca de afirmação pessoal e inserção social naquilo que chamam de “mundo adulto”.

Emergem conflitos e contradições, como os que se revelam na incerteza dos jovens quanto ao próprio futuro, gerando uma crise de perspectivas que marca toda uma geração. Isto porque, segundo Mannheim, “ela não esta completamente enredada no status quo da sociedade” (MANNHEIM, 1968, p.73). Emergem assim processos de conflito dos jovens com a ordem social já estabelecida. Conforme este autor:

o fato relevante é que a juventude chega aos conflitos de nossa sociedade moderna vinda de fora. É esse fato que faz da juventude o pioneiro predestinado de qualquer mudança da sociedade. (...) Na linguagem sociológica, ser jovem significa, sobretudo ser um homem marginal, em muitos aspectos um estranho ao grupo. (MANNHEIM, 1968, p.74-75)

Mannheim está nos apresentando um problema sociológico das gerações a partir da relação existente entre o processo histórico e o desenvolvimento individual, o que remete justamente ao problema da transmissão e adaptação da herança cultural. Conforme Mannheim: “A mocidade pertence os recursos latentes de que toda a sociedade dispõe e de cuja mobilização depende sua vitalidade.” (MANNHEIM, 1968, p.71). Nesse sentido, o potencial de mudança atribuído à juventude justifica-se pela capacidade criadora e inventiva dos jovens em sua busca de inserção no sistema social. Assim, para este autor, há uma relação direta entre o ritmo da mudança social, a difusão de novos comportamentos e a proliferação de uma cultura jovem. O maior ou menor grau de incentivo a este potencial de mudança seria dado pelo tipo de sociedade da qual distingue: sociedades estáticas e sociedades dinâmicas. A abordagem das gerações

permite-nos perceber que além de um estado transitório, sociologicamente a juventude é um veículo de ligação entre o passado e o futuro.

Eisenstadt, autor de *De Geração a Geração* (1976), fornece uma explicação teórica, a partir do ponto de vista funcionalista, para o surgimento, a estrutura e as funções dos grupos de idade em diferentes sociedades. Segundo ele, uma das tarefas principais com que se defronta toda a sociedade e sistema social é estabelecer as condições para a perpetuação de sua própria estrutura, normas e valores.

Por esse motivo a passagem de um indivíduo pelos diferentes estágios que não só a ele dizem respeito, mas uma questão de importância crucial para todo o sistema social, enfatizando os perigos em potencial da descontinuidade e da ruptura e a necessidade de superá-los. É por esta razão que o indivíduo, em todos os momentos de sua vida, não só desempenha determinados papéis e interage com outras pessoas, mas é também obrigado a garantir, por seu desempenho, um certo grau de continuidade do sistema. (EISENSTADT, 1976, p.4-5)

Ou seja, os papéis desempenhados pelos indivíduos em qualquer etapa de sua vida, na interação com indivíduos de outras gerações, devem “*aguçar*” e reforçar seu papel como transmissor e receptor da herança cultural e social (EISENSTADT, 1976). Neste aspecto, a relação entre as gerações e a ênfase dada as diferenças etárias decorrem das características básicas do processo de socialização. Portanto: “A função das definições de idade e diferenciais é tornar o indivíduo capaz de aprender e adquirir novos papéis para tornar-se um adulto, e desta maneira manter a continuidade social” (EISENSTADT, 1976, p.7).

Percebe-se que a noção de juventude remete ainda às relações sociais vividas pelos elementos considerados jovens de uma sociedade, ao longo de seu processo de socialização. Conforme Durkheim, os processos de socialização promovem a interiorização do mundo social através da “ação das gerações mais antigas sobre as que ainda não estão prontas para a vida social.” (DURKHEIM,1922 apud BOTTOMORE, 1987, p.243).

Utilizo como referência para entender os processos de socialização o que Boudon e Bourricaud (1993) caracterizaram de “*paradigma da interação*”, de Berger e Luckman. Segundo eles, socialização é definida como: “a ampla e consciente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou setor dela” (BERGER; LUCKMAN, 1973, p.175). Este processo de socialização, embora contínuo, pode ser percebido em dois momentos distintos.

A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade. A socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade. (BERGER; LUCKMAN, 1973, p.175).

Segundo Boudon e Bourricaud, esta definição dos autores de *A Construção Social da Realidade* permite dar uma dimensão efetiva à distinção entre “*socialização primária*” e “*socialização secundária*” (BOUDON; BOURRICAUD, p.1993). A primeira caracteriza a infância e possibilita a introdução do indivíduo na sociedade via imposição de

significados que vão sendo assimilados com base na identificação com os pais. A criança absorve os papéis e as atitudes dentro da família, interiorizando-os e tornando-os seus.

A socialização secundária caracteriza-se pela incorporação de novos papéis sociais relacionados agora com uma inserção produtiva. Ou seja, caracteriza-se como aquisição de conhecimentos e desempenho de papéis específicos da divisão social do trabalho. Neste aspecto, a socialização secundária caracteriza a etapa da juventude. Ainda segundo Berger, existe grande variabilidade sociohistórica nas representações implícitas na socialização secundária. (BERGER; LUCKMAN,1973).

Percebe-se que a socialização produz a interiorização de normas, valores, estruturas cognitivas e conhecimentos práticos. Certas aprendizagens cognitivas ou corporais levam à aquisição de aptidões específicas, outras ao domínio de procedimentos operatórios gerais, mais ou menos indefinidamente adaptáveis à diversidade das situações concretas. (BOUDON; BOURRICAUD, 1993).

2.1.3 Juventude como Realidade Múltipla

Se até aqui encontramos os traços gerais que perpassam as diferentes realidades juvenis, faz-se necessário destacar que estes processos gerais são vividos de formas diversas entre os grupos sociais. Nesse sentido, é mais correto perceber a condição juvenil relacionada a contextos específicos de posição no espaço social (BOURDIEU, 2001), para melhor delinear os contornos das construções analíticas sobre os jovens.

Retomando a distinção feita por Cardoso e Sampaio, a perspectiva que busca nos contextos específicos a caracterização social dos jovens aparece como uma segunda

tendência nos estudos sobre juventude. Esta emerge a partir de uma posição crítica à visão genérica de juventude. Segundo elas:

Grosso modo, esses estudos têm como pressuposto a idéia de que a experiência juvenil não é um fenômeno meramente geracional, mas que implica fazer parte de grupos sociais e culturais específicos. Ou seja, juventude só pode ser entendida em sua especificidade, em termos de segmentos de grupos sociais mais amplos. Os jovens passam, assim, a ser vinculados a suas experiências concretas de vida e adjetivados de acordo com o lugar que ocupam na sociedade. (CARDOSO; SAMPÁIO, 1995, p. 18)

A condição juvenil, enquanto uma construção social, cultural e histórica altamente dinâmica e diversificada, remete-nos a percebê-la como uma realidade múltipla, visto que os jovens não formam um todo homogêneo. Quando consideram-se as distinções de classe social, etnia e gênero, percebe-se diferenças de posição nos espaços sociais e de processos de socialização. Nesse caso é mais correto privilegiar o conceito de “juventudes”, uma vez que os jovens vivem realidades sociais bastante diversas, construindo identidades coletivas diferenciadas.

A diferença entre sexos, diferença fundamental em qualquer ordenação social, é construída culturalmente distinguindo papéis sociais entre rapazes e moças que se inicia durante a socialização primária e é institucionalizada na juventude.

Desde os primeiros tempos da existência, as formas educativas, os espaços de liberdade, as próprias atividades lúdicas preparam para destinos divergentes. Yonne Verdier mostrou de modo exemplar de que maneira, no campo, num período ainda recente, a aprendizagem da costura, do bordado ou do preparo da comida tendia não tanto para a efetiva formação de capacidades práticas, mas sim a inculcar o sentido de um destino percebido como inevitável, o da futura esposa e mãe. (LEVI; SCHMITT, 1996, p.14)

Conforme Levi e Schmitt, modelos ideológicos e formas de comportamento servem para fundar e fixar a diferença e a desigualdade dos papéis na sociedade e na família.

As possibilidades de inserção social dos jovens estão condicionadas assim aos recursos materiais e simbólicos que lhes são disponibilizados ao longo do processo de socialização. Recursos esses que as novas gerações herdam das anteriores, sobre os quais promovem avaliações e que, a partir das condições objetivas, possibilitam a construção de suas trajetórias pessoais. Estes aspectos correspondem aos mecanismos de reprodução e/ou transformação social e apontam para os aspectos críticos da condição social da juventude, uma vez que há uma ambivalência característica do *vir a ser*, devido à complexidade das relações sociais nas quais se inserem, a variedade das alternativas de vida e a conseqüente incerteza quanto ao próprio futuro. Desta forma, percebo que não há uma juventude em sentido único, como um grupo homogêneo. Conforme Castro e Abramovay:

Os jovens se destacam de outros ciclos geracionais, organizam-se em sub-culturas, a partir de experiências geracionais, mas estão em um lugar, em uma classe, um sistema étnico-racial, uma ambivalência cultural ideológica de gênero. Ou seja, são de uma geração - um momento no ciclo vital, um ciclo em progresso - e estão em uma geração, o Brasil dos anos 90, parte de uma sociedade tão globalizada e tão paroquial, e tão cheia de injustiças. (CASTRO; ABRAMOVAY, 1997, p.581)

Os diferentes grupos juvenis compartilham uma experiência geracional comum, mas vivem seus reflexos a partir de uma posição de classe, de gênero e étnica que impõe

reelaborações desta cultura juvenil englobante. Buscam viver assim as marcas externas da juventude de sua época.

Deste debate percebe-se que, ao estudar a juventude, deve-se levar em conta as características gerais e específicas que demarcam sua condição social configurando múltiplas expressões juvenis. Na perspectiva que adoto, o equilíbrio entre as orientações culturais que remetem a um jeito de ser e de viver comum aos membros de uma geração devem ser interpretadas à luz de processos específicos de socialização em cada espaço social de interação. Desta maneira podemos demarcar com maior precisão os contornos das juventudes.

Como o entendo, o termo “juventude” designa um conjunto de relações sociais específicas, vividas por elementos classificados como jovens em uma dada sociedade. Mais que uma faixa etária, a *condição juvenil* aparece como uma posição social fundada em representações: trata-se de um período socialmente construído de transição de uma condição social de dependência plena da infância, a outra, de independência plena na idade adulta. Esta independência que caracteriza a entrada na “vida adulta” efetiva-se ao assumir responsabilidades produtivas, residenciais, matrimoniais e paternais ou maternais. As juventudes caracterizam-se pela incorporação de uma série de papéis sociais, ou funções socialmente atribuídas através de processos de socialização. Neste sentido, juventude é entendida como uma realidade múltipla fundada em representações sociais diversas.

A juventude rural, embora seja utilizada em muitos estudos como sinônimo para jovens agricultores, é diversa, já que é composta também por jovens que não estão

envolvidos em atividades agrícolas. Desta forma o jovem agricultor é um elemento que compõe a juventude rural. No entanto, não é possível falar de uma manifestação específica desse grupo – os jovens agricultores - sem se reportar à categoria mais ampla da qual ele faz parte- os jovens rurais.

2.2 Categorizações do Jovem Rural

Entre os diferentes objetos enfocados pelas Ciências Sociais a juventude do meio rural têm sido até agora um dos mais esquecidos, tanto que na referida *Bibliografia da Juventude* organizada por Cardoso e Sampaio, esta temática não aparece. Este é um exemplo do que Durston (1997) chamou de “*invisibilidade da juventude rural*”.

Buscando romper com esse processo e contribuir para uma melhor compreensão da juventude e em particular dos jovens rurais, faço uso de uma matriz analítica que permite identificar as diferentes condições juvenis em relação a distintos processos de socialização. Como indicadores dos processos de socialização temos as formas de ocupação dos jovens, que nesta fase da vida caracterizam-se como um treinamento para sua inserção na divisão social do trabalho. Essas ocupações são vistas em sentido amplo incluindo-se o tempo dedicado aos estudos como ocupação escolar.

Destaco a seguir três maneiras distintas de construir operacionalmente a categoria “juventude rural”, presentes nos estudos desenvolvidos por Sustaita e Guigou, incluídos na coletânea *Sociologia da Juventude*, volumes I e II respectivamente, organizados por Sulamita de Britto e que contou ao todo com quatro volumes contendo textos que se tornaram referência na temática. A estes, acrescento a contribuição teórica

de Durston, antropólogo vinculado a CEPAL, que aparece como importante referência contemporânea para as pesquisas sobre a juventude rural latino-americana²⁰.

2. 2. 1 Sustaita: O Continuum Rural – Urbano e a Personalidade Básica

Edmundo Sustaita, em seu texto: *A juventude rural nos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento* (1968), utiliza-se da idéia do *continuum* rural-urbano proposto por Robert Redfield. Sustaita vai caracterizar os jovens primeiramente a partir dos limites de idade, aos quais acrescenta o adjetivo rural substantivado pela noção de “personalidade básica”, através da qual o autor percebe dois grupos de jovens rurais, os da classe média que vivem um continuum campo - cidade e os da classe baixa que vivem os processos migratórios rural-urbano. Segundo suas palavras:

Inicialmente nos responde esclarecer o que compreendemos por juventude rural. Obviamente estamos nos referindo a um grupo de indivíduos que em pesquisas particulares tem sido definido entre diferentes limites de idade. Tais limites alcançam a variação máxima entre 15 e 29 anos. Entre essas idades, ainda se encontra uma maioria de solteiros, o que é importante para a definição do grupo, já que os casados tem a tendência de abandonar o seu grupo de juventude depois do matrimônio. O adjetivo rural que completa o jogo conceptual é talvez um pouco mais difícil de definir. A psicologia social criou uma noção que será útil para aclarar nossa definição; a personalidade base. (SUSTAITA, 1968, p.206)

A personalidade base é comum a todos os membros de uma cultura. Segundo esta abordagem, o que diferencia os membros de uma cultura urbana da rural são os marcos

20 Outros autores poderiam ser acrescentados (CHAMPAGNE, 1986; ABRAMOVAY 1997 e 1999, CARNEIRO, 1998 (a) e (b); BRUMER et. al., 2000, STROPASOLAS, 2002, etc.) que encontram-se referidos ao longo deste estudo. Optamos por estes autores por representarem diferentes contribuições com grande influência nos estudos sobre jovens rurais na América Latina.

de referência utilizados por seus habitantes. Sustaita vai dizer que para o citadino são referenciais abstratos que predominam, enquanto no meio rural são os referenciais concretos. As diferenças na inserção social entre os habitantes do campo e da cidade explicariam a diferença da personalidade básica.

A partir desse ponto, Sustaita afirma que os jovens rurais dos países desenvolvidos são, em sua maioria, pertencentes à “classe média”, onde pode ser colocada a condição juvenil em termos de um contínuo campo – cidade. Nesses países há ainda uma minoria pertencente à “classe baixa” que seria caracterizada pela elevada taxa de migração rural - urbana. Segundo ele “a sociedade industrial urbana difunde suas pautas na área rural” (SUSTAITA, 1968, p. 211) impondo um sistema de referências que poderia ser chamado de urbano. Segundo suas palavras:

Existe, assim, na classe média rural uma difusão tão ampla do modelo urbano de vida que R. T. Osborne e outros falam de um processo de rurbanização que tenderia a homogeneizar a personalidade de base rural com a urbana, pelo menos no setor da classe média. Esse processo estaria reforçado pelos meios de comunicação de massa, especialmente o rádio e a televisão, na área agrícola. (SUSTAITA,1968, p.211)

Retomando a condição das classes baixas e classes médias no meio rural dos países desenvolvidos, o autor diz que as classes médias rurais possuem uma personalidade básica mais próxima da “classe média urbana” do que da “classe baixa rural”. Os poucos jovens da classe baixa rural que permanecerem no campo terão baixo nível educacional e baixo nível de aspirações. Quanto à juventude que reside na área rural dos países em vias de desenvolvimento, ele diz que:

Aqui poderíamos perguntar-nos se é válido colocar o problema da juventude, destacando-o da problemática sociocultural profunda implicada na vida rural dos países subdesenvolvidos. A juventude rural desses países somente participaria no primitivismo que sofre sua sociedade pelas más condições sanitárias, educacionais alimentares, etc. (SUSTAITA, 1968, p.217).

Nestas condições, para este autor, “o problema da juventude cairia então, no domínio da Antropologia Social mais do que no da Sociologia” (SUSTAITA, 1968, p.218). Caberia, portanto, perceber os jovens apenas como agentes dos processos migratórios onde com o choque cultural resultante da migração combinada com a mobilidade social emergiria uma subcultura juvenil típica das classes baixas urbanas. Isso deve-se à compreensão que o autor tem da juventude, como configurada por uma subcultura específica do meio urbano expressa a seguir:

A cultura juvenil é claramente um produto da abundância. Suas características materiais incluem certo tipo de trajes, automóveis ou motonetas e os uniformes e apetrechos próprios dos esportes e distrações. Os adolescentes constituem um mercado importante, e os agentes de publicidade não hesitam em entrar em conflito com os pais, se estes protestam. A cultura não-material inclui certo tipo de linguagem na qual são enfatizados a diversão e a popularidade. As canções populares refletem as preocupações dos adolescentes pelo amor em suas diferentes formas. A cultura juvenil não se caracteriza pela preocupação política, mas quando se pergunta aos indivíduos a sua opinião reflete a sua classe social que penetra em todos os aspectos da cultura juvenil desde a vestimenta ao gosto cinematográfico e desde o tipo de ócio ao tipo de atividades. (SUSTAITA, 1968, p.223)

Aqui a juventude é vista como uma expressão da cultura de massa, que não encontra as condições sociais para existir nos ambientes rurais atrasados dos países subdesenvolvidos. Por isso, Sustaita só percebe a condição juvenil entre os jovens rurais

dos países desenvolvidos, ou nas “*classes baixas rurais*” quando o jovem rompe com sua condição de rural, constituindo a maioria da população migrante rural-urbano. O problema de fundo dessa perspectiva está no imperativo funcionalista que predominou na Sociologia Rural da época que percebia o desenvolvimento no campo através de eliminação de seus traços rurais em favor de um desenvolvimento rumo a um modelo urbano. Neste marco teórico, a juventude como reflexo da modernidade é “produto da abundância”, portanto incompatível com as condições sociais de privação próprias do tipo de vida tradicional das sociedades camponesas que caracterizariam as populações rurais dos países latino-americanos.

2.2.2 Guigou: Juventude e a nova ruralidade

Uma outra abordagem da juventude rural é feita pelo sociólogo francês Jacques Guigou, no texto *Problemas de uma Sociologia da Juventude Rural*. Este autor vai demonstrar que, para compreendermos o jovem rural atual, é necessário levar em conta todas as mudanças rápidas pelas quais passou o mundo rural.

Para ele, a juventude aparece a partir de um recorte de idade, entre 16 e 24 anos, que se distingue em três etapas: a) 16 a 18, com o final da adolescência, surge um momento de afirmação de si, no seio da família e da sociedade, fase em que se debatem em escolhas entre os diferentes tipos de trabalho; b) entre 19 e 21 anos, quando sua existência é marcada por *ritos* de transição, como o alistamento militar para os homens e o casamento para as mulheres, que representam a passagem para atingir a vida adulta; c) finalmente, entre 22 e 24 anos, quando emerge o “conflito de geração”, quando os

filhos disputam com os pais as orientações sobre os rumos da propriedade, marcado pela escolha definitiva da profissão. (GUIGOU, 1968).

Guigou destaca um dos fenômenos que demarcam a discussão sobre a nova ruralidade e como isso marca os jovens através das crescentes formas de ocupação não agrícola no meio rural: “Um fenômeno cheio de conseqüências marca o meio social dos rurais: de majoritários que eram há apenas 15 anos, os jovens rurais- agrícolas tornam-se minoritários na comunidade rural.” (GUIGOU ,1968, p.74).

Essa nova dimensão do espaço social impõe um repensar por parte do jovens da situação profissional dos seus pais, o que leva o autor a perguntar-se: “A hierarquia que existe para os adultos da aldeia se reflete nos filhos?” (GUIGOU, 1968, p.75). Através desse questionamento ele vai abordar a condição da existência social dos jovens rurais com relação à sociedade global, à aldeia e à família, e mostrar que nesse espaço a juventude afirma-se como grupo social com comportamento diferenciado da geração adulta. “Trata-se de um agrupamento de fato, espontâneo, resultado da dupla inclusão do jovem numa classe de idade precisa, e na mesma comunidade rural.” (GUIGOU , 1968, p.80)

Segundo Guigou, isso pode ser atribuído ao fato de que no âmbito das relações mais gerais a difusão da cultura de massas assume um importante papel para a constituição da juventude enquanto grupo. “Até nas regiões agrícolas mais isoladas, o rádio e a televisão acentuam esse processo de aculturação que os jovens sentem de uma forma particularmente intensa”. (GUIGOU, 1968, p.6)

A relação da juventude rural no interior da família é marcada também por uma tendência de mudança na própria estrutura familiar. Nesse caso o autor recomenda “*abandonar os lugares comuns*” do entendimento vulgar sobre as famílias rurais e percebê-las em um processo de nuclearização. Segundo Guigou:

A nova concepção da família rural distingue-se pela maior autonomia de que gozam os jovens; ela é vivida de uma forma mais dinâmica. Pela competência técnica e econômica, o jovem agricultor adquire rapidamente um papel de colaborador e freqüentemente de promotor em matéria de administração agrícola da empresa de exploração familiar. (GUIGOU, 1968, p.84)

O conjunto das transformações do meio rural; as inovações tecnológicas, a racionalização da gestão e do crédito, os novos padrões de vida criam crescentes tensões sociais que modificam a estrutura familiar tradicional e favorecem a emancipação juvenil com os seus problemas particulares. Segundo ele:

Sem dramatizar em excesso a situação sociológica dos jovens rurais, reconhecemo-lhes certa ambigüidade em face do futuro. Duas forças sociais divergentes solicitam quotidianamente os jovens do campo: as forças de manutenção e as forças de transformação. (GUIGOU, 1968, p. 87)

Para Guigou, esse tensionamento irá fazer um novo homem rural já em construção na juventude do campo. Quanto às formas de relacionamento da juventude no âmbito da aldeia, ele vai dizer que é no tempo livre que os jovens interagem formando grupos de pares de idade. E que ao contrário dos jovens urbanos, os jovens rurais,

principalmente os jovens adultos, tendem a agrupar-se sempre mais em associações. Essas logo assumem a vanguarda das reformas a serem aplicadas no meio rural.

2. 2. 3 John Durston: o problema da exclusão social dos jovens rurais latino-americanos

A terceira contribuição que destacamos originou-se de pesquisas realizadas por John Durston para a CEPAL Para esse autor a juventude não é demarcada rigidamente pela idade, porém é antes disso constituída por um conjunto de processos de desenvolvimento fisiológico e de subjetividade. Ele apresenta as características do processo juvenil em diferentes contextos sociais no quadro a seguir.

Conforme podemos observar no Quadro 02, para este autor a juventude inicia-se com o surgimento da puberdade. O término da condição juvenil estará vinculado à constituição de um novo lar autônomo.

Quadro 02: Características do Processo Juvenil segundo Durston

Âmbito	Processo
Biológico – Fisiológico	Inicia-se e desenvolvem-se mudanças fisiológicas da puberdade e se adquire capacidade reprodutiva.
Psicossexual	Há o desenvolvimento da aprendizagem do cortejo e do descobrimento sexual.
Cognitivo	O processo de aprendizagem formal e informal chega a seu auge.
Interpessoal	As pessoas definem sua identidade juvenil diante de seus pares de idade. Alcançam certo grau de autonomia em relação as figuras paternas, tão importantes na infância.
Social	Aumenta progressivamente a presença do trabalho produtivo em sua vida cotidiana. A pessoa desenvolve gradualmente sua subjetividade social como um novo adulto, assumindo uma maior responsabilidade econômica e autoridade de voz na sociedade.

Fonte; Durton, 1997.

Para Durston, a juventude do meio rural é percebida como contendo quatro fases distintas: a) adolescência; b) a fase juvenil plena com o desenvolvimento de habilidades próprias; c) a fase do jovem semi-adulto, incluindo o de recém-casado período marcado por contradições com as orientações do pais ou da família; d) a fase da paternidade/maternidade quando devem tornar-se plenamente independentes. (DURSTON, 1997).

Para ele, a juventude rural latino-americana é marcada pela exclusão social que tem na invisibilidade social um dos seus mecanismos mais perversos, porque não permite que se rompa com a condição de exclusão. “La Invisibilidad es uno de los aspectos más nefastos de la exclusión social, y a que su vez contribuye a perpetuar la exclusión.” (DURSTON,1997, p.7). Nesse contexto, a juventude rural aparece como um dos setores mais fragilizados da sociedade latino-americana. Durston está interessado em romper com essa “invisibilidad” destacando suas características e as formas de exclusão típicas da juventude. Ao fazer isso, este autor destaca a diversidade existente no interior da juventude rural situando sua extensa gama de espaços sociais, de situações e perspectivas. Sinteticamente destaco cinco pontos: a) Os jovens diferem quanto às perspectivas e pensamentos de estratégias futuras; b) As populações de jovens rurais crescem em diferentes ritmos; c) Os jovens rurais migram segundo diferentes lógicas; d) Os jovens rurais trabalham em diversas atividades agrícolas e não agrícolas. e) Os jovens rurais mantêm diferentes relações com o processo educacional formal.

Durston indica ainda que a juventude se constitui como uma etapa marcada pela tensão e conflitos estabelecidos em decorrência dos processos típicos da construção de uma personalidade adulta, visto que geralmente os filhos atingem maturidade física e produtiva e encontram-se submetidos à autoridade paterna. Este processo assume contornos bastante dramáticos quando os solteiros com mais de 30 anos ainda encontram-se sob a autoridade paterna. Nestes casos, a contradição deve-se ao fato de que os jovens possuem condições para desenvolver projetos próprios, mas não possuem autonomia para exercício destas capacidades.

Esta constituicon incompleta es aún má sclara se el individuo há tenido metas en su proyeto juvenil de vida (como, por ejemplo, ser independiente, definir y vivir una identidad sexual, ser acepto y respetado com voz adulta en la sociedad civil) que no há logrado concretar. En estos casos de realidades adultas truncas, por outro lado, se puede decir que la juventud no há sido del todo exitoso en su aspecto de proceso de construcción de una identidad social y una personalidad de adulto. La percepción de los enormes obstáculos para confrontar una vida adulta futura deseable es justamente uno de los principales problemas que aquejan a muchos jóvenes rurales de hoy (DURSTON,1997, p.14).

Durston chama a atenção para o fato de que a maioria dos jovens rurais tem interesse em concretizar projetos próprios, independente de seus pais, porém com grande freqüência se vêem obrigados a postergar sua autonomia em função dos interesses familiares. Neste aspecto, mudanças culturais e processos econômicos promovem projetos de ruptura com a agricultura.

Fazendo um balanço, os autores constróem recortes diferentes para demarcar os jovens rurais em suas análises. Enquanto Sustaita busca uma definição operacional a

partir do critério de idade ao qual acrescenta o adjetivo rural que passa a ser substantivado pela noção de personalidade básica, Guigou utiliza-se do critério de faixas etárias nas quais identifica diferentes aspectos sociais e comportamentais, constituindo diferentes etapas da juventude. Durston não recorre à idade, mas a substitui por processos de amadurecimento que remetem à condição biológica aos quais vincula atributos sociais que demarcam as diferentes fases da juventude.

Tanto para Sustaita como para Guigou, que abordam o meio rural desenvolvido ou uma agricultura familiar moderna, os jovens podem ser pensados a partir da idéia de uma subcultura juvenil que os ligam à sociedade global, aproximando-os à identidade urbana e caracterizando uma certa uniformidade cultural. Durston, por sua vez, destaca justamente o contrário, com base na experiência da realidade latino-americana: enfatiza a heterogeneidade das condições juvenis.

O principal mérito de Sustaita, em minha opinião, foi incorporar de maneira pioneira a idéia de “*rurbanização*” - que tem matriz no *Continuum* rural-urbano- que é como “a sociedade industrial difunde suas pautas na área rural” e que a juventude necessita de condições materiais mínimas para poder usufruir de uma “*cultura jovem*”.

De Guigou pode ser assumida a idéia de que está em construção uma “*nova ruralidade*”, onde “os jovens rurais – agrícolas tornam-se minoritários”. Ainda é importante o fato de que a difusão da cultura de massas influencia a construção da juventude como um grupo social diferenciado da geração adulta. Ambos os processos resultam em mudanças na própria estrutura familiar.

Durston contribui para o entendimento acerca da juventude rural apontado para a necessidade de romper com a invisibilidade e os estereótipos comuns que afetam os jovens rurais, uma vez que há uma grande diversidade entre eles. Este autor destaca também a ocorrência de conflito entre as gerações devido à busca dos jovens por autonomia, quando são indispensáveis ao processo produtivo de suas famílias e estão submetidos à autoridade de seus pais.

Os três autores apontam como sendo o principal drama social da juventude a migração rural-urbana que atinge os agricultores em situação econômica mais precária. Eles demonstram claramente uma distinção entre o jovem agricultor e o jovem não agricultor residente no meio rural. Esse último aspecto é particularmente importante, uma vez que chama a atenção para a necessidade de estudarmos especificamente os jovens agricultores.

2.3 A Especificidade dos Jovens Agricultores

A opção pela noção de jovens agricultores em detrimento de “jovens rurais” teve como primeiro ponto de apoio teórico a crítica perpetrada por Tavares dos Santos ao dualismo rural-urbano que predominou na Sociologia Rural do século XX. Conforme este autor, o rural apresenta-se em oposição ao urbano como um referencial geográfico, de dimensão demográfica e imediatamente empírico, sendo assim insuficiente para caracterizar uma categoria sociológica. A alternativa teórica que propunha era de “reconhecer que tais processos sociais agrários constituem expressões do processo histórico de divisão social do trabalho”: (TAVARES DOS SANTOS, 1991, p.15). Nesse

sentido, fui motivado a assumir uma “visão complexa da realidade social” e de “reconstruir um espaço social de relações, resgatando assim, um pensamento relacional” (TAVARES DOS SANTOS, 1991, p.41).

Assim, as relações sociais que conferem sentido e especificidade ao jovem na agricultura familiar estão assentadas na posição ocupada por eles na divisão social do trabalho como filhos de agricultores. Essa é percebida como posição no espaço social muito mais do que no meio geográfico de sua residência. Logo, a caracterização analítica mais adequada a essa condição juvenil deve ser buscada não de maneira “substancialista” no “rural”, mas em termos de sua posição num “espaço de relações” (BOURDIEU, 1989) proveniente da condição de membro de uma família de agricultores.

Posteriormente, os resultados das pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto “Rurbano”, iniciado no ano de 1996 sob a coordenação de Graziano da Silva, vieram reforçar com argumentos empíricos minha percepção inicial. Utilizando-se das informações da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD) realizadas pelo IBGE, os pesquisadores que integraram o projeto apontaram para as mudanças que alteram as formas de ocupação nas áreas rurais a ponto destas não poderem ser pensadas como espaços exclusivamente agrícolas. Verificou-se uma significativa redução de pessoas ocupadas na agricultura, dado que se associa ao aumento do número de residentes no campo com atividades não agrícolas e ao aparecimento de uma parcela relevante de pequenos agricultores que buscam combinar a agricultura com outras fontes de rendimento, normalmente não vinculadas diretamente ao processo de produção agropecuária. Esta realidade impulsiona uma larga agenda de pesquisa

principalmente em torno da pluriatividade. (GRAZIANO DA SILVA,1999, SCHNEIDER, 1999, 2003).

A partir destes estudos, ficou evidente que o espaço social caracterizado como rural consistia num ambiente de múltiplas formas de ocupação onde a agricultura, além de ser uma entre outras, vem apresentando taxas decrescentes de ocupação da força de trabalho. Assim, entre o conjunto de jovens rurais, interessa-me investigar especificamente os filhos de agricultores familiares, nesse sentido que a categoria jovens agricultores parece mais adequada.

Como apontou Galeski ao analisar a família camponesa: “os filhos são os herdeiros e trabalhadores da fazenda” (GALESKI, 1979, p.6). Essa condição impõe uma dupla ambivalência: em relação ao trabalho agrícola e à herança do patrimônio familiar que caracterizarão a especificidade dos jovens agricultores. Eles são membros de uma unidade doméstica que também atua como unidade de produção agrícola. Por isto, seu processo de socialização ocorre num universo familiar que se estrutura a partir do processo de trabalho que realiza, uma vez que na agricultura familiar unidade produtiva e unidade doméstica correspondem a um todo integrado.

Neste contexto, a inserção dos jovens no trabalho agrícola ocorre desde a infância e desempenha papel fundamental na construção de sua identidade social, já que os filhos são parte de um trabalhador coletivo: a família agricultora. Isso demarca uma radical diferença no processo de construção social da juventude entre os agricultores familiares, comparativamente aos vividos por jovens do meio urbano, ou mesmo entre outros jovens rurais não agrícolas. Estes últimos só serão inseridos no universo do

trabalho mais tarde, convivendo com seus pares em espaços próprios como a escola e os locais de lazer que demarcam a sociabilidade juvenil, antes da entrada na esfera produtiva.

Este processo levou Tavares dos Santos a identificar que entre os camponeses os processos de socialização primária e secundária se confundiam num único momento, visto que ocorrem no âmbito das relações familiares. Dai concluiria que o processo de socialização se completaria ainda na infância, “pois de crianças passam diretamente a condição de adultos” (TAVARES DOS SANTOS, 1984, p.46).

Essa constatação, no entanto, é acompanhada de ressalvas, pois embora o jovem alcance a “*condição de adulto*” porque já trabalha como tal, esta situação se realiza apenas parcialmente, uma vez que ele ainda está submetido à autoridade dos pais.

Para eles, não existe adolescência se por este termo identificarmos o momento da vida em que os indivíduos adquirem o conhecimento dos papéis atribuídos pela divisão social do trabalho: esse conhecimento, os camponeses já o adquiriram desde a infância.(...) No instante em que os jovens se tornam força de trabalho adulta, desencadeia-se o conflito no interior da família, dividida entre as opções de deixá-lo ficar trabalhando na propriedade ou mandá-lo para a cidade, para estudar: (TAVARES DOS SANTOS, 1984, p.46)

Entendo que seja necessário distinguirmos a capacidade plena de trabalho da condição social de adulto. A capacidade para trabalho confere ao jovem um novo papel social no interior da unidade produtiva, distinto da infância, agora marcado pela inserção como *força plena* no processo de trabalho da família. Isto não significa que seja socialmente reconhecido como adulto, visto que mantêm-se a dimensão fundamental de

sua condição juvenil: a subordinação a autoridade paterna. Socialmente ele não é considerado “adulto”, pois não concluiu-se o processo de individualização, que só será efetivado com a constituição de uma unidade produtiva autônoma, após o casamento e/ou após a passagem sucessória do estabelecimento familiar de pai para filho.

A formação de novas gerações de agricultores envolve um processo que abrange a *sucessão profissional* (passagem das responsabilidades sobre o negócio, do poder e da capacidade de utilização do patrimônio); a *transferencia da propriedade* (com a passagem legal da posse da terra e dos meios de produção existentes na propriedade familiar); e a *aposentadoria* (quando a geração precedente transfere a gestão do patrimônio e do trabalho para a geração seguinte) (GASSOM; ERRINGTON, 1993, p.83 apud ABRAMOVAY et al, 1998, p.18). Assim, podemos perceber que a inserção plena no trabalho familiar não conclui a transição da infância para a vida adulta.

Os jovens agricultores, como todos os outros jovens, estão apenas parcialmente integrados no “mundo adulto”, mas não desfrutam do reconhecimento de um agricultor pleno, o que envolve ainda o domínio de um saber agrícola que será transmitido no próprio trabalho (WOORTMANN; WOORTIMANN, 1997). Neste sentido, a inserção no processo de trabalho da agricultura familiar não é suficiente para superar sua condição juvenil. Trata-se, na verdade, de um treinamento, o processo de socialização que visa prepará-lo para, no futuro, tornar-se um agricultor independente.

O filho que se propõe substituir o pai na gestão da unidade de produção familiar deverá herdar todo um patrimônio, material e simbólico, que pertence à família e que lhe confere uma identidade. Como indica Abramovay:

o pleno exercício profissional por parte das novas gerações envolve mais do que o aprendizado de um ofício, a gestão de um patrimônio imobilizado em terras e em capital. Desenvolvido a partir do trabalho de toda a família (ao qual o jovem se incorpora desde criança) este patrimônio possui um duplo conteúdo social: por um lado ele é a base material de um negócio mercantil e por outro é sobre ele que repousa não só a manutenção, mas a própria organização da vida familiar. (ABRAMOVAY, 1998, p.18)

Reside aí a segunda ambivalência dos jovens na agricultura familiar. Se por um lado os jovens desejam a permanência na unidade de produção familiar porque são parte integrante da força de trabalho da família, por outro, os jovens são atraídos pelas vantagens e facilidades da vida nas cidades. Olham com uma visão crítica para a vida que seus pais levam e pensam nas possíveis alternativas de trabalho fora da agricultura. Este processo de construção de projetos profissionais de saída da atividade agrícola pode ser percebido como uma recusa ao modo de vida dos pais. Conforme salienta Champagne: “Com efeito, a recusa dos filhos em suceder é, em primeiro lugar, a recusa do estilo de vida dos pais, sendo a crise da reprodução aqui uma crise da identidade social.” (CHAMPAGNE, 1986, p.3)

As representações dos jovens são percebidas como resultado da sua socialização no trabalho agrícola e fora dele, como na escola, por exemplo. Sua visão de mundo reflete a interpretação da profissão dos pais, somada as suas perspectivas, mais ou menos pessimistas, em relação ao futuro. Assim, conforme Champagne, os projetos profissionais dos jovens agricultores estarão ligados a fatores econômicos certamente, mas também a uma vontade subjetiva de querer reproduzir o “*modo de vida*” dos seus pais (CHAMPAGNE, 1986).

Esta disposição de tornar-se agricultor vai sendo adquirida pelos jovens como condição de um processo sucessório a ser empreendido por toda a família. Estes mecanismos atuam de modo inconsciente, materializando-se na maneira de ser dos jovens agricultores, e também explicitamente, através de ações educativas dos pais para com os filhos, orientados para a perpetuação da família e da propriedade familiar (BOURDIEU, 1998) Desta forma, o herdeiro é construído socialmente como também os são os filhos que devem emigrar (WOORTMANN,1989).

Klass Woortmann (1989) aponta que os processos mais dramáticos que envolvem a construção do herdeiro são quando este se recusa a herdar. Segundo sua opinião, os intensos processos de modernização geram entre os jovens agricultores reorientações nas “disposições internalizadas” que configuram um habitus (BOURDIEU,1980), ameaçando o coletivismo interno da família e o poder de coerção da comunidade

Os filhos agora “vivem sonhando com a cidade”, como dizia um pai desesperançado, e não são poucas as unidades de produção onde o processo se inviabiliza pela ausência do filho. Mais dramaticamente, o herdeiro recusa-se a herdar. Introduzem-se então, no universo da colônia e da família os projetos individuais dos filhos, em oposição ao projeto coletivo da família, pedra de toque da organização social. (WOORTMANN,1989, p.72-73).

Conforme este autor, o coletivismo interno da família começa a apresentar rachaduras que se expressam na recusa dos filhos em sucederem os pais na agricultura. A emergência de projetos individuais é um processo revelador da crescente individualização no interior das famílias de agricultores e é característico da condição juvenil.

A condição juvenil entre os agricultores familiares implica em tensões entre a hierarquia familiar e os processos de individualização crescente das sociedades complexas. Nesse caso, o jovem vive uma condição particularmente ambígua, uma vez que a multiplicidade de referências leva a atitudes por vezes contraditórias, expressando a tendência à fragmentação de um universo até então indivisível, ao mesmo tempo em que ele recorre a esse universo tradicional como fonte de inspiração moral. A própria idéia da construção de projetos profissionais pelos jovens agricultores traz a possibilidade de contradições e conflitos com os projetos e estratégias de reprodução formuladas pelos pais que se apresentam como o projeto coletivo da família. Em suma, o conjunto destes processos conferem uma especificidade sociológica aos jovens agricultores

É possível concluir, com esta revisão, que os jovens agricultores são caracterizados por um processo específico de socialização nas relações sociais de produção e reprodução da agricultura familiar, onde apesar de comporem as “*forças plenas*” (TEPICHT, 1973) da família e de assumirem cada vez mais responsabilidades sociais de adultos, contraditoriamente não gozam do reconhecimento social de um “*agricultor pleno*” (WOORTMANN, 1997). Isto provém de um modo socialmente construído de viver a juventude na agricultura familiar que envolve a contradição entre sua participação num grupo doméstico que atua como unidade produtiva - subordinados à orientação dos pais - ao mesmo tempo em que estão construindo seus projetos de individualização - apreendido por nós através dos projetos profissionais - muitas vezes contraditórios com os projetos familiares. Disto resulta uma ambigüidade

singular dos jovens agricultores frente ao próprio futuro: Qual caminho seguir? Ser agricultor ou inserir-se numa profissão não agrícola? Das respostas dadas pelos jovens a esses questionamentos dependem em parte as possibilidades de reprodução social dos agricultores familiares.

3 CONDIÇÕES MATERIAIS E PROJETOS DOS JOVENS AGRICULTORES

Neste capítulo analiso a formulação dos projetos profissionais dos jovens agricultores de Escadinhas a partir das condições materiais das Unidades de Produção Familiar - UPF - que integram; comparando-os segundo a condição de gênero dos entrevistados (rapazes e moças). Neste momento estarei destacando dois aspectos objetivos que envolvem as tomadas de posições juvenis: a) como as condições fundiárias relativas a posse e ao tamanho da propriedade influenciam na elaboração dos projetos profissionais dos jovens ; b) qual a relação entre a renda agrícola das famílias dos jovens entrevistados com a formulação de seus projetos profissionais.

Os pressupostos que orientaram a formulação destas questões são de que tanto a posição da família na estrutura fundiária quanto o nível de renda proveniente da atividade agrícola funcionam como condicionantes estruturais a partir dos quais os jovens podem elaborar seus projetos profissionais. Conforme exposto na introdução, os projetos dos jovens tendem a ser condizentes com os campos de possibilidades disponíveis a eles. Meu argumento central é que a formulação dos projetos juvenis

resultam da interação dos condicionantes objetivos – os volumes de capitais fundiário e monetário de suas famílias – e construções subjetivas (papéis socialmente atribuídos a rapazes e moças e conseqüentemente suas representações sobre o trabalho agrícola e o modo de vida de seus pais) que serão objetos dos capítulos seguintes. Por hora, focarei as condições materiais das unidades de produção familiar que podem impor limites concretos às esperanças de realização profissional dos jovens agricultores.

Segundo Abramovay, um dos resultados mais recorrentes nas pesquisas européias sobre reprodução social dos agricultores familiares é o que associa a presença de sucessores ao tamanho da unidade produtiva. (ABRAMOVAY, 1997).

Os estudos realizados por Champagne (1986) indicam a ligação entre as condições de reprodução da unidade produtiva no curto prazo com a reprodução geracional, apontando uma clara relação entre condições econômicas e disposição dos jovens em permanecerem na atividade agrícola. Segundo esse autor: *“As famílias agrícolas que não conseguem “reproduzir-se” no meio agrícola- isto é, as que não tem sucessores- correspondem a estabelecimentos demasiadamente pequenos e insuficientemente rentáveis tendo em vista o estado atual dos mercados agrícolas”* (CHAMPAGNE, 1986, p. 74)

Champagne realizou sua pesquisa na região de Bresse, na França, com casais que tinham ao menos um filho. O tamanho do estabelecimento agrícola apresentou uma evidente relação com a perspectiva de sucessão dos pais. Conforme os dados de seu estudo, nos estabelecimentos menores, com áreas entre 10 e 19 hectares, somente 12,5% dos entrevistados declararam ter um sucessor para a continuidade do estabelecimento agrícola, no outro polo encontravam-se os agricultores proprietários de

estabelecimentos com áreas superiores a 50 hectares, em que 76,2% dos casos teriam sucessor na agricultura (Champagne,1986) .

Uma pesquisa coordenada por Abramovay no Oeste Catarinense chegou a conclusões próximas à pesquisa francesa. Utilizando-se de uma tipologia que expressa a diferenciação social dos agricultores familiares Abramovay conclui que:

a maior parte dos rapazes gostaria de ter na agricultura sua realização profissional. Se para os filhos de agricultores *consolidados* é grande a possibilidade de realização deste projeto, o mesmo não pode ser dito dos filhos dos agricultores em *transição* e em *exclusão*. (ABRAMOVAY, 1997, p. 40)

Nesse sentido, busco nesse capítulo testar as hipóteses de que : a) quando as unidades produtivas forem demasiadamente pequenas, ou não forem da propriedade da família, os jovens agricultores tenderão a elaborar projetos profissionais de ruptura com a agricultura; b) quanto maior for a renda agrícola obtida pela família mais recorrentes serão os projetos de permanência na agricultura.

3.1 A situação fundiária e econômica dos jovens agricultores de Escadinhas.

Os jovens agricultores do bairro de Escadinhas, do município de Feliz, no Rio Grande do Sul, são filhos de agricultores familiares que se dedicam à produção mercantil de frutas, legumes e hortaliças, cultivados pelos membros da família em áreas de minifúndio, sejam eles proprietários ou arrendatários.

A situação fundiária e econômica dos jovens pode ser avaliada pela contabilidade das unidades de produção familiar, apresentada na Tabela 01. Encontra-se ali registrada a posição de cada entrevistado quanto a condição de produtor de seus pais, o tamanho

das áreas em hectares de cada UPF, o Valor Bruto da Produção – VBP - do ano anterior da pesquisa, os valores relativos ao Custo da Produção – CP - e a Renda Agrícola – RA - obtida pela família ao final de um ano de trabalho. Verifica-se ainda na tabela o volume mensal da renda familiar em salários mínimos e a ocorrência de rendas não agrícolas entre os entrevistados.

Obtive a renda agrícola de cada estabelecimento familiar através da contabilidade da Unidade de Produção Familiar com base em critérios já utilizados por outros pesquisadores como Tavares dos Santos (1974), que seguiu o modelo proposto originalmente por Chayanov ao definir que:

Las únicas realidades económicas generales en el sistema de explotación familiar son: 1) el ingreso bruto de la explotación, 2) sumas extraídas de este ingreso para invertir en renovación de capital, 3) el presupuesto personal de la familia, y 4) los ahorros no invertidos en la propia explotación. (CHAYANOV , 1974, p. 270)

Adaptei este modelo tomando o Valor Bruto da Produção (V. B. P.) do qual subtraí o Custo da Produção (C. P.). O valor restante é a Renda Agrícola (R.A.) da Unidade de Produção familiar (U. P. F.)²¹. Esse procedimento não pode ser realizado em dois casos (questionários 18 e 19), porque a administração do processo produtivo que envolve gastos com insumos e a venda da produção é realizada por um terceiro, o “patrão” para quem uma família trabalha em sistema de “parceria” e outra na condição de “meeiro”.

21. A fórmula do cálculo da Renda Agrícola ($RA = VBP - CP$) é simplificada para facilitar a obtenção da informação visando os objetivos da Dissertação. No CP considerou-se os custos diretos e indiretos tomados conjuntamente, excluído propositamente a depreciação do capital, enquanto para obtermos o VBP considerou-se o valor da produção colhida/ obtida de todos os produtos animais e vegetais.

Os dados referentes à renda agrícola das famílias dos jovens entrevistados devem ser vistos com prudência. Primeiramente, porque a maioria dos produtores familiares não tem essa contabilidade “*na ponta do lápis*”, com livro caixa ou diário de receitas e despesas por escrito. Depois, são informações com base em cálculos aproximados, onde geralmente não estão incluídas despesas com manutenção ou reposição de equipamentos, os gastos em produtos de consumo da família, reformas ou consertos na residência ou mesmo a remuneração eventual de alguns dos filhos. Sobre as dificuldades em contabilizar as rendas dos agricultores familiares. Conforme Carneiro (1998):

Dois fatores tem sido, freqüentemente apontados como responsáveis pela dificuldade em se contabilizar a renda da produção camponesa. Um diz respeito ao hábito de o agricultor omitir o montante real de suas produções a fim de diminuir o peso dos impostos. O outro se refere à especificidade do caráter familiar da exploração agrícola. A possibilidade de se orientar parte da produção para consumo familiar, segundo as condições desfavoráveis do mercado (Garcia, 1989), dificulta ainda mais o cálculo da renda total, pois apenas a parte comercializada e transformada em dinheiro, enquanto que a parte consumida não é comercializada. (CARNEIRO, 1998, p.137)

Na amostra examinada, predomina a condição de proprietário como forma de acesso a terra em 20 casos (74%). Sete jovens (26%) indicaram que os pais não são proprietários da terra em que trabalham com suas famílias. Nessas situações a forma de acesso varia entre “*parceria*” com três casos (11%), “*arrendamento*” em outros três casos (11%) e “*meeiro*” em um caso (3,7%)²². Estes dados aproximam-se dos índices que

22 Estes constituem os agricultores familiares sem terra. O parceiro é aquele agricultor que trabalha com sua família, arrenda a terra e faz uma parceria; ele entra com o trabalho, com as ferramentas e as vezes com os custos dos insumos. O proprietário entra com a terra e por vezes com os insumos. Eles dividem o resultado da produção em porcentagem previamente estabelecida, quando essa é de 50% para cada são considerados meeiros. O arrendatário é

indicam a condição de produtor no município de Feliz, conforme o censo agropecuário de 1995-1996 do IBGE, que aponta para a existência de 68% de proprietários, 3,8% de arrendatários, 18% de parceiros para um total de 800 unidades produtivas do município (IBGE, 1996).

Depreende-se, da Tabela 01, que o tamanho médio das propriedades da amostra corresponde a 7 hectares. As menores propriedades possuem áreas de 1,5 ha em dois casos (7,4%) , as maiores tem 20 ha correspondendo a três casos (11%). Ao agruparmos as propriedades pelo tamanho temos: unidades com até 5 ha que corresponde a 12 casos (44,4%), propriedades com áreas entre 5,01 ha a 10 ha somam dez casos (37%), enquanto as unidades produtivas maiores do que 10 ha constituem apenas quatro casos (14,8%).

Perguntado aos jovens e a seus pais qual a origem das terras da família, pode-se constatar um predomínio com onze casos (40,7%) da combinação entre herança e compra de áreas. Os proprietários de áreas exclusivas de herança são seis casos (22,2%) e em três casos (11%) a origem da propriedade deu-se pela compra de terceiros, um caso (3,7%) outra forma de acesso e em outros seis casos (22,2%) não obtivemos a resposta tendo em vista que os jovens entrevistados não detinham essa informação.

Através destes dados, percebe-se que os jovens agricultores de Escadinhas vivem em pequenas propriedades que já passaram por processos sucessivos de divisão e partilha. Parte destas unidades produtivas encontram-se, hoje em dia, nos limites de sua

o agricultor familiar que arrenda (aluga) uma terra por um preço fixo combinado, que pode ser pago em dinheiro ou produto.

viabilidade econômica, o que poderá ser visto melhor através da observação da renda agrícola das famílias.

Tabela 01: Estrutura Fundiária e Contabilidade das Unidades de Produção Familiar: Escadinhas – 2003.

Quest.	Propriedade	Área (ha)	VBP. (R\$)	C. P. (R\$)	R. A. (R\$)	Renda Familiar (s.m.)	Renda não agrícola
1	sim	7	7.800,00	5.400,00	2.400,00	2	Sim
2	sim	7	7.800,00	5.400,00	2.400,00	3	Sim
3	sim	7	7.800,00	5.400,00	2.400,00	3	Sim
4	não	1,5	5.000,00	8.000,00	-3.000,00	1,5	Sim
5	não	1,5	5.000,00	8.000,00	-3.000,00	1,5	Sim
6	sim	3	5.000,00	5.000,00	0	3,5	Sim
7	não	13	18.000,00	10.000,00	8.000,00	3	Não
8	não	2,5	8.000,00	5.000,00	3000,00	3	Sim
9	sim	20	120.000,00	80.000,00	40.000,00	5	Não
10	sim	20	110.000,00	80.000,00	30.000,00	5	Não
11	sim	20	110.000,00	80.000,00	30.000,00	5	Não
12	sim	2	5.000,00	7.000,00	-2.000,00	1	Sim
13	sim	6	6.000,00	6.000,00	0	1	Sim
14	sim	6	6.000,00	6.000,00	0	2	Sim
15	sim	7	50.000,00	30.000,00	20.000,00	4	Não
16	sim	7	50.000,00	30.000,00	20.000,00	4	Não
17	sim	5	30.000,00	20.000,00	10.000,00	4,5	Não
18	não	2,5	*	*	*	1,5	Não
19	não	4	*	*	*	3	Não
20	sim	8,6	18.000,00	10.000,00	8.000,00	5	Sim
21	sim	8,6	18.000,00	10.000,00	8.000,00	5	Sim
22	sim	8,6	18.000,00	10.000,00	8.000,00	5	Sim
23	sim	4	16.000,00	10.000,00	6.000,00	4	Sim
24	não	2,5	7.000,00	4.000,00	3.000,00	1,5	Não
25	sim	5,5	27.000,00	15.000,00	12.000,00	5	Não
26	sim	4	13.000,00	8.000,00	4.000,00	4	Não
27	sim	3,5	8.000,00	4.500,00	3.500,00	2	Sim

(V.B. P.= Valor Bruto da Produção; C. P.= Custo da Produção; R. A.= Renda Agrícola. * Não há Informação).
Fonte: Pesquisa de Campo, 2003.

Ao indicarem o Valor Bruto da Produção e o capital investido no processo produtivo equivalente ao Custo da Produção, podemos realizar conjuntamente com os

agricultores a contabilização dos resultados financeiros do ano anterior. Ao final do cálculo, um agricultor, pai de um entrevistado, resumia o sentimento comum entre os casos estudados, ao comentar: *“É, se a gente for botar tudo na ponta do lápis, vai ver que nem dá para querer produzir. Não sobra nada”*.

Conforme a Tabela 01, o Valor Bruto da Produção atinge valor médio de R\$25.051,85 entre os entrevistados, enquanto os Custos de Produção ficam em média R\$ 17.137,03 por Unidade de Produção Familiar. Obtemos assim, uma Renda Agrícola média, de R\$ 7.877,77 entre os produtores de nossa amostra.

Observa-se, entretanto, que há uma grande variação entre as Rendas Agrícolas obtidas pelas diferentes unidades familiares. Enquanto seis casos (22,2%) operam com balanço negativo ou apenas cobrem seus custos de produção, em outro extremo, situam-se sete casos (25,9%) onde as Rendas Agrícolas superam a cifra de R\$10,000,00 .

As maiores somas de capital foram investidas pelas três maiores propriedades, que obtiveram também as maiores Rendas Agrícolas em termos absolutos. O produtor que obteve maior V.B.P. R\$120.000,00, investiu na produção R\$ 80.000,00 e obteve como Renda Agrícola R\$ 40.000,00, este valor final ficou em 1/3 (33,33%) do V.B.P. Porém em termos relativos, a maior rentabilidade foi atingida pelos produtores que tiveram V.B.P. de R\$ 18.000,00, investiram R\$ 10.000,00 no Custo da Produção e obtiveram como Renda Agrícola R\$ 8.000,00. Nesses quatro casos (14,8%) a R.A. ficou em 44,44% do V.B.P, sendo relativamente mais rentável que os casos anteriores.

Esta maior rentabilidade deve-se a diversos fatores relacionados as estratégias produtivas adotadas, tais como uma maior diversificação produtiva, predomínio da venda

direta, beneficiamento de produtos para comercialização, variedades de mudas de morango que podem ter produtividade diferentes por hectare. Nos casos dos questionários 20, 21 e 22, dizem respeito a três irmãos cujos pais possuem uma unidade de produção *agroecologia*, que produz na propriedade a maior parte dos insumos utilizados, reduzindo assim o custo da produção, além de ter colocação diferenciada de seus produtos no mercado. Já no caso do questionário 7, incluiu-se, na Renda Agrícola a renda proveniente da criação de aves, de responsabilidade do jovem entrevistado, que contribui positivamente para a rentabilidade desta unidade de produção familiar.

Observa-se, ainda na Tabela 01, a condição da Renda Familiar em salário mínimo mensal. Em sete casos (26%) a renda mensal é de 5 s.m., em cinco casos (18%) a renda familiar ficou em 3 s.m. e em quatro casos (14,8%) as rendas familiares são de 4 s.m. Para a maioria da amostra, 55,6% dos casos, a renda familiar não ultrapassa 3,5 s.m.

Podemos verificar que há um desencontro entre o resultado obtido na contabilidade da Unidade de Produção Familiar expresso sob a forma de Renda Agrícola em relação a renda familiar em salários mínimos declarada pelos agricultores. Isso pode ser explicado em parte pela existência de outras fontes de renda não agrícola, como pode ser observado na última coluna. Constata-se que para 53,6% dos entrevistados, ou seja quinze casos, existem outras fontes de renda não agrícola, enquanto que entre os 46,4% restantes não constam rendas não agrícolas.

Busquei saber quais dos membros da família recebem os rendimentos não agrícolas. Dos quinze casos onde há ocorrência destas rendas, doze (80%) são os filhos que recebem pagamentos por jornadas de trabalho fora da exploração familiar. Em dois

casos, (13,4%), é a mãe quem recebe tais rendimentos e num caso (6,6%) é o pai quem recebe proventos não agrícolas. Constata-se a predominância dos jovens em buscar aumentar a renda familiar através do exercício de atividades não agrícolas. Este dado indica, ao menos para o caso de Escadinhas, que são os jovens os que mais ativamente inserem-se nos processos da pluriatividade através da combinação de trabalho agrícola e não agrícola, cada vez mais presente entre os agricultores familiares. De certa forma isto indica, de um lado, sua condição de força de trabalho excedente na exploração familiar e, de outro, a insuficiência das rendas agrícolas de suas famílias. De qualquer maneira a pluriatividade desenvolvida pelos jovens agricultores de Escadinhas aponta para as limitações materiais da atividade agrícola que acaba restringendo a formulação de seus projetos profissionais.

Feita esta descrição inicial das condições fundiárias e de renda das unidades de produção familiar da qual os jovens agricultores fazem parte como membros do grupo doméstico, passarei a analisar a relação entre essas condições objetivas e os projetos profissionais de rapazes e moças.

3.2 Relação entre Condição Fundiária e Projetos Profissionais

A relação dos jovens agricultores com a propriedade da terra tem implicações fundamentais na elaboração de seus projetos profissionais de saída ou permanência na agricultura. Ter acesso à propriedade da terra é apontado, tanto pelos jovens como por seus pais, como o fator fundamental para a constituição de uma nova unidade

produtiva ou mesmo para a permanência da família nesse ramo de atividade nas gerações seguintes. Ou seja, valoriza-se a propriedade da terra como o principal patrimônio dos agricultores familiares.

Tabela 02: Propriedade da Terra e Projeto Profissional de Rapazes e Moças (%).

Proprietária	Quer ser agricultor?					
	Rapazes			Moças		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Sim	8 (89)	4 (50)	12 (70,5)	-	8 (80%)	8 (80)
Não	1 (11)	4 (50)	5 (29,5)	-	2 (20%)	2 (20)
Total	9 (100)	8 (100)	17(100)	-	10 (100)	10 (100)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2003.

Na Tabela 02, temos o cruzamento entre as variáveis propriedade da terra e projeto profissional de rapazes e moças. Comparativamente, a propriedade da terra mostra-se mais importante no caso de permanência na atividade agrícola para os rapazes, o que não ocorre em relação as moças uma vez que nenhuma das jovens mulheres da amostra pretendem continuar na atividade agrícola apesar de suas famílias serem proprietárias das terras em que trabalham.

Considerando que 74 % dos jovens são filhos de proprietários, e que 66,6% dos jovens não pretendem continuar na agricultura, podemos notar que a propriedade da terra, isoladamente, não é condição suficiente para assegurar a permanência dos jovens nesse ramo de atividade e isso se deve principalmente às jovens mulheres da amostra, pois no horizonte da sucessão, as filhas mulheres não são consideradas herdeiras da terra. Isso evidencia a importância da questão de gênero na elaboração dos projetos

profissionais, uma vez que o fato de suas famílias deterem a propriedade da terra não altera a disposição das filhas dos agricultores familiares de Escadinhas em não ficarem na atividade agrícola. Este fato parece estar relacionado as suas perspectivas de herança.

Percebemos que a propriedade e o tamanho das áreas pouco influenciam nos projetos profissionais das filhas de agricultores por que elas não têm como perspectiva herdar a propriedade da terra como sucessoras dos pais. Nesse caso, as filhas, como deserdadas da terra, são preparadas para viver no mundo externo, conforme identificou Ellen Woortmann. *“o expulso é necessário para que a totalidade se reproduza, e para que se reproduza o não-indivíduo na ordem hierárquica”* (WOORTMANN, 1995: 314)

Embora as respostas dos questionários indiquem que, a herança será igualitária entre homens e mulheres, suas falas durante as entrevistas em grupo ou individual indicam que rapazes e moças herdam coisas diferentes. Em uma entrevista individual com uma jovem de 14 anos, ao perguntar quem herdaria a propriedade ela respondeu:

Aqui em casa quem vai ficar é meu irmão que é mais velho. Ela ajuda o pai em todo trabalho. É ele e o pai que fazem tudo. Eu e a mãe ajudamos um pouco, mais em casa, sabe. Meus pais cobram que eu estude bastante para conseguir um bom emprego, não ficar na agricultura que é um trabalho muito sofrido para as mulheres. Assim é justo que meu irmão fique na propriedade e tenha uma família para continuar o que o pai começou. Eu quero que eles me dêem estudo, assim, pagem uma faculdade essas coisas para eu ter uma profissão... (M. Feminino, 14 anos).

Fica explícito que os papéis de gênero constroem perspectivas diferenciadas quanto a herança da terra entre rapazes e moças. Neste caso três aspectos chamam atenção: a) O trabalho agrícola das mulheres tende a ser invisível, considerado

simplesmente como “ajuda”.²³ Neste caso a herança da terra aparece como um direito merecido só concedido aos que trabalham na agricultura o que, devido a invisibilidade do trabalho feminino, exclui automaticamente as filhas. b) A presença de uma estratégia de reprodução social com base na “*patrilocalidade*” que refere-se a instalação de um casal jovem na propriedade paterna do noivo, preservando-se através desta mecanismo a propriedade da terra no âmbito da família. c) A diferenciação por gênero nos procedimentos de herança se expressa através da dualidade da passagem das terras aos filhos homens e o investimento em educação para as filhas mulheres. Neste aspecto os investimentos em educação podem consumir boa parte dos rendimentos familiares a fim de possibilitar uma mobilidade ascendente para as mulheres.

A ideologia patriarcal é hegemônica num meio social como o de Escadinhas e as diminutas áreas das propriedades tendem a promover estratégias sucessórias que freqüentemente excluem as mulheres da herança da terra. Nestes termos, a transmissão do patrimônio e as demais regras de acesso a terra refletem não somente as condições sociais e econômicas das famílias, mas também a hierarquia interna dessas últimas que consolidam relações desiguais entre os indivíduos no interior do grupo familiar e na sociedade. Particularmente, reforçam posições diferenciadas entre os gêneros. (CARNEIRO, 2001:23)

As práticas de herança entre os agricultores familiares procuram assegurar a transmissão da propriedade da terra de forma mais indivisível possível; tendo como

23 Este processo invisibilidade do trabalho feminino é objeto de análise do capítulo 04 desta dissertação quando detalharei a participação de rapazes e moças no processo de trabalho familiar.

critério a preservação do patrimônio no âmbito da família, sendo herdeiros e não herdeiros construídos no âmbito das relações familiares a partir da inserção no trabalho agrícola. Estes aspectos tendem a excluir as mulheres da herança da terra²⁴. Como veremos a seguir o acesso a terra é o que garante a continuidade da unidade de produção familiar e sua reprodução entre gerações.

Entre os rapazes, 70,5% deles são filhos de proprietários das áreas em que trabalham, concomitantemente, 53% dos rapazes pretendem ser agricultores. Analisando apenas os que pretendem seguir a profissão agrícola, 89% são filhos de proprietários enquanto 11% não o são. Entre os jovens filhos de agricultores familiares não proprietários (29,5% do total da amostra masculina), predominam (80%) projetos profissionais não agrícolas²⁵. A propriedade da terra aparece como um condicionante estrutural que influencia a formulação dos projetos profissionais, principalmente nos casos dos filhos de arrendatários ou meeiros, aqueles que não tem a perspectiva de dispor de terra não vêem boas chances de realização profissional na agricultura. O que é confirmado em suas falas.

Em entrevista realizada com um jovem do sexo masculino, com 19 anos de idade, cujos pais são agricultores não proprietários de terra., que trabalha no centro urbano do município de Feliz e não pretende ser agricultor, perguntamos o que o motivou a buscar

24 Há um grande número de pesquisadores que se dedicaram a estudar as regras de transmissão do patrimônio familiar e herança. Abordagens mais detalhadas sobre herança podem ser encontrada em: (GALESKI, 1975, MOURA, 1978, SEYFERTH, 1985; WOORTMANN, 1995; ABRAMOVAY 1998; BOURDIEU 1998).

25 Dos cinco rapazes filhos de agricultores familiares sem a propriedade da terra apenas um pretende continuar na agricultura”.

uma profissão não agrícola. Sua resposta apontou para o fato de que, sem a propriedade da terra, não havia condições de permanência nessa atividade:

- Realmente é a falta de condições. Nós não temos terra, nem nada. Então fica difícil. Surgiu uma oportunidade de ganhar um pouquinho mais, termos uma situação um pouco mais confortável então fui trabalhar na Feliz. (M. Masculino, 19 Anos)

Quando perguntei a ele o que seria necessário para permanecer na agricultura:

- Principalmente ter terra, o que a gente não possui. Quem tem terra tem uma situação um pouco mais vantajada, por que mão de obra no caso tem. Tendo terra as coisas se desenvolvem muito mais fácil. Um pouco de capital eu conseguiria a partir daí. Tem bastante planos, tem o Pronaf. Esses planos que no caso dariam acesso ao financiamento, mas tem que ter terra. (M. Masculino, 19 Anos)

Fica evidente que para os jovens agricultores sem terra é mais fácil a inserção no mercado de trabalho não agrícola do que viabilizar a constituição de uma nova unidade produtiva. Na fala do jovem emerge como condição para a atividade agrícola a propriedade da terra assim como o acesso ao financiamento. Conforme o informante sem a propriedade não se teria acesso a financiamento, e conseqüentemente, sem financiamento inviabiliza-se a produção agrícola em escala mercantil. Com efeito, sem a propriedade da terra os jovens não visualizam as condições necessárias para empreenderem sua profissionalização na agricultura.

Conforme o depoimento de outra jovem que trabalha na agricultura com seus pais, perguntada se era possível realizar-se profissionalmente na agricultura:

- Eu acho que se tu tiveres a tua própria terra, o teu próprio lugar, acho que daí pode ter um futuro profissional, mas agora se tiver que trabalhar para outros vai demorar um tempo. Depois não vai dar certo. (N. Grupo. Feminino, 15 anos)

Nota-se que as representações dos jovens sobre a propriedade remetem a uma autonomia realizável apenas quando se é o proprietário da unidade produtiva. Essa aparece como condição indispensável para que eles possam se realizar profissionalmente como agricultores. Suas falas remetem a idéia de que a não propriedade da terra impõem a condição de subordinação a autoridade de “outros”, não sendo possível obterem realização profissional nem econômica²⁶.

Se por um lado, as opiniões dos jovens de Escadinhas colaboram com um aspecto indicado por Chayanov (1974) sobre as unidades familiares (que a família tem o controle sobre o próprio trabalho e sobre o processo produtivo que realiza, podendo estabelecer assim a melhor estratégia de reprodução social). Por outro, para os entrevistados, a autonomia reside no acesso a propriedade da terra, condicionante estrutural sobre a qual as famílias formulam seus projetos de reprodução social. Deste modo, diferentemente da situação da Rússia estudada por Chayanov (1994), no caso do Sul do Brasil atual, que apresenta limitações quanto a oportunidades de acesso a terras, a possibilidade de reprodução social dos agricultores familiares está condicionada ao acesso a propriedade fundiária.

A terra, nestas circunstâncias, é percebida como *fonte de riqueza* (GARCIA JR., 1983), como um *espaço de trabalho* (GEHLEN, 1994) e como *patrimônio familiar* (WOORTMANN, 1995) é o elemento indispensável para que possa viabilizar-se a produção e reprodução vital e social da família na agricultura.

26 Retomo este aspecto no Capítulo 05.

Tabela 03: Relação entre Grupos de Área (ha) e Projeto Profissional de Rapazes e Moças (%).

Grupos de Áreas (ha)	Quer ser Agricultor?					
	Rapazes			Moças		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Até 5 há	2 (22,2)	5 (62,5)	7 (41,2)	-	5 (50)	5 (50)
De 5 a 10 há	3 (33,3)	3(37,5)	6 (35,3)	-	5 (50)	5 (50)
Mais de 10 há	4 (44,4)	-	4(23,5)	-	-	-
Total	9 (100)	8 (100)	17(100)	-	10(100)	10(100)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2003.

Aprofundando as implicações das condições materiais, no que diz respeito a estrutura fundiária, sobre os projetos profissionais dos jovens agricultores, apresento a Tabela 03. Nela observa-se que, quanto maior a área da propriedade familiar, maior é índice de rapazes que afirmam que querem ser agricultores no futuro. Esse é o caso de todos os rapazes das maiores propriedades com unidades produtivas maiores de 10 hectares e que representam 23,5% da amostra masculina. Entre os que pretendem seguir a profissão agrícola 44,4% estão nas propriedades com mais de 10 hectares e 33,3% nas propriedades com áreas entre 5ha a 10 ha.

Por sua vez, entre os jovens residentes nas menores áreas, aquelas com até 5 hectares, predominam projetos profissionais não agrícolas. No grupo de área intermediário (de 5 a 10 hectares), apresenta-se um equilíbrio, com metade dos rapazes afirmando que pretendem continuar a trabalhar na agricultura familiar e outra metade não pretendendo ser agricultor. Nota-se que a amostra feminina divide-se ao meio entre as áreas menores que 5 hectares e as de 5ha a 10 ha. Percebemos que para as moças o tamanho da propriedade não altera suas perspectivas de não permanecer na atividade agrícola.

Tendo em vista estes primeiros resultados, confirma-se, entre os rapazes uma das hipóteses do estudo. Entre os jovens das famílias que não são proprietárias da terra em que trabalham predominam projetos profissionais não agrícolas, assim como nas maiores áreas presenciamos mais freqüentemente a ocorrência de projetos profissionais de permanência na agricultura familiar. Entretanto essa hipótese se confirma apenas entre os rapazes. Entre as moças, independente da condição de proprietário de seus pais, verifica-se a elaboração de projetos profissionais não agrícolas.

3.3 Relação entre Renda Agrícola e Projetos Profissionais

Para compreender as tomadas de posição dos jovens diante do dilema da elaboração de um projeto profissional em meio a realidades complexas como as verificadas no espaço social agrário, optei por isolar analiticamente os possíveis impactos do volume de renda agrícola obtida pelas famílias dos jovens agricultores, assim como o acesso dos jovens a essa renda na tentativa de compreensão da influência das condições materiais nas suas disposições de reproduzirem a condição de agricultores de seus pais, ou caso contrário, elaborarem projetos profissionais não agrícolas.

Constata-se na Tabela 04, que entre os jovens do sexo masculino que pretendem continuar no trabalho agrícola predominam situações de renda agrícola mais altas: 77,7% estão nas faixas de renda superiores a R\$5.000,00. Sendo que, destes, predominam com 44,4% dos casos aqueles cujas famílias obtiveram Renda Agrícola superior a R\$10.000,00. Por outro lado, os rapazes que formulam projetos profissionais não

agrícolas estão todos situados em famílias cujas rendas são as mais baixas da amostra, sendo que 60% deles são membros de famílias cujas Rendas Agrícolas são negativas.

Tabela 04: Relação entre Grupos de Renda Agrícola (R\$) e Projeto Profissional de Rapazes e Moças (%).

Grupo de R.A. (R\$)	Quer ser agricultor?					
	Rapazes			Moças		
	Sim	Não*	Total	Sim	Não	Total
Renda negativa	1 (11,1)	4(66,6)	5 (33,4)	-	1 (10)	1 (10)
Até 5.000	1 (11,1)	2 (33,4)	3 (20)	-	3 (30)	3 (30)
De 5.000 a 10.000	3 (33,4)	-	3 (20)	-	3 (30)	3 (30)
Mais de 10.000	4 (44,4)	-	4 (26,6)	-	3 (30)	3 (30)
Total	9 (100)	6 (100)	15 (100)	-	10 (100)	10 (100)

*Há dois casos sem registro de renda.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2003.

A amostra feminina corresponde em 60% dos casos a famílias com rendas superiores a R\$ 5.000,00. Entretanto, independente do valor da Renda Agrícola, as moças não pretendem ser agricultoras. Estas informações podem ser melhor compreendidas se relacionadas à Tabela 05, que trata do acesso dos jovens a Renda Agrícola obtida pelo trabalho da família.

Relacionando os projetos de permanência ou saída da agricultura acalentado pelos jovens e o acesso desses à renda agrícola proveniente do trabalho familiar, é possível verificar a diferença no tratamento dispensado a rapazes e moças, que nos ajuda a começar a entender o que está por de trás da disposição unânime das filhas dos agricultores familiares de Escadinhas, incluídas em nossa pesquisa, em inserirem-se no mercado de trabalho não agrícola. Nota-se que, ao contrário do que ocorre com a

maioria dos rapazes, as moças não são remuneradas pelo trabalho que realizam em casa e na lavoura. Ou seja, enquanto 53% dos jovens do sexo masculino recebem remuneração em dinheiro pela participação no trabalho familiar agrícola, nenhuma moça recebe remuneração em espécie. Nota-se que 70% delas afirmam que ganham o que precisam de seus pais, indicando uma condição de dependência maior entre as moças do que entre os rapazes que conseguem ter uma certa autonomia com ganhos próprios.

Tabela 05: Relação entre Forma de Remuneração e Projeto Profissional de Rapazes e Moças (%).

Remuneração	Quer ser agricultor?					
	Rapazes			Moças		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Em dinheiro	6 (66,6)	3 (37,5)	9 (53)	-	-	-
Não recebe	-	3 (37,5)	3(17,6)	-	3 (30)	3 (30)
Ganha o que precisa	3 (33,4)	2 (25)	5 (29,4)	-	7 (70)	7 (70)
Total	9 (100)	8 (100)	17(100)		10(100)	10(100)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2003.

A relevância destes rendimentos para os filhos pode ser observada pelo fato de que 100% dos rapazes que não recebem nenhuma remuneração dos pais não pretendem permanecer na agricultura. Já entre os que pretendem continuar na agricultura 66,6% recebem remuneração em dinheiro e os outros 33,6% recebem dos pais o que precisam. Entre estes últimos verifica-se um relativo equilíbrio com 17,6 % querendo permanecer na atividade agrícola e 11,5% querendo sair.

A remuneração dos filhos homens pode ser interpretada como uma estratégia dos pais para “despertar nele o interesse pela agricultura”, visto que, ao atingirem uma certa

idade, geralmente após os 16 anos, aumenta a pressão destes por uma renda própria, o que pode ser conseguido através de uma colocação no mercado de trabalho local. No caso dos rapazes, o pai perderia a força de trabalho do filho, tendo que contratar mão de obra fora da família, o que é mais caro do que promover a remuneração do mesmo. Este geralmente é o filho mais velho. Destaca-se, portanto, uma dupla função na remuneração dos filhos homens: a) criar neles a disposição para a permanência na agricultura como sucessores do pai e b) utilizar plenamente a força de trabalho familiar. Esse processo pode ser ilustrado pela fala de um agricultor de Escadinhas:

- Os jovens saem porque não recebem nada em casa dos pais. O meu rapaz tem 23 anos e ele ganha 20% livre, para ele, de tudo que entra liquido. O resto é meu, mas também as despesas são minhas. Ele está contente com isso. Se ele tem para gastar no fim de semana está bom.” (E. Agricultor, 51 anos)

Do ponto de vista dos jovens, essa autonomia conquistada com o recurso próprio é altamente valorizada. Como expressam as falas dos jovens do Grupo Focal Masculino, quando perguntamos o que havia de bom e de ruim na atividade agrícola. A maioria dos depoimentos apontou como fator positivo a possibilidade de renda trazida pelo trabalho agrícola:

- O bom é quando dá dinheiro. A gente pode sair, comprar, dar umas voltas, e o ruim é quando tem que trabalhar na agricultura e não dá lucro.” (L. Grupo Masculino, 14 anos).

A situação das moças é diferente, pois seu trabalho na agricultura, ainda que seja constante, é considerado pelos pais e por elas próprias como “ajuda”. Este trabalho é pouco valorizado e invariavelmente não é remunerado em espécie. No caso das moças, a

sua não remuneração traduz o não reconhecimento do valor do seu trabalho. Este é um dos elementos mais emblemáticos para compreensão da negativa das moças em permanecerem profissionalmente na agricultura familiar.

Percebe-se que, de modo geral, a possibilidade de um ganho financeiro, decorrente da participação no processo de trabalho familiar, é um elemento que sinaliza o reconhecimento da importância do trabalho juvenil. Sendo mais do que uma recompensa material, a remuneração do jovem é um estímulo simbólico que contribui para desenvolver sua disposição de permanecer na agricultura.

Neste capítulo o leitor pode constatar as condições materiais das famílias dos jovens agricultores do Bairro de Escadinhas, através de dois elementos que configuram o campo de possibilidades sobre os quais eles formulam seus projetos profissionais: a estrutura fundiária das unidades produtivas e a renda agrícola obtida pela família.

O acesso a propriedade da terra aparece como condição fundamental para que possam haver projetos de permanência na agricultura. Assim como rendas agrícolas mais elevadas são acompanhadas de maior frequência de projetos de permanência na agricultura. Entretanto, estes aspectos não podem ser vistos como suficientes para explicar as disposições dos jovens em permanecerem ou saírem da agricultura, visto que tal relação só mostrou-se verdadeira no caso dos rapazes.

As relações de gênero na agricultura perpassam a formulação dos projetos profissionais dos jovens agricultores, de certo modo mais intensamente do que as condições materiais, cortando transversalmente a relação observada entre estrutura

fundiária, renda agrícola e projetos profissionais. Como resultado predominam projetos profissionais não agrícolas entre as mulheres.

Por fim, a propriedade da terra aparece como um fator primordial para que os jovens possam ter como projeto profissional a permanência na atividade agrícola, visto que os filhos de agricultores sem terra estabelecem projetos profissionais não agrícolas. É perceptível também que as unidades familiares que possuem maiores rendas agrícolas favorecem a ocorrência de projetos de permanência nessa atividade por parte dos filhos. Ainda verificou-se, ao considerarmos o acesso dos jovens à renda agrícola, que há um tratamento diferenciado dos pais para com filhos homens e mulheres, sendo que os rapazes freqüentemente têm acesso aos rendimentos da agricultura, enquanto o mesmo não ocorre com as moças. Todavia, como as disposições para permanecer ou sair da atividade agrícola também são construídas ao longo do processo de socialização, que no caso dos jovens agricultores ocorre no próprio processo de trabalho da agricultura familiar, torna-se necessário examinar como se processa a socialização entre esses rapazes e moças.

4 OS JOVENS NO PROCESSO DE TRABALHO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Neste capítulo pretendo focalizar a participação dos jovens no processo de trabalho da agricultura familiar para compreender em que medida as diferentes formas de participação das moças e dos rapazes nessa atividade podem estar repercutindo na elaboração de seus projetos profissionais.

De acordo com Stanek (1998), o trabalho familiar deve ser apreendido sob dois aspectos: a) a divisão do trabalho entre os diversos membros da família e b) a intensidade da utilização das diferentes frações de mão-de-obra tanto na unidade de produção quanto fora dela. Sendo assim, primeiramente definiremos, com base na teoria social, a especificidade deste processo de trabalho. Em seguida, serão vistas as formas que assumem a divisão do trabalho no interior das unidades produtivas, buscando compreendê-las como reveladoras das posições ocupadas na hierarquia familiar. No terceiro e último momento, buscarei explorar as relações entre o padrão temporal das ocupações e papéis sociais desempenhados pelos jovens nas unidades de produção familiar em relação aos seus projetos profissionais.

Será verificada, neste capítulo, a hipótese de que o processo de trabalho da agricultura familiar não produz apenas mercadorias agrícolas, mas também agricultores. Assim, quanto mais intenso o envolvimento dos jovens no trabalho familiar maior será sua disposição para formular projetos de permanência na agricultura.

4.1 O Processo de Trabalho Familiar Agrícola

Segundo Marx, a socialização humana é interpretada a partir da relação homem/natureza através do trabalho. O que distingue o homem da natureza não é simplesmente a racionalidade, mas como os homens usam a razão na sua relação com a natureza. Segundo ele: “o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade” (MARX, 1985, p.202).

Como disse Marx, o processo de trabalho é uma intervenção racional do homem na natureza, o que significa que os homens intuem mentalmente seu trabalho antes de executá-lo. Segundo ele, o processo de trabalho detém em si uma dimensão subjetiva que confere uma lógica ao próprio trabalho. Interagindo com a natureza e outros indivíduos, os homens buscam suprir suas carências e nessa atividade criam e recriam a si próprios, ou ainda: “Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria existência” (MARX, 1985, p.202).

O conceito de processo de trabalho que utilizo é aquele segundo o qual os seres humanos atuam sobre as forças da natureza, submetendo-as a seu controle e

transformando-as em certos valores de uso, ou seja, dando forma útil à sua vida.

Segundo Marx:

Os elementos componentes do processo de trabalho são: 1) a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho. (MARX, 1985, p. 202).

O processo de trabalho ocorre pela articulação entre as forças produtivas e as relações sociais de produção. A noção de forças produtivas corresponde aos fatores necessários à produção como os trabalhadores, os instrumentos de trabalho e os meios de produção. As relações sociais de produção referem-se às diferentes funções executadas por indivíduos ou grupos no processo de produção e no controle dos meios de produção.

Conforme essa abordagem, as relações sociais que derivam do processo de trabalho produzem não apenas os meios de vida imediato, mas também sua própria existência social. Segundo Marx, os indivíduos devem ser considerados a partir de sua inserção nas relações sociais próprias que derivam deste processo de trabalho, uma vez que este processo não produz apenas os meios de vida dos quais depende sua reprodução física imediata, mas ao fazê-lo, o homem produz sua própria existência:

O modo como os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria natureza dos meios de vida com que se encontram e que se trata de reproduzir. Este modo de produção não deve ser considerado somente enquanto a reprodução da existência física dos indivíduos. Já é, além disso, determinado modo da atividade desses indivíduos, determinado modo de manifestar sua vida, determinado

modo de vida dos mesmos. Tal e como os indivíduos manifestam sua vida, assim são. O que são coincide, por conseguinte, com sua produção, tanto *com* o que produzem como com o modo *como* produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção. (MARX; ENGELS, 1959 apud. SODRÉ 1968, p.6)

Dois aspectos chamam a atenção nesta passagem de Marx e Engels. O primeiro diz respeito ao fato de que, em sua análise, o homem é a personificação do processo de trabalho que realiza. É a posição específica na divisão social do trabalho que lhe confere uma determinada posição na sociedade. O segundo aspecto é que, para Marx, o processo de produção contém em si o seu mecanismo de reprodução. Como já vimos no capítulo 1, esta reprodução depende das relações de produção, o que no caso dos agricultores familiares ocorre com base nas relações de parentesco.

Ellen e Klass Woortmann, ao estudarem a *“lógica simbólica da lavoura camponesa”*, sugerem que, apesar da noção de relações de produção estar vinculada à idéia de classes sociais “podemos dar-lhes outro sentido, voltando-nos para as relações que se estabelecem no interior do grupo social específico que realiza a produção; no caso do trabalhador camponês, a unidade familiar. Essas são de hierarquia e de gênero” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p.10).

Deste modo, adaptamos as formulações de Marx para pensar os processos de reprodução social dos agricultores familiares. Percebe-se que a reprodução social na agricultura familiar consiste no processo de manter, repor e transmitir o capital social de geração para geração, sendo o grupo doméstico seu mecanismo central. Distingue-se a reprodução no ciclo curto - onde o foco é a unidade de consumo- residência- e a reprodução no ciclo longo - onde a ênfase está na unidade do casal mais os filhos

(BRUMER et. al, 2000). Esse processo de trabalho difere-se do capitalista porque não visa à reprodução ampliada do capital, mas à reprodução nos ciclos curto e longo das famílias.

Klass e Ellen Woortmann chamam a atenção para o fato de que “para se reproduzirem, os camponeses produzem mercadorias, mas a produção de mercadorias é antecipada logicamente pela produção de bens, e esta, por sua vez é antecipada pela produção - reprodução de bens simbólicos que constituem o campo do saber” (WOORTMAN; WOORTMANN,1997, p.13).

O processo de trabalho da agricultura familiar possui uma dimensão simbólica que orienta e dá sentido às ações voltadas a assegurar a reprodução social da família na agricultura, uma vez que é no próprio trabalho que se transmite o saber para realizá-lo. Como observam esses autores, se é o pai quem governa o trabalho, é ele também que governa o fazer - aprender. Neste caso: “A transmissão do saber é mais do que transmissão de técnicas: ela envolve valores, construção de papéis.” (WORTMANN; WORTMANN, 1997, p.11). Este processo de trabalho constrói assim não só o espaço agrícola, mas também espaços sociais de gênero e geração.

Acrescento ainda a essas questões a contribuição de Tavares dos Santos, ao conceituar o “*processo de trabalho camponês*”. Para esse autor, fica evidente uma subordinação desse processo de trabalho, que opera a partir da lógica da manutenção/reprodução do grupo doméstico percebido como um trabalhador coletivo, a uma lógica de acumulação capitalista via complexos agroindustriais, como no caso dos colonos do vinho (TAVARES DOS SANTOS, 1984). Segundo este autor, o “*processo de trabalho camponês*” constituiu-se historicamente no Brasil pelo processo de colonização

desencadeado em meio às tensões decorrentes da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Conforme minha leitura, o fundamental de sua contribuição para este debate foi apontar de forma pioneira que

A especificidade deste processo de trabalho provém, inicialmente, da presença da força de trabalho familiar configurada como trabalhador coletivo. Por isso, é o ciclo de existência da família que provoca a possibilidade do trabalho acessório camponês, bem como a eventual utilização de força de trabalho assalariada na unidade produtiva camponesa. (TAVARES DOS SANTOS, 1984, p.171)

A partir destas diferentes abordagens é que busco chegar a uma definição mais adequada para aquilo que chamo de processo de trabalho da agricultura familiar. Considerando as mudanças históricas e sociais que permitem a passagem conceitual da noção de camponês para a de agricultor familiar, vista no capítulo 1, mantenho a idéia central de Tavares do Santos de que esse processo de trabalho tem na mobilização da mão-de-obra familiar sua especificidade.

No processo de trabalho da agricultura familiar, as relações produtivas se dão com base em obrigações familiares e não com base na relação de salário, não havendo assim geração de mais-valia, o que lhe confere um caráter não capitalista (TAVARES DOS SANTOS, 1984). Esse trabalho atravessa fases distintas conforme a evolução do ciclo demográfico da família alterando ao longo do tempo a relação entre trabalho e consumo (CHAYANOV, 1974, 1981). O processo de trabalho, como atividade consciente, é coordenado pelo homem adulto (marido, pai), que assume o papel de chefe do processo produtivo por ser o detentor de um saber agrícola específico. Trata-se de um saber fazer

que será transmitido no próprio trabalho, o que confere uma dimensão simbólica, educativa, ao processo de trabalho da agricultura familiar (WOORTMAN; WOORTMANN, 1997). Assim, o processo de trabalho da agricultura familiar, além de um modo não capitalista de produzir, é ainda o meio social de transmissão do saber agrícola à mão-de-obra familiar, onde incluem-se os filhos.

O domínio sobre esse saber trabalhar é o que torna o rapaz um homem, no sentido de um adulto pleno, capaz de constituir uma nova família e por conseqüência uma nova unidade de produção familiar. Percebe-se que não é a idade que proporciona seu reconhecimento social de adulto, mas é o saber pleno que o autoriza a formar uma nova família, e que torna a idade um construto social.

Por isto, o processo de trabalho é o espaço privilegiado de socialização dos filhos no mundo adulto, na lógica do trabalho e da produção, processo este que configura o meio objetivo que acaba por consolidar a construção subjetiva do jovem agricultor. Conclui-se que a socialização dos filhos no processo de trabalho da agricultura familiar cumpre um importante papel na construção social do jovem agricultor e na definição de seus projetos futuros.

João Carlos Tedesco (1999) observou este processo ao tratar da socialização dos adolescentes no trabalho com a terra como influenciado pela força das regras do sistema de trabalho, de participação *na, com e para* a família. Assim, os jovens:

Aprendem logo a diferenciar funções, a estabelecer hierarquias e deveres, a normatizar os princípios do trabalho voluntário (ver as coisas desde cedo) em direção a uma razão prática e simbólica também, pois,

pela lógica do trabalho e da produção, há um processo de inserção social, familiar, que consolida a identidade adaptada ao lugar cultural. (TEDESCO,1999, p.91)

Neste sentido, o processo de trabalho da agricultura familiar é o meio pelo qual se desenvolve a reprodução social das famílias de agricultores, na medida em que, ao mesmo tempo, possibilita a subsistência da família e a produção simples de mercadorias, proporciona também a formação de novas gerações de agricultores. Estas novas gerações são, por sua vez, fundamentais à realização de tal processo de trabalho. Segundo Tedesco (1999), e como será visto a seguir, os papéis que os filhos desempenham dentro ou fora de casa constituem-se de importância fundamental para o grupo doméstico. Os jovens são uma fonte regular de apoio às atividades desenvolvidas na propriedade familiar, sejam elas domésticas ou na *lida agrícola*. As tarefas realizadas por cada um dos membros do grupo doméstico são orientadas por idade, sexo e tamanho, que são fatores importantes na flexibilidade e maleabilidade de papéis nos ciclos familiares (TEDESCO, 1999).

Resumidamente, o processo de trabalho da agricultura familiar pode ser caracterizado por: a) apresentar uma relação de trabalho estabelecida com base em obrigações familiares; b) estar voltado para a reprodução social da família e da unidade de produção familiar; c) variar conforme a composição e ciclo demográfico da família; d) ser o meio objetivo da inserção das novas gerações no universo produtivo; e) possibilitar a transmissão do saber agrícola de geração à geração.

4.2 A Divisão do Trabalho e Papéis Sociais na Família Agricultora

O exame das informações sobre quem entre os membros da família assume a responsabilidade pela condução de determinadas tarefas contidas na Tabela 06 permite constatar a concentração das atividades administrativas na pessoa do pai da família. Em 59,35% dos casos é ele quem vende a produção e em 22,2% a venda é realizada por pai e filho. A compra de insumos necessários à produção é atividade exclusiva do pai de família em 70,4% da amostra, sendo que em 11% é feita por pai e filho. O pai é o único a fazer financiamento bancário o que corresponde a 55,6%.

Em 66,7% dos casos é o único a realizar serviços bancários como sacar ou depositar dinheiro, sendo que em 14,8 % essa atividade é feita pelo casal. Também é o pai quem mais se relaciona com os agentes de extensão rural e técnicos agrícolas em 55,6% dos casos, sendo que em 14,8% esse contato é realizado pelo casal e noutros 14,8% por pais e filhos.

Na Tabela 06 percebe-se que há um conjunto de atividades que envolvem a tomada de decisão que são freqüentemente partilhadas por toda a família. Assim, na hora de decidir o que plantar, predomina na amostra, com 40,7%, a responsabilidade de todos os membros da família, enquanto que em 25,9% dos casos esta decisão é tomada exclusivamente pelo pai, em 18,5% pelo casal e em 7,4% por pai e filho.

A definição da área destinada a cada produto é, em 37% dos casos, uma decisão a ser tomada por toda família, enquanto que em 33,3% é prerrogativa exclusiva do pai, em 14,8% essa é uma decisão do casal e em 7,4% de pais e filhos homens.

Tabela 06: Divisão do Trabalho na Família

Atividade	Quem realiza a tarefa																						
	pai		mãe		casal		filho		filha	pai e filho		mãe e filha		todos		outros		ninguém		total			
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%		n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%		
1) vender a produção	16	59,3									6	22,2			1	3,7	4	14,8			27	100	
2) comprar insumos	19	70,4									3	11			1	3,7	4	14,8			27	100	
3) realizar financiamento	15	55,6															2	7,4	10	37	27	100	
4) serviços bancário	18	66,7			4	14,8								1	3,7	2	7,4	2	7,4		27	100	
5) falar c/ técnicos	15	55,6			4	14,8					4	14,8			1	3,7	3	11,1			27	100	
6) decidir o que plantar	7	25,9			5	18,5					2	7,4			11	40,7	2	7,4			27	100	
7) definir área dos produtos	9	33,3			4	14,8					2	7,4			10	37	2	7,4			27	100	
8) ir a reunião do sindicato	8	29,6	6	22,2	9	33,3					1	3,7	1	3,7			1	3,7	1	3,7	27	100	
9) comprar para casa			10	37	11	40,7							5	18,5			1	3,7			27	100	
10) preparar o solo	4	14,8			2	7,4	3	11,1			9	33,3			5	18,5	4	14,8			27	100	
11) plantar	1	3,7			1	3,7					3	11			22	81,5					27	100	
12) manutenção das estufas	4	14,8	2	7,4	4	14,8	2	7,4			5	18,5			10	37	2	7,4			27	100	
13) capinar	8	29,6	2	7,4							7	25,9			8	29,6	2	7,4			27	100	
14) aplicar veneno	7	25,9									11	40,7					5	18,5	4	14,8	27	100	
15) colheita											2	7,4			25	92,6					27	100	
16) horta e pomar			1	3,7	1	3,7					3	11	2	7,4	20	74					27	100	
17) tirar leite			6	22,2	10	37	1	3,7			1	3,7			3	11			6	22,2	27	100	
18) tratar do gado	1	3,7	1	3,7	3	11	4	14,8						7	25,5	1	3,7	10	37		27	100	
19) tratar dos suínos			1	3,7			1	3,7			3	11			5	18,5	1	3,7	16	59,3	27	100	
20) tratar dos pequenos animais			5	18,5	1	3,7	7	25,9							8	29,6			6	22,2	27	100	
21) Limpar chiqueiro/ estábulo	1	3,7	2	7,4	1	3,7	5	18,5			1	3,7	1	3,7	7	25,5	2	7,4	8	29,6	27	100	
22) consertar na casa / galpão	6	22,2					1	3,7			5	18,5			4	14,8	7	25,9	4	14,8	27	100	
23) preparar as refeições			14	51,9	1	3,7											12	44,4			27	100	
24) cuidar das crianças			6	22,2											2	7,4			19	70,4	27	100	
25) transformação de alimentos			16	59,3	4	14,8									7	25,9					27	100	
26) beneficiamento de produtos			3	11	9	33,3									1	3,7	4	14,8		10	37	27	100
27) limpar a casa			11	40,7											15	55,6	1	3,7			27	100	

Participar da reunião do sindicato rural é feito pelo casal em 33,3% da amostra, enquanto que em 29,6% somente o pai participa e em 22,2% somente a mãe. Por sua vez, a compra de bens de consumo para a casa é uma atividade predominantemente feminina, já que em 40,7% é feita pelo casal, em 37% é realizada exclusivamente pela mãe de família e em 18,5% por mães e filhas.

Nas atividades agrícolas que envolvem a “*lida na roça*” observa-se o predomínio do emprego da força de trabalho de todos os membros da família. O preparo do solo é, na maioria dos casos (33,3%), feito por pai e filho, em 18,5% por todos familiares incluindo-se as filhas mulheres. O plantio é realizado em 81,5%, por toda a família. Capinar é tarefa exclusiva do pai em 29,65% dos casos, é tarefa de toda a família noutros 29,5%, e em 25,95% é feito por pai e filho. A aplicação de veneno para conter pragas é uma tarefa exclusivamente realizada por homens, predominando em 40,7% pai e filhos, e em 25,9% é feito pelo pai. A colheita é a atividade que mais absorve a mão-de-obra de toda a família 92,6%, e apenas 7,4% é feita por pais e filhos. Isso pode ser explicado pelo fato de que a cultura do morango, predominante na amostra, possibilita diversas colheitas ao ano e devido à fragilidade do fruto, é uma atividade que não pode ser mecanizada provocando uma intensa demanda de mão-de-obra, absorvendo assim toda a força de trabalho familiar em dias de colheita. Também no cuidado da horta e do pomar predomina o trabalho de toda a família. Aqui, é preciso destacar que na região impera a fruticultura, sendo produzido, além do morango, amora, figo e pêssego, o que explica em parte o elevado envolvimento de toda a família nessa atividade. Tirar leite é considerado por grande parte dos informantes rapazes como “*trabalho de velhos*”. Eles

praticamente recusam-se a fazer essa atividade. Esta, quando ocorre, é feita principalmente pelo casal (37%) ou pela mãe de família (22,2%). Já o trato do gado é feito em 22,2% dos casos por todos. Na limpeza do chiqueiro e do estábulo predomina o trabalho dos filhos homens, com 18,5%.

Se a atividade do homem destaca-se na administração da produção, que envolve a coordenação do trabalho dos filhos, o lugar da mulher, mãe de família, é a casa. Ela é responsável pela provisão dos familiares. Dentro destas atividades ocupa lugar prioritário a preparação das refeições, realizada apenas pela mãe em 51,9% dos casos e em 44% ela conta com a “ajuda” das filhas. A transformação de alimentos - queijo, compotas, *schmier*, pão e bolos - em 59,3% é atividade exclusiva das mães, e em 25,9% feito por mãe e filha. Por último temos a limpeza da casa que, em 55,6 %, é realizada por mães e filhas; e pelas mães exclusivamente em 44,7% dos casos.

Podemos agrupar as atividades listadas acima em três conjuntos: as tarefas administrativas da U.P.F., as tarefas agrícolas e as tarefas domésticas. Assim, é possível perceber claramente como ocorre a divisão do trabalho por gênero e geração e como elas indicam a posição de cada membro na hierarquia familiar que se estrutura a partir do trabalho (Gráficos 01, 02 e 03).

Uma vez que os agricultores familiares de Escadinhas dedicam-se à produção agrícola em escala mercantil, podemos considerar as tarefas da administração da U.P.F. (atividades de 1 a 9 da tabela 06), como um indicador da posição ocupada na hierarquia familiar, ao menos no que diz respeito ao poder de incidir na gestão do negócio agrícola da família.

No Gráfico 01, percebe-se claramente o predomínio do pai (44,1%) sobre o controle das atividades relacionadas à gestão da exploração familiar. O segundo lugar é ocupado pelo casal, com 15,3% de incidência na gestão dos negócios familiares. Em terceiro lugar, todos os membros da família, com 10,5%, seguido de pais e filhos (7,4%), da mãe da família (6,4%) e de mães e filhas em 2,5% dessas atividades. Nota-se que nem filhos e filhas desempenham sozinhos qualquer tarefa relacionada à gestão da exploração familiar.

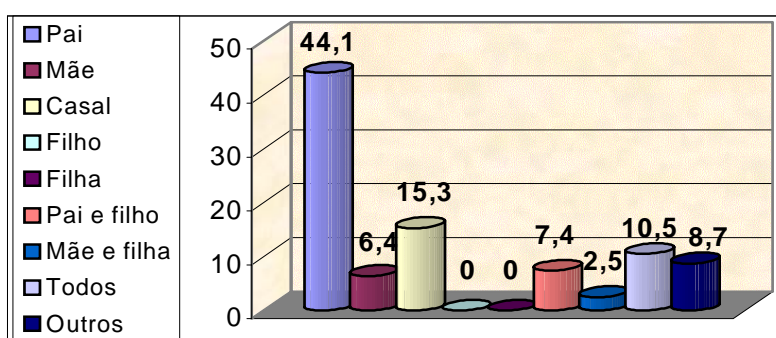


Gráfico 01: Quem realiza as tarefas administrativas da U.P.F. (%).

Fonte: Pesquisa de Campo 2003.

Tomando estas tarefas relativas à administração da unidade produtiva como indicador das posições ocupadas na hierarquia familiar, percebe-se que os filhos ocupam as posições mais baixas.

Constata-se que o homem adulto não está envolvido nas tarefas domésticas, apesar deste ser o provedor da família que, para alcançar esse objetivo, concentra em suas mãos o controle sobre a renda familiar e sobre a gestão da produção agrícola. Isso lhe confere o papel de autoridade máxima dentro do grupo doméstico. Essa autoridade

está fundamentada, ainda, como bem observam Klass e Ellen Woortmann, no fato do pai ser o detentor do saber agrícola e que esse saber transforma a terra em terra de trabalho.

Ele é o detentor de um saber que o autoriza a governar o processo de trabalho, isto é, a dirigir o trabalho da família. Esse saber é transmitido à “força de trabalho”, aos filhos que, ao trabalhar, estão se constituindo também como “conhecedores plenos”. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p.13)

É o pai quem encarna o trabalho agrícola, logo o resultado do trabalho ali realizado é trabalho dele; os filhos, filhas e esposa, mesmo desempenhando tarefas fundamentais à produção, apenas “ajudam”, como costumam dizer. O pai é sempre força plena de trabalho da família, não por ter o maior vigor físico entre os membros do grupo doméstico, até porque em certo estágio do ciclo evolutivo da família os filhos podem ter mais força para trabalhar do que ele. Ele é pleno porque ideologicamente se define como aquele que reúne todas as condições para participar de todas as etapas do processo de trabalho da agricultura familiar (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997).

Conforme o Gráfico 02, podemos verificar que 35,1% das tarefas agrícolas (tarefas 10 a 22 da Tabela 01) são realizadas por todos membros da família. Pais e filhos se responsabilizam por 14,2% das tarefas agrícolas. O trabalho exclusivo do pai é exercido em 9,1% de atividades. Os filho sozinhos executam 6,8% das tarefas agrícolas, que equivale ao volume de trabalho contratado em nossa amostra. A participação exclusiva do casal encontra-se em 6,5% dessas atividades. As mães e filhas realizam exclusivamente apenas 0,8% das tarefas agrícolas.

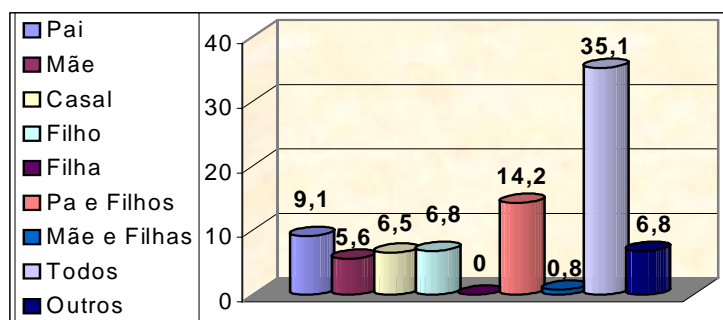


Gráfico 02: Quem realiza o trabalho agrícola da U.P.F. (%).
 Fonte: Pesquisa de Campo 2003.

Estes dados permitem dimensionar a importância que tem o trabalho dos jovens no interior de suas unidades produtivas. Principalmente os rapazes aparecem desempenhando tarefas seja com toda a família, com o pai ou sozinhos. Conforme pode ser visto na tabela 06, existem diversos casos onde o rapaz é o único responsável por determinadas tarefas agrícolas, como o trato de pequenos animais em 25,9%, a limpeza do chiqueiro e do estábulo em 18,5% , o trato do gado em 14,8% e o preparo do solo que é responsabilidade dos filhos homens em 11% dos casos de nossa amostra. Já nas atividades que são realizadas por pais e filhos, destaca-se a aplicação de veneno (40,7% dos entrevistados), o preparo do solo (33,3%), em 25,9% a capina e feita por eles e em 22,2% dos casos a venda da produção. Estas atividades realizadas pelos filhos podem ser vistas como um treinamento para responsabilidades e tarefas mais complexas no futuro.

O incentivo aos filhos a desenvolver algumas atividades autônomas, como a criação de animais (coelhos e aves), possibilita-lhes a obtenção de uma renda extra, que é administrada pelos próprios jovens. A prática de alguns agricultores de passar a

responsabilidade para o filho, como cuidar de algumas mudas de morango da plantação à colheita e as vezes até da comercialização dos frutos, além de ser uma estratégia do pai para possibilitar ao filho uma renda própria, incentiva-o a permanecer na agricultura. Essas práticas podem ser vistas como um ação pedagógica do pai para preparar o filho para tornar-se um agricultor pleno. Nesse sentido a socialização do filho no trabalho agrícola adquire, predominantemente, o caráter de ter de aumentar a responsabilidade e a individualização do jovem agricultor, imprimindo a disposição necessária para tornar-se no futuro um produtor independente.

É preciso considerar ainda que a casa é por excelência o lugar do consumo familiar. Se a provisão desta fica financeiramente sob a responsabilidade do pai, sua provisão enquanto trabalho é de responsabilidade da mãe. Pela divisão sexual do trabalho, ideologicamente engendrado, competem às mulheres as tarefas domésticas que, se não são consideradas “produtivas” do ponto de vista econômico, são seguramente reprodutivas no que diz respeito à reprodução do grupo doméstico e do próprio trabalho (WOORTMANN, 1995). A concepção do que se define como *trabalho* permite dar sentido à divisão de tarefas por sexo.

O trabalho da mulher na agricultura é, via de regra, em tempo parcial, já que dificilmente as tarefas domésticas são transferíveis aos homens, como pode ser verificado no Gráfico 03. Percebe-se que em 47,2% dos casos os jovens afirmam que é a mãe sozinha quem realiza as tarefas domésticas e em 27,4% essas tarefas são realizadas por mãe e filha, em apenas 3,7%, ou seja um caso, todos fazem os serviços da casa. Isso

se deve às construções ideológicas relativas à mulher e ao papel social que se espera que ela desempenhe no interior da família.

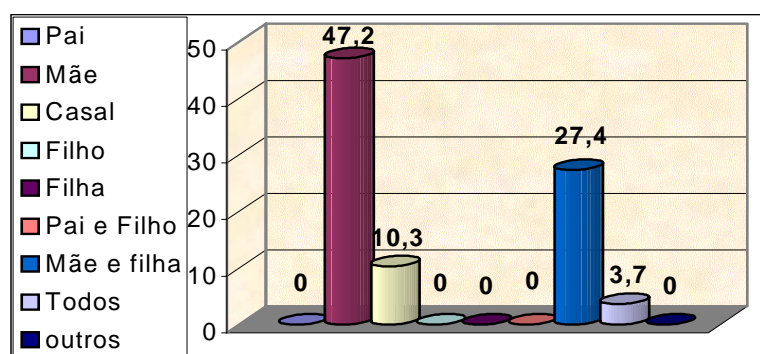


Gráfico 03: Quem faz os trabalhos domésticos da U.P.F: (%).

Fonte: Pesquisa de Campo 2003.

As mulheres e particularmente as moças entrevistadas realizam principalmente algumas tarefas agrícolas para as quais são consideradas aptas, como o plantio, a colheita e a embalagem do morango. Como observaram Heredia e Garcia Jr:

Não obstante, embora as atividades que se realizam no roçado sejam consideradas trabalho por oposição às atividades próprias da casa, dentro das atividades agrícolas há algumas tarefas que são especificamente femininas, tais como a sementeira ou a limpeza dos cultivos, tarefas estas que na medida em que são realizadas pela mulher perdem o caráter de trabalho e passam a ser denominadas ajuda. (HEREDIA et al, 1984, p.31)

A partir do que foi exposto até aqui, pode-se perceber a socialização dos jovens no processo de trabalho da agricultura familiar como uma relação objetiva entre os membros da família de agricultores que traduzem construções simbólicas relativas à papéis de gênero e geração na hierarquia familiar. Primeiramente chama a atenção a importância da força de trabalho jovem na execução dos trabalhos agrícolas e

domésticos. De um lado, os filhos homens aparecem como força de trabalho principal junto com o pai na execução das tarefas agrícolas. Por outro, o papel mais desvalorizado na hierarquia familiar é o das filhas mulheres, que não assumem nenhuma atividade sob sua responsabilidade exclusiva. O trabalho das filhas é assim absorvido nas tarefas domésticas sob orientação da mãe, ou diluído nas atividades realizadas por todos os membros da família de agricultores. Por motivos de ordem ideológica, seu trabalho é complementar, pouco valorizado ou mesmo invisibilizado através da categoria “ajuda”. Estas questões estão na raiz do viés de gênero dos projetos de ruptura com o trabalho agrícola. Assim, começamos a compreender porque a agricultura é tão pouco atrativa para as jovens agricultoras da localidade que estudamos.

4.3 Padrões Temporais das Ocupações de Rapazes e Moças

Procurei identificar qual a distribuição temporal das atividades realizadas pelos jovens agricultores de Escadinhas, a fim de perceber quais padrões de atividades caracterizam cada um dos gêneros em comparação: rapazes e moças. Com isso pretende-se diagnosticar que relações se estabelecem entre as formas de ocupação principal, medida pelo tempo médio semanal dedicado a cada atividade, e a formulação dos projetos profissionais elaborados pelos jovens. Pretende-se, assim, perceber a influência do uso do tempo na construção de papéis-chaves, aquele ao qual se dá prioridade sobre outros papéis (como o de estudante em detrimento de agricultor, por exemplo), o que por sua vez está na base da construção das disposições para a permanência ou saída da agricultura.

Esse exercício sociológico foi baseado em estudos que enfatizam a influência do uso do tempo sobre a estabilidade ou a transformação de estruturas sociais, tais como foi desenvolvido em uma pesquisa exploratória realizada por Cebotarev (1984) com mulheres camponesas na América Latina. Segundo este autor, examinando a unidade tempo - atividade, podemos descobrir a relação entre uso do tempo e papéis-chaves (CEBOTAREV; 1984).

Podemos identificar a influência dos papéis sociais atribuídos aos jovens agricultores, segundo sua condição de gênero, sobre a organização do uso do tempo para o estudo, o trabalho agrícola, o trabalho fora da propriedade familiar e o trabalho doméstico. Busquei, assim, descobrir quais as atividades principais dos jovens, definidas por sua estruturação temporal por turnos (manhã, tarde e noite) e como esta se relaciona com a elaboração de seus projetos profissionais.

Para tanto, construí um calendário semanal com os três turnos e perguntei aos entrevistados quais as atividades que realizavam em cada um deles. Assim, procurei identificar o uso de blocos de tempo (turnos) a cada dia. O grande número de atividades que obtive em resposta às perguntas abertas foi posteriormente agrupado conforme os tipos de atividades, registrado pelos entrevistados (Descanso, Estudo, Trabalho na Agricultura, Trabalho Fora, Trabalho Doméstico e Lazer), pois queria formar uma idéia a respeito do que consiste as atividades de rapazes e moças e com que frequência as realizam. A partir daí tornou-se possível verificar a distribuição média de frequências das atividades de rapazes e moças que deram origem as Tabelas 07 e 08; comparar os padrões de atividades por gênero (Gráfico: 04) e testar a relação entre a variável

ocupação principal (aquela a qual o ator social dedica mais tempo) e projeto profissional (Tabela 09).

Verifica-se na tabela 07, de forma bastante precisa, quais dias e turnos os rapazes dedicam a cada atividade. Primeiramente, pode ser visto que predomina o tempo dedicado ao trabalho agrícola entre jovens agricultores do sexo masculino. O trabalho na agricultura é realizado principalmente no turno da tarde, chegando a ocupar 82,4% dos rapazes de terça-feira à quinta-feira e 76,5% nas tardes de sexta-feira. Depois, destaca-se o tempo dedicado aos estudos, que entre 58,8% dos rapazes é realizado no turno da manhã, e num caso o estudo é no turno da noite.

Percebe-se que há rapazes que trabalham todos os dias da semana, inclusive no turno da noite. Na sexta-feira, 23,5% dos rapazes trabalham à noite. Nota-se, ainda, que eles praticamente não contribuem para o trabalho doméstico; há apenas um jovem que se dedica durante um turno na semana a essa atividade. Por fim, é necessário mencionar que o tempo dedicado ao lazer é bastante restrito entre os jovens agricultores. Estando limitado basicamente à tarde de domingo, quando 76,5% dos rapazes dedicam-se ao lazer. Perguntei aos jovens, o que fazem nos momentos de lazer, 64,7% dos rapazes responderam que jogam futebol, configurando-se esta como a principal atividade de lazer que realizam aos domingos à tarde.

Na Tabela 08 encontramos as tarefas e o tempo de ocupação dedicado a elas pelas moças entrevistadas. Percebe-se que elas se dedicam com mais frequência aos estudos do que às outras atividades: 50% da amostra feminina estuda no turno da manhã, 30% à noite e 20% à tarde, excetuando-se sexta-feira, quando as jovens que cursam o ensino

fundamental em Escadinhas assistem a aulas de reforço semanal, elevando o índice para 70% as que estudam nesse horário. O envolvimento nas tarefas agrícolas é bastante variável na amostra feminina, chegando a ocupar 40% delas quinta-feira e sábados a tarde. Algumas moças ainda trabalham fora do estabelecimento familiar. Trata-se de três casos onde uma é professora das séries iniciais do ensino fundamental e outras duas moças trabalham em dias alternados cuidando de crianças. Depois do tempo dedicado aos estudos, a principal ocupação semanal das jovens agricultoras da amostra é o trabalho doméstico em suas unidades familiares, que é exercido principalmente à tarde, chegando a ocupar 70% das moças nas quartas-feiras. Também entre as garotas o tempo de lazer é bastante escasso, limitando-se ao fim de semana, principalmente à tarde de domingo. Em suas atividades de lazer 30% dizem que costumam passear com amigas e parentes, geralmente no centro de cidade, 30% das moças dizem que assistem TV e 20% jogam futebol feminino.

Podemos comparar melhor a organização temporal das atividades de rapazes e moças analisando o tempo médio dedicado às ocupações como estudo, trabalho agrícola, trabalho fora e trabalho doméstico (Gráfico 04). Nesse caso, não estarei considerando os tempos gastos com descanso e lazer, visto que só interessam de maneira complementar a essa análise, que se propõe à compreensão dos padrões temporais das ocupações juvenis para identificar as relações entre intensidade de participação no trabalho agrícola e os projetos profissionais dos jovens.

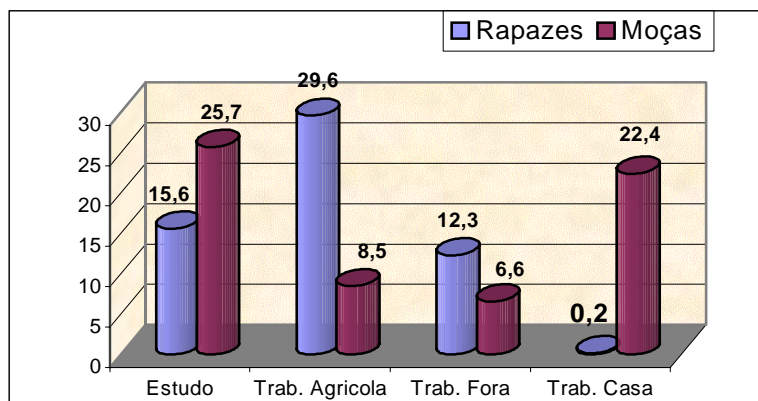


Gráfico 04: Tempo médio das ocupações de Rapazes e Moças (%).

Fonte: Pesquisa de Campo, 2003.

No Gráfico 04 percebemos que as moças dedicam 25,7% de seu tempo ao estudo enquanto os rapazes dedicam 15,6% de tempo total para essa atividade. Os jovens do sexo masculino dedicam-se principalmente ao trabalho agrícola, que ocupa 29,6 % dos tempo semanal, enquanto que as filhas mulheres dedicam 8,5% do seu tempo a essa atividade. Os rapazes também ocupam-se mais com trabalho fora da propriedade familiar, 12,3% do tempo total médio em comparação com as moças de nossa amostra que chegam a 6,6%. Já quando se trata do trabalho doméstico, as garotas dedicam 22,4% do seu tempo a esta atividade representando a segunda ocupação delas em conjunto, enquanto que a participação dos rapazes nesta atividade fica em 0,2%. Basta realizarmos uma simples soma do total do tempo gasto por rapazes e moças para identificarmos que as jovens mulheres têm uma jornada em média mais longa em termos temporais do que os homens.

Tabela 7: Ocupação por turno nos dias da semana / Rapazes (%).

	Segunda			Terça			Quarta			Quinta			Sexta			Sábado			Domingo			
	M	T	N	M	T	N	M	T	N	M	T	N	M	T	N	M	T	N	M	T	N	
Descanso	11,8		88,2	11,8		82,4	11,8		70,6	11,8		82,4	11,8		76,5	17,6		47,1	41,2	17,6	82,4	
Estudo	58,8	17,6		58,8		5,9	58,8		5,9	58,8		5,9	58,8		5,9							
Trabalho agrícola	17,6	70,6	5,9	17,6	82,4		17,6	82,4	5,9	17,6	82,4		17,6	76,5		58,8	23,5		35,3	5,9	5,9	
Trabalho assalariado	11,7	11,8	5,9	11,8	17,6	11,8	11,8	17,6	11,8	11,8	17,6	17,6	11,8	23,5	23,5	5,9	11,8	11,8			11,8	
Trabalho doméstico																	5,9					
Lazer																11,8	58,8	41,2	23,5	76,5		

Fonte: Pesquisa de Campo 2003

Tabela 8 : Ocupação por turno nos dias da semana / Moças (%).

	Segunda			Terça			Quarta			Quinta			Sexta			Sábado			Domingo		
	M	T	N	M	T	N	M	T	N	M	T	N	M	T	N	M	T	N	M	T	N
Descanso			60			80			70			80			70			60	50	10	90
Estudo	50	20	30	50	30	10	50	20	30	50	30	20	50	70	20					10	
Trabalho agrícola	10				30			10		10	40		10			40	30				
Trabalho assalariado	20	20		20	10		10			20	10		20	10							
Trabalho doméstico	10	60	10	30	20	10	30	70		20	20		20	20	10	60	20	10	40		10
Lazer	10															50	30	10	80		

Fonte: Pesquisa de Campo 2003.

O fato das garotas dedicarem mais tempo aos estudos enquanto os garotos ao trabalho agrícola não deixa de ser revelador dos papéis sociais atribuídos a cada um dos filhos de agricultores do universo em questão.

Estudar é visto como a principal via de acesso para o trabalho não agrícola, e é tido por grande parte das moças entrevistadas como uma possibilidade de um espaço de realização pessoal e profissional que não envolve apenas uma melhor remuneração, mas o reconhecimento e valorização do trabalho por elas realizado. Os estudos possibilitam a ligação delas com as inovações tecnológicas e a um ideal de modernidade que é valorizado pelos jovens. Como pode ser observado no depoimento de duas informantes de 14 anos e 15 anos que participaram do Grupo focal feminino, quando perguntamos o que pensavam a respeito do futuro profissional e se seus pais influenciavam em seus projetos a esse respeito:

- Eu penso muito na minha vida profissional tanto que eu me esforço muito para estudar, quando eu crescer e precisar ter uma escolha. Lógico quando tu é adolescente tu não sabe bem o que tu quer . Então eu ainda vou tomar essas decisões. Eu me interesseo muito por direito, em ser advogada. Eu também gostaria de fazer curso de Ciências da Informática por que eu tive cinco anos de curso de informática e eu me interesseo pela tecnologia, tá crescendo a tecnologia. A gente vê a cada dia a tecnologia dominando o mundo. Eu sei que essa vai ser uma profissão muito importante. Então eu penso muito . Eu já tenho, pelo que eu vejo ao redor do mundo, eu fico pensando em decidir o que eu vou seguir.(N. Grupo Feminino, 14 anos)

- Por enquanto os meus pais querem que eu estude.Meus pais dizem que eu tenho que fazer curso , faculdade, por que até aqui na Feliz, tem lojas que se tu não sabe falar alemão tu não consegue trabalhar. Tem que falar por que tem muita gente que fala, e tem que falar, por que se não, não tem trabalho. O meu pai quer que eu tenha recursos de informática, de línguas, essas coisas por que ele sabe que isso é bom e a minha mãe

também, e seguida eles falam que essa vida é difícil na agricultura.(S. Grupo Feminino, 15 anos)

Percebe-se que o estudo é visto como um elemento indispensável na formulação de seus projetos profissionais, mesmo no caso deste ainda estar no início de sua delimitação. Por outro lado os pais também incentivam as filhas a estudar, o que é justificado por sua condição juvenil. A definição de qualquer profissão passa pela dedicação aos estudos. Um maior investimento temporal nos estudos revela uma estratégia de inserção no mercado de trabalho não agrícola por parte das moças entrevistadas. Este maior investimento feminino em escolarização já havia sido identificado por Durston:

Para la mujer rural joven, al igual que la migración, la educación formal toma nuevo significado libertador. Pero para ser “algo más” que una ama de casa campesina, no basta con migrar, porque sin educación la migrante está condenada a una condición de ninguna manera superior: la de sirviente doméstica. Como lo expresa Madeira (1985, p.167) para el caso brasileño, opera fuertemente “ la ideología del ascenso social por la vía de la escolaridad”. La escuela, por lo demás, “ofrece status y posibilidades de sociabilidades inmediatas de pertenecer a una cultura joven” (MADEIRA, 1985). Este último valor de la escuela es subrayado también por Valdés para Chile (1985:284): la escuela es el único medio permitido para la mujer joven de estar incluida en la sociedad, de participar en su comunidad.” (DURSTON, 1997, p.25)

Como observa Tedesco (1999), o estudo, para alguns agricultores, sobretudo os com maiores dificuldades financeiras, é pensado como estratégia de ressocialização, preparando os filhos para o engajamento como força de trabalho assalariada no meio urbano. Conforme podemos notar na fala da informante de 15 anos, a qual poderíamos acrescentar várias outras, a dedicação ao estudo tem muita influência dos pais das

jovens. Fica evidente que o incentivo à escolarização visa possibilitar às filhas uma melhor colocação profissional no mercado de trabalho não agrícola, visto que pela maneira de proceder de seus pais não está reservado às filhas mulheres o papel de sucessora do pai na administração da unidade produtiva.

Tabela 09: Relação entre ocupação principal e projeto profissional de Rapazes e Moças (%):

Atividade principal	Quer ser agricultor?					
	Rapazes			Moças		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Estudo	-	2 (25)	2 (11,7)	-	4 (40)	-4(40)
Trab. Agrícola	7 (77,7)	2 (25)	9 (53)	-	-	-
Trab. Fora	1(11,1)	3 (37,5)	4 (23,5)	-	1 (10)	-1(10)
Trab. Doméstico	-	-	-	-	3 (30)	3(30)
Estudo e Trab. Agrícola	1(11,1)	1 (12,5)	2 (11,7)	-	-	-
Estudo e Trab. Doméstico	-	-	-	-	1(10)	1(10)
trab. Fora e Trab. Doméstico	-	-	-	-	-	-
Trab. Doméstico	--	-	-	-	1 (10)	1(10)
total	9 (100)	8(100)	17 (100)	-	10 (100)	10(100)

Fonte: Pesquisa de Campo 2003.

A relação entre as formas de ocupação juvenil e seus projetos profissionais pode ser verificada na Tabela 09. Nela consta que entre os jovens que elaboram projetos profissionais de permanência na agricultura familiar 77,7% dedicam-se prioritariamente ao trabalho agrícola, enquanto que os que formulam projetos não agrícolas predomina o trabalho fora (37,55%) e os estudos (25%). Entre os que se dedicam ao estudo e ao trabalho ao mesmo tempo, verifica-se um equilíbrio entre os que pretendem ser agricultores e os que não desejam essa profissão com um caso (5,9% de rapazes) em cada opção.

A Tabela 09 revela ainda que 40% das moças dedicam-se principalmente ao estudo e 30% prioritariamente ao trabalho doméstico, para 10% predomina o trabalho fora, 10% dedicam o mesmo tempo ao trabalho fora e ao trabalho doméstico e outras 10% ao estudo e trabalho doméstico. No caso das filhas mulheres nenhuma se dedica prioritariamente ao trabalho agrícola. Percebemos que há uma relação de afinidade entre as principais atividades das moças e seus anseios de não serem agricultoras, elas dedicam menos tempo ao trabalho agrícola do que os rapazes. Pela divisão sexual do trabalho lhes são atribuídas mais tarefas domésticas do que administrativas ou produtivas. Os papéis atribuídos aos jovens agricultores evidenciam-se nas formas de ocupação dos mesmos e distinguem-se pela condição de gênero: aos filhos homens atribui-se o papel de sucessor dos pais através de um longo treinamento no processo de trabalho da agricultura familiar; as filhas mulheres são incentivadas a estudar como meio de ascensão social. Confirma-se, a este respeito, a hipótese de que quanto maior o envolvimento do jovem no processo de trabalho da agricultura familiar, assumindo mais responsabilidades, realizando mais tarefas e dedicando maior tempo, consolida-se um processo de socialização que promove as disposições dos jovens em permanecer na agricultura. Esta socialização, como meio de construção das disposições adquiridas na própria relação com o trabalho agrícola, inculca nos jovens valores, visões de mundo e representações sociais sobre o próprio trabalho agrícola e o modo de vida dos pais.

Pode ser percebido, a partir deste capítulo que as formas de participação dos jovens agricultores no processo de trabalho da agricultura familiar é marcado por um forte viés de gênero e de geração. Primeiramente foi constatado que as tarefas

relacionadas à administração da unidade produtiva concentram-se nas mãos do pai da família, enquanto que filhos e filhas não desempenham estas tarefas com exclusividade em nenhuma propriedade. Isto se deve principalmente ao fato de que é o pai quem detém o saber agrícola o que lhe confere a condição de “chefe” do estabelecimento familiar. Podemos verificar ainda que as tarefas agrícolas são realizadas pela mão-de-obra de todos os membros da família, seguindo da primazia da participação de pais e filhos homens nesse trabalho. A partir destas informações pudemos destacar que os trabalhos das mulheres, mães e filhas, são principalmente no âmbito doméstico, sendo sua participação nas atividades agrícolas pouco valorizadas e considerada como “ajuda”. Ainda ao considerarmos os padrões temporais das ocupações de rapazes e moças, pode-se evidenciar que entre os homens predomina o tempo dedicado ao trabalho agrícola, enquanto as mulheres dedicam-se principalmente aos estudos. Estes padrões de ocupação evidenciam processos de socialização diferenciados que reforçam o viés de gênero dos processos de herança discutidos anteriormente no capítulo 3. Neste sentido é que posso concluir que os pais preparam seus filhos homens através de uma intensa socialização no processo de trabalho familiar agrícola para constituírem-se como seus sucessores nesta atividade profissional, ao mesmo tempo, incentivam suas filhas a inserirem-se no mercado de trabalho não agrícola através de um maior investimento educacional. Desta forma, confirma-se a hipótese inicial da pesquisa segundo a qual diferenças no processo de socialização entre rapazes e moças, com uma maior participação nos rapazes no processo de trabalho da agricultura familiar estaria

acompanhado de uma maior disposição em elaborar projetos profissionais de permanência na agricultura.

Após haver abordado as dimensões matérias no capítulo 03 e os processos de socialização neste capítulo, posso agora discutir as influências das representações sociais dos jovens sobre o trabalho agrícola e o modo de vida de seus pais na elaborações de seus projetos profissionais. Este é o foco do próximo capítulo.

5 AS REPRESENTAÇÕES DOS JOVENS SOBRE O TRABALHO AGRÍCOLA E SOBRE O MODO DE VIDA DE SEUS PAIS

Neste capítulo analiso as representações dos jovens agricultores sobre o trabalho agrícola e o modo de vida de seus pais, a fim de identificar a influência destes fatores na elaboração dos projetos profissionais de rapazes e moças. O exame das representações sociais, como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicando-a, justificando-a ou questionando-a, possibilitou testar as hipóteses inicialmente formuladas de que: a) o trabalho agrícola assume significados distintos para rapazes e moças, revelando concepções classificatórias que engendram projetos diversos entre os gêneros; b) que as avaliações dos jovens sobre o modo de vida de seus pais indicam a disposição de viver como eles. Em caso de avaliações negativas, evidencia-se a recusa em reproduzir este modo de vida, tendendo a formulação de projetos profissionais não agrícolas. Este capítulo constitui-se a partir de três tópicos. Num primeiro momento, abordarei, com base em leituras clássicas, como o conceito de representações sociais tem sido utilizado na Sociologia. No segundo ponto discutirei as representações dos jovens

agricultores sobre o trabalho agrícola. No terceiro abordarei as suas representações sobre o modo de vida de seus pais.

5.1 O Conceito de Representação Social

As representações sociais se constituem em um importante material para a pesquisa social, estando presente em diferentes tradições sociológicas e recebendo diversas formulações entre os clássicos da Sociologia: Durkheim, Weber e Marx. Discutirei como estes autores abordaram o tema das representações, buscando enfatizar os aspectos que podem aproximar suas perspectivas, para ao final esclarecer o uso que faço deste conceito.

Em Durkheim a noção de representações coletivas é de maior importância para seu esquema teórico. Este autor procura demonstrar que os fatos sociais são exteriores aos indivíduos, exercendo sobre eles uma coerção externa. O fato social apresenta uma existência própria, independente das manifestações individuais. Toda crença, valores e comportamentos são construídos socialmente. Seguindo os postulados da *tradição francesa* (LEVINE, 1997), Durkheim sustenta que a sociedade é mais do que a soma dos indivíduos que a compõe: é uma síntese com qualidades específicas distintas dos indivíduos. Ou seja, os fenômenos que caracterizam a sociedade encontram suas explicações no todo e não nas partes individuais, assim as representações coletivas não implicam necessariamente em uma consciência individual. Conforme Durkheim:

as consciências particulares, unindo-se, agindo e reagindo uma sobre as outras, fundindo-se, dão origem a uma realidade nova que é a consciência da sociedade (...) Uma coletividade tem suas formas específicas de pensar e de sentir, às quais os seus membros se sujeitam (...) Jamais o indivíduo, por si só, poderia ter constituído o que quer que fosse que se assemelhasse à idéia dos deuses, aos mitos e aos dogmas das religiões, à idéia do dever e da disciplina moral, etc. (DURKHEIM apud QUINTANERO et al, 2001, p.18)

Para Durkheim os fatos sociais são formados por representações coletivas: como a sociedade vê a si mesma e ao mundo que a rodeia. A sociedade é constituída pelos indivíduos que a compõem e também pelas idéias que estes fazem dela. As representações coletivas configuram-se a partir de um longo processo de interação de indivíduos de diferentes gerações, conformando assim elementos mais estáveis do que os preceitos individuais. Segundo ele, as representações coletivas surgem como:

O produto de um intensa cooperação que se estende não apenas no espaço mas no tempo também; para fazê-las, uma multiplicidade de espíritos diversos associaram-se, misturaram-se e combinaram suas idéias e sentimentos; longas séries de gerações acumulam nelas suas experiência e sabedoria. Uma intelectualidade mais rica e mais complexa do que a do indivíduo está aí presente. (DURKHEIM apud QUINTANERO et al, 2001, p.19)

As representações coletivas emergem da realidade social, mas adquirem existência própria tendo como causa outras representações e não apenas as estruturas sociais. Depois de constituído um fundo inicial de representações que emergem como substrato das estruturas sociais, estas se tornam realidades parcialmente autônomas e dotadas de vida própria. Disso conclui Durkheim que as novas representações têm por causa próxima outras representações coletivas e não apenas o caráter da estrutura social

(CUVILLIER, 1975). Algumas destas representações acabam exercendo uma coerção maior do que outras, entre elas Durkheim destaca a religião e a moral, assim como as categorias de tempo e espaço ou ainda de gênero e geração. Segundo o próprio autor:

As representações coletivas traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Para compreender como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não a dos indivíduos. Os símbolos com que ela se apresenta mudam de acordo com sua natureza (...) Se ela aceita ou condena certos modos de conduta, é porque entram em choque ou não com alguns dos seus sentimentos fundamentais, sentimentos esses que pertencem a sua constituição. (DURKHEIM, 1978, p.79)

Vimos que Durkheim percebe as “*representações coletivas*” como um idioma cultural que emerge em estreita relação com a estrutura social, adquirindo uma existência externa aos indivíduos e passando a configurar novas representações. Dito de outra forma, a vida social gera as representações coletivas e estas adquirem certa autonomia e “não se prendem diretamente a determinadas particularidades da morfologia social” (DURKHEIM apud CUVILLIER, 1975, p.33).

De Durkheim retenho a formulação de que as representações são construções sociais que envolvem uma longa série de gerações, sendo mais estáveis do que as opiniões individuais. De igual relevância é a noção de que novas representações têm por base outras representações coletivas além da influência da estrutura social.

Por sua vez, Weber, que nos introduz a sociologia compreensiva, aborda o problema das representações sociais fazendo uso de termos como: “*idéias*”, “*espírito*”, “*concepções*”, “*mentalidade*” e “*visão de mundo*”. Essas noções são usadas para enfrentar o

desafio da interpretação sociológica da realidade. Sua sociologia propõe compreender o sentido da ação social. Por ação social, Weber entende a conduta humana (ato, omissão ou permissão) dotada de significado subjetivo pelo sujeito que executa a ação. Este sentido que orienta o comportamento dos agentes é atribuído a partir da conduta de outros, orientando-se por esta em seu desenvolvimento. Nesse sentido, sua sociologia propõem-se a interpretar a conexão dos sentidos definidores da ação social. As representações sociais podem ser apreendidas, em sentido weberiano, como os juízos de valor que motivam os indivíduos dotados de vontade a procederem de forma específica em suas ações.

Conforme Gerth e Mills (1982), Weber procurou incorporar os pontos de vista tanto de Marx quanto de Nietzsche em sua análise. Com Marx ele partilha a abordagem sociológica das idéias. Como Nietzsche este autor interessa-se pela importância das idéias para as relações sociais. No entanto, Weber difere-se deles ao buscar identificar as possíveis tensões entre idéias e interesses. Ou seja, ele propugna a tese da recíproca influência entre fundamentos materiais e o conteúdo das idéias.

Em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Weber procura explicar por forças das representações (o ascetismo calvinista, a noção luterana de profissão-vocação e a moral fundada sobre eles) a emergência do sistema capitalista (WEBER, 1981). Entretanto, é forçoso atribuir a ele uma interpretação idealista das representações sociais. Sua proposta visa complexificar a teoria que, segundo ele, estabelece uma relação mecânica na determinação da base econômica sobre as representações. Conforme encontramos nas conclusões do referido ensaio:

Aqui se tratou do fato e da direção em apenas um, se bem que importante ponto de seus motivos. Seria importante investigar mais adiante a maneira pela qual a *egêse* protestante foi por sua vez influenciada em seu desenvolvimento e caráter pela totalidade das condições sociais, especialmente pelas condições econômicas. Isto porque, se bem que o homem moderno seja incapaz de avaliar o significado de quanto as idéias religiosas influenciam a cultura e os caracteres nacionais, não se pode pensar em substituir um interpretação materialista unilateral por uma igualmente bitolada interpretação causal da cultura e da história. (WEBER, 1981, p.132)

É claro que Weber nunca chegou a realizar a segunda proposição – de estudar o desenvolvimento da ética protestante considerando seus condicionantes econômicos. Como considera Cuvillier (1975), seu interesse não foi de refutar o marxismo opondo-lhe uma interpretação idealista da história. “Seu pensamento essencial parece ter sido que cada estrutura social e cultural possui um originalidade própria e forma um complexo único” (CUVILLIER, 1975, p.43).

Da contribuição de Weber à questão das representações sociais temos duas lições: A primeira é de que as “idéias”, como parte da realidade social, são passíveis de interpretação sociológica. A segunda nos leva a perceber que as representações não podem ser tomadas como reflexos mecânicos das condições materiais, mas que as condições materiais e representações sociais condicionam-se mutuamente.

Em Marx, a consciência social exprime e constitui ao mesmo tempo as relações sociais. Ocorre, no entanto, que nem os grupos sociais, nem suas modalidades de pensamento se expressam e relacionam-se de forma harmônica. Sua análise dialética aponta para as diferenças e contradições no interior das formações sociais.

Para este autor há uma clara distinção entre duas dimensões da realidade social, a qual denominou-se *Infra-estrutura* e *superestrutura*. No *Prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política* é assim colocado o problema:

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base sobre a qual se eleva um superestrutura jurídica e política e á qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina a realidade; ao contrário, é a realidade social que determina sua consciência. (MARX, 1946 apud IANNI,1979, p.23)

Esta passagem por muito tempo deu margens a uma interpretação mecânica do materialismo marxista. Isso porque podemos concluir dessa citação que teríamos de um lado uma “superestrutura”, na qual se inclui as diferentes formas de consciência social, sendo determinada exclusivamente por outra dimensão: a “infra-estrutura”. No entanto, é fácil perceber que Marx não se limita a analisar as relações de produção, mas estudou as formações da “superestrutura” correspondente a essas relações.

Em *A Ideologia Alemã*, encontramos a mais completa abordagem das representações sociais realizada por Marx. Ele estabelece como ponto de partida que a “*produção das idéias*” e as “*representações das consciências*” estão primeiramente implicadas à atividade material dos homens.

A produção das idéias, representações da consciência, é, em primeiro lugar, imediatamente implicada na atividade material e no comércio material dos homens, sendo a linguagem da vida real. O ato de representar, de pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, ainda aqui aparecem como emanção direta de suas atitude (...) Se os homens e suas condições aparecem em toda ideologia num sentido inverso como em um quarto escuro, tal fenômeno decorre de seu processo vital histórico assim como a inversão dos objetos sobre a retina deriva de seu processo diretamente físico (...) é pelo seu verdadeiro processo vital que se representa igualmente o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos ideológicos desse processo vital (MARX, 1963, p.147).

Decorre daí algumas considerações. Primeiramente que o homem é um ser social e que este ser social é criador de representações. Depois, que as idéias, representações e pensamentos constituem a consciência dos homens que vivem em determinadas condições materiais de existência empiricamente constatáveis, sendo as representações emanção de suas condições materiais de existência. A noção de ideologia aparece como a consciência “invertida”, isto é, como falsa consciência e como reflexo dos processos vitais dos homens.

Ele percebia que se é o meio de vida material que condiciona o processo da vida social na sua generalidade - em termos atuais, as expressões subjetivas deveriam ser explicadas a partir de determinados condicionantes objetivos - era igualmente preciso perceber entre estrutura e superestrutura uma relação dialética. Propunha assim que a atividade humana fosse percebida em seu lado ativo, enquanto atividade sensível ao conhecimento prático, o que o materialismo antes dele tinha negligenciado.

Em suas *Teses sobre Feurbach* encontramos um Marx crítico aos materialistas vulgares e aos idealistas, buscando de certa maneira uma superação dessa oposição. Em

poucas folhas ele pontuou um grupo de 11 notas dirigidas à Feurbach que consistiu numa pesada crítica ao conjunto da filosofia alemã. Conforme a primeira tese:

O principal defeito de todo o materialismo até aqui (incluído o de Feurbach) consiste em que o objeto, a realidade, a sensibilidade, só é aprendido sob a forma de *objeto* ou de *intuição*, mas não como *atividade humana sensível*, como *praxis*, não subjetivamente. Eis porque, em oposição ao materialismo, o aspecto ativo foi desenvolvido de maneira abstrata pelo idealismo, que, naturalmente, desconhece a atividade real, sensível, como tal. Feurbach quer objetos sensíveis – realmente distintos do pensamento: mas não apreende a própria atividade humana como atividade *objetiva*. (MARX, 1963, p.133)

Esta nota propõe abordar as práticas humanas como fatos concretos, como atividade objetiva, já que as relações sociais configuram a própria sociedade. Portanto, o materialismo não pode perceber a sociedade como sendo composta por objetos inanimados, desconexos entre si. Fica claro que as relações sociais humanas são dotadas de uma dinâmica subjetiva que só vinha sendo trabalhada pelos filósofos idealistas. O que Marx parece dizer é que as relações sociais incluem uma parte de ideal, que são matéria dotada de subjetividade e que tais processos são passíveis de uma análise científica que persiga a construção da objetividade. Essa prescindiria de uma atividade crítico-prática que remete a noção de *praxis* à atividade científica.

Feurbach propunha que os homens são produtos das circunstâncias e da sua educação, como reação do ser à consciência, tese partilhada com os materialistas franceses. Segundo ela, o homem é um ser passivo que registra docilmente todas impressões que recebe da natureza. Marx opõe outra visão: a de que tudo que se realiza no homem não é apenas o resultado da ação da natureza sobre ele, mas também de sua

ação sobre a natureza. Ou seja, as circunstâncias fazem os homens e, dialeticamente, os homens fazem as circunstâncias. Marx contrapõe-se ao determinismo mecânico da base material sobre a consciência chamando atenção para as contradições existentes entre as forças produtivas, o estado social e a produção das idéias.

Com Marx aprendemos que as representações sociais estão ligadas às práticas sociais. Elas resultam de uma sociedade cindida em classes, e a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante, sendo percebida por ele como uma falsa consciência. Há uma relação de determinação das representações sociais pela condição material da existência social.

Cada um dos autores atribui um *status* diferente às representações sociais no conjunto das relações. Para Durkheim, é a vida social que produz as representações coletivas. Segundo Weber, há uma relação de mútua determinação entre idéias e condições materiais. Em Marx é a base material que condiciona as representações sociais. No entanto, todos os três propuseram-se a romper com a dicotomia entre base material e representações.

O enfoque dado por Marx na *Ideologia Alemã* e nas *Teses sobre Feuerbach* tem sido recuperado nos debates mais recentes da sociologia contemporânea. Conforme encontramos em Pierre Bourdieu em suas *Meditações Pascalinas*:

Em outras palavras, é preciso construir uma teoria materialista capaz de recuperar no idealismo, conforme o desejo expresso por Marx nas Teses sobre Feuerbach, “o lado ativo” do conhecimento prático abandonado pela tradição materialista. Eis precisamente a função da noção de hábitos que restitui ao agente um poder gerador e unificador, construtor e classificador, lembrando ainda que essa capacidade de construir a

realidade social, ela mesma socialmente construída, investindo na prática dos princípios organizadores socialmente construídos e adquiridos no curso de uma experiência social situada e dada. (BOURDIEU, 2001, p.167)

Pierre Bourdieu, ao propor a noção de *habitus*, inscreve-se no desafio proposto pelos clássicos, tentando superar a dicotomia entre preceitos objetivistas e subjetivistas e a dicotomia entre estrutura e ação através de uma dialética da interioridade e exterioridade. Ou seja, “*da interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade*”. Na proposta de Bourdieu as estruturas do meio social podem ser apreendidas a um meio socialmente estruturado produzindo um *habitus*. Essa noção corresponde a um sistema de disposições adquiridas que atuam como um princípio gerador e estruturador das práticas e das representações sociais. Atuam como “*estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes.*” (BOURDIEU, 2001, p.60). Isto é, são as estruturas sociais de nossa subjetividade, correspondendo a como as estruturas sociais se imprimem em nossas cabeças e nossos corpos. Nessa dupla dimensão, objetiva e subjetiva da realidade social, Bourdieu propõe uma certa primazia às estruturas objetivas. Isso é o que leva esse autor a sugerir dois momentos na investigação, um primeiro momento objetivista e um segundo mais subjetivista. Em outra passagem ele diz que:

A teoria mais acentuadamente objetivista tem de integrar não só a representação que os agentes tem do mundo social, .mas também, de modo mais preciso, a contribuição que eles dão para a construção da visão desse mundo e, assim, para a própria construção desse mundo, por meio do *trabalho de representação* (em todos os sentidos do termo) que continuamente realizam para

imporem a sua visão de mundo ou a visão da sua própria posição nesse mundo, a visão de sua identidade social. (BOURDIEU, 1989, p.139)

Bourdieu sustenta a idéia de representação como um trabalho ativo de construção de uma visão de mundo e de uma identidade. A percepção do mundo social é objeto de disputa na luta política, uma vez que esta é uma luta teórica e prática pelo poder de conservar ou transformar o mundo social através da conservação ou transformação das categorias de percepção desse mundo.

Como argumenta Rodrigues (1980), os sistemas de representações e sua lógica são introjetados nos indivíduos pela educação. Essas categorias do pensamento coletivo se configuram em verdadeiras instituições fixadas em nossas almas pelo processo de socialização. Elas atuam como uma grade que se estende sobre o mundo, procurando classificá-lo, codificá-lo e transformar as suas dimensões sensíveis em dimensões passíveis de entendimento. Os sistemas de representações atuam como uma rede, cujas malhas conformam os domínios da experiência, estabelecendo os limites dos comportamentos dos grupos e dos indivíduos. Outrossim, ao dividir os domínios da experiência, as representações estabelecem cortes e contrastes e instituem diferenças que se refletem nos comportamentos e nas expectativas dos indivíduos sobre o mundo em que vivem.

Utilizo a noção de *representação social* como um conjunto de elementos simbólicos, socialmente construídos e compartilhados, que contribuem para a construção da realidade social e que devem ser compreendidos a partir dos contextos objetivos específicos de sua produção e reprodução. Diferem, assim, das opiniões individuais dos

atores sociais sobre o fato analisado. Trata-se, ao contrário, de uma orientação coletiva motivada por estruturas de conhecimento que, mesmo contendo diferentes níveis de distanciamento do real, tornam-se dados objetivos para a interpretação da realidade social investigada.

5.2 As Representações dos Jovens sobre o Trabalho Agrícola

Para uma melhor compreensão da relação entre as representações sobre o trabalho agrícola e os projetos profissionais em elaboração por rapazes e moças, tomei por base as falas dos jovens agricultores que participaram das entrevistas em grupo, um masculino e outro feminino. Através destas entrevistas busquei saber quais as suas opiniões sobre o trabalho agrícola que realizavam.

As visões dos jovens agricultores sobre o trabalho agrícola são particularmente interessantes por serem eles os sucessores em potencial de seus pais nessa atividade. Além disso, suas representações sobre este trabalho refletem formulações socialmente construídas e quotidianamente repetidas em seu meio familiar e comunitário. Desta forma, os jovens estão trazendo à tona as opiniões que eles estão acostumados a ouvir em suas próprias casas. Algumas expressões como “*trabalho forçado*”, “*judiado*”, “*pesado*”, “*difícil*” são freqüentemente utilizadas por eles para descrevê-lo. Suas falas remetem, no conjunto, a uma visão pessimista sobre o trabalho agrícola. Vejamos:

- Eu acho um trabalho muito forçado que não é tão bom fazer, tu tem que levá muito peso, dói a coluna, essas coisas assim. (N. Grupo Feminino, 15 anos).

- O trabalho agrícola é forçado como qualquer outro trabalho, porque mesmo outro trabalho vai exigir bastante de nós, vai tirar o nosso tempo. Vai deixar bem cansada. Lá em casa o trabalho não é muito puxado, porque até ele é bem dividido. Cada um faz a sua parte e não exige tanto esforço, quando chove a gente não trabalha, quando é muito sol a gente espera ficar mais frio sabe? Então se apressa mais o trabalho, faz no outro dia, tem períodos assim que tem folga, então não é muito puxado. Claro, chegam cansados daí dormem, mas a gente não perturba, deixa eles descansarem. O trabalho mais puxado eles fazem com o trator, com as máquinas. Ele é puxado o trabalho agrícola, ele tira assim, qualquer trabalho tem que ter o nosso esforço, tem que ter a nossa participação. (J. Grupo Feminino, 15 anos)

- É bem judiado trabalhar na agricultura. Nossos pais estão na agricultura por que antigamente eles não tinham estudo, aí eles não tinham como ter um emprego, trabalhar aqui fora. (T. Grupo Masculino.14 anos)

- O trabalho na agricultura é pesado, é judiado, e a única coisa boa mesmo é quando vem a colheita e dá dinheiro. (C. Grupo Masculino.14 anos)

Observa-se que uma jovem relativiza esta postura demonstrando que o trabalho agrícola torna-se mais fácil na medida em que é bem distribuído no interior da família, podendo ser comparado a qualquer outro trabalho que exige dedicação e esforço. Em sua fala, o trabalho é visto como algo que necessariamente *“tem que ter o nosso esforço”* e *“nossa dedicação”*. Por trás desta naturalização do desgaste físico e da dedicação como aspectos próprios do ato de trabalhar, está uma valorização dessa ação como atividade prática e como atividade moral, isto é, o trabalho aparece aqui como um valor ético que se expressa no dever de empenhar-se no mesmo. O trabalho é um valor incorporado pelos jovens na sua socialização, no próprio processo de trabalho da agricultura familiar. Além de atividade prático/productiva, é um espaço da intersubjetividade que forma e informa estruturas cognitivas de ação e interação que promovem das

aprendizagens práticas e de entendimento de valores éticos e morais que justificam o próprio processo de trabalho da agricultura familiar. Mesmo que essa jovem esteja referindo-se ao trabalho agrícola feito por seu pai e irmãos que “*chegam cansados*”, o trabalho é um valor que ela compartilha com eles como pode ser visto pelo uso do pronome “*nosso*” no final de sua fala.

Podemos depreender dessas declarações que as representações que esses jovens possuem do trabalho agrícola advém de uma participação intensa na sua realização, onde cada integrante da família dá tudo de si para a concretização do mesmo, o que o torna extremamente penoso e cansativo.

Os jovens dos grupos foram provocados a falar sobre os pontos negativos e positivos da profissão de agricultor no intuito de expressarem suas representações sobre a agricultura enquanto atividade profissional. Vejamos:

- Eu acho que os pontos positivos são que a pessoa que trabalha não tem um patrão, digamos assim, a não ser aquelas que trabalhem nas terras de outros, mas as que trabalham nas próprias terras não tem que obedecer ordens de alguém. Elas não tem um dia como uma pessoa que trabalha numa fábrica, que tem hora e dia para tudo. A pessoa que trabalha na roça, ela pode, ela não tem muita hora; e os pontos negativos são quando chove a pessoa tem que trabalhar e quando tem muito sol também. (N. Grupo Feminino. 13 anos)

- Ponto positivo é que assim o agricultor que tem a sua terra própria não precisa pagar aluguel, não precisa dá satisfação do que vai fazer para o patrão e um ponto negativo é que se o produto tá ali tu tem que colhe mesmo com chuva ou com sol, se não ele apodrece, e também quando tu leva o produto para CEASA tu espera que seja vendido por um bom preço ao invés o preço é baixo, tu não lucra. (M. G. F. Feminino. 14 anos)

- Acho que ponto positivo seria esse de ter a tua própria decisão, tu pode decidir, ter tuas idéias. Pontos negativos é que tu é obrigado a trabalhá com veneno. Para ter melhores condições tem que investir muito, e na

maioria a gente tem mais despesas do que lucros. Porque na hora que a gente vai ver a gente investiu mais do que a gente mesmo produziu. (R. Grupo. Feminino. 13 anos)

- Depende de qual parte a gente está, o trabalho é chato, mas tem umas partes que também são legais. O bom é que a gente tira alguma coisa depois quando o fruto amadurece, a gente consegue um bom lucro, e o ruim é que às vezes fica muito tempo trabalhando nisso e te dá muita dor nas costas. Te dói bastante, a gente não consegue levantar ou abaixar. (E. Grupo Masculino. 13 anos)

- O bom é poder tirar o lucro do que a gente colocar na agricultura, o ruim é coloca um monte de dinheiro e não conseguir tirar nada para comprar os alimentos para colocar dentro de casa. (M. Grupo Masculino. 15 anos)

- Trabalhar na agricultura é ruim porque exige muito do corpo e também os produtos o preço é sempre o mesmo, e os outros produtos que a gente tem que compra os preços sempre sobem. (D. Grupo Feminino Masculino. 14 anos)

- Coisa ruim é te envenenar, o veneno, os agrotóxicos, fazem mal ao corpo. Aí tu trabalha muito tempo e o corpo também não aguenta muito, fica fraco. Coisa boa é quando vem a colheita. (M. Grupo Masculino. 15 anos)

Dentre os aspectos positivos presentes nas declarações das moças, destaca-se a autonomia da família sobre o processo de trabalho, que está ligada à condição de proprietária do meio de produção fundamental da agricultura, que é a terra. Como proprietários não estão submetidos a uma autoridade externa à família, representada pela figura do *patrão*, podendo assim gozar da liberdade de determinar o ritmo do trabalho, decidir o que plantar e como fazê-lo. Nota-se, ainda, que essa dimensão do trabalho agrícola emerge em oposição ao trabalho fabril, onde “*tem hora e dia para tudo*”. Essa é uma maneira de expressar a oposição “*nos/eles*” que constitui e fortalece a

identidade de agricultor em diferenciação ao trabalhador assalariado submetido a um patrão.

É importante destacar o fato de que essa autonomia mencionada pelos jovens apresenta-se mais como um valor do que uma prática concreta. A decisão sobre o que plantar não ocorre no vácuo, sendo extremamente influenciada pelas questões de mercado, portanto extrapola o controle da família. O horário de trabalho também está relacionado com vários fatores, dentre eles o tipo de produto, a tecnologia utilizada e a disponibilidade de mão-de-obra. Ao considerar a organização do trabalho na unidade familiar, no capítulo anterior, ficou visível que este processo de trabalho obedece uma hierarquia com base em critérios de gênero e geração. Desta forma, o trabalho dos filhos, ao contrário de ser autônomo, desenvolve-se sob as orientações dos pais.

No conjunto, esses elementos remetem à construção da identidade de agricultor enquanto alguém que tem o controle sobre a gestão do patrimônio e do processo de trabalho, o que nas representações sociais aparece como condizente com o *status* de proprietário de terras, condição *sine qua non* para “*ser seu próprio patrão*”.

Entre os rapazes, destacam-se os ganhos financeiros obtidos pela produção agrícola como o principal aspecto positivo dessa atividade. Para eles uma boa colheita corresponde, via de regra, a uma margem razoável de lucro. Enquanto as moças enfatizam os elementos que configuram a identidade de agricultor, os rapazes focam os aspectos econômicos dessa atividade.

Nas falas das jovens os aspectos negativos da profissão de agricultor referem-se principalmente à insalubridade do trabalho frente a adversidade climática, aos preços

baixos dos produtos e aos malefícios à saúde provocados pelo uso de agrotóxicos. Estes dois últimos aspectos também são citados pelos rapazes que acrescentam a essa perspectiva pessimista da atividade agrícola a dor nas costas provocada pelo trabalho na roça e o lucro reduzido. Os elementos presentes em suas declarações dividem-se em duas ordens de fatores: a primeira, refere-se ao desgaste do corpo no trabalho agrícola - que no caso do cultivo do morango implica em permanecer durante muito tempo curvado e fazer uso de agrotóxicos constantemente -; a segunda diz respeito ao âmbito econômico da profissão de agricultor, que se traduz na oscilação dos preços provocada pelas flutuações na razão entre oferta e procura e no aumento freqüente dos preços dos insumos.

Entre o conjunto de representações sobre o trabalho agrícola podemos distinguir as atividades com as quais os jovens se identificam positiva ou negativamente. Assim, foram questionados sobre quais tarefas eles mais gostam e as que menos gostam de executar dentro da unidade de produção familiar. Cruzando-se o conjunto de respostas abertas por gênero dos entrevistados obtive as Tabelas 10 e 11, que passo a analisar.

A Tabela 10 apresenta as tarefas agrícolas que rapazes e moças mais gostam de realizar. Para os rapazes *“trabalhar na colheita”* e *“trabalhar com trator”* aparecem como as atividades preferidas por 59% da amostra masculina. Os jovens justificam-se alegando que é na colheita onde *“o resultado de todo o trabalho aparece”* e *“é quando a gente pode tirar algum lucro”*. Já a preferência por trabalhar com o trator é explicada com expressões do tipo *“porque é legal”* ou porque *“gosta de lidar com máquina”*. O que pode estar por trás desse *“gosto”* é a realização de um projeto de modernização da propriedade que é

altamente valorizado pelos jovens. O trator não é visto apenas em seu sentido prático, como um economizador da força de trabalho, é um bem material e um instrumento de produção que adquire também valor simbólico, uma vez que comprar um equipamento como esse é sinônimo de prosperidade, promove a auto-estima da família e do jovem agricultor, sendo um símbolo de *status* e de modernização da propriedade.

Outras atividades como “*embalar morangos*”, “*irrigar a plantação*” e “*pulverizar*” tiveram sua escolha por serem consideradas as tarefas mais fáceis de realizar. Ainda há um rapaz que indicou como atividade preferida “*cuidar do aviário*”. Isso deve-se ao fato de que esta é uma atividade sob sua exclusiva responsabilidade. Conforme disse seu pai: “*ele é o dono do aviário*”. Esta tarefa traz realização para o jovem porque além de trazer um retorno financeiro (destacamos isso no Capítulo III), ela permite ao jovem o reconhecimento de seu trabalho.

Tabela 10: Tarefas agrícolas que mais gosta por gênero: Rapazes e Moças (%).

Tarefas	Rapazes	Moças	Total
"colheita"	5 (29,4)	-	5 (18,5)
“cuidar do aviário”	1 (5,9)	-	1 (3,7)
“trabalhar c/ trator”	5 (29,4)	-	5 (18,5)
“embalar morango”	2 (11,1)	6 (60)	8 (29,6)
“carregar o caminhão”	1 (5,9)	-	1 (3,7)
“irrigar a plantação”	1 (5,9)	1 (10)	2 (7,4)
“plantar”	1 (5,9)	-	1 (3,7)
“pulverizar”	1(5,9)	-	1 (3,7)
“arrumar a casa e cozinhar”	-	3 (30)	3 (11,1)
Total	17 (100)	10 (100)	27 (100)

Fonte: Pesquisa de campo 2003.

Entre as jovens mulheres, 60% delas indicaram que sua atividade preferida é “*embalar morangos*”, justificam que é um “*trabalho bom de fazer porque é feito na sombra*”. A observação desta atividade me permitiu verificar que ela é realizada por toda a família. Porém, alguns rapazes referiam-se a essa atividade como “*trabalho de mulher*”. Essa classificação se justificaria pela fragilidade dos frutos, sendo a mão-de-obra feminina considerada mais delicada e mesmo mais jeitosa para embalar os morangos. Com 30% de preferência aparecem as tarefas domésticas de cozinhar e arrumar a casa. Em ambas as situações, as tarefas mais apreciadas pelas moças são consideradas atividades eminentemente femininas, isto é, há uma consonância com a sua identidade de gênero e o papel que se espera que elas desempenhem no interior da unidade familiar.

Chama atenção a diferença no volume de atividades apontada por cada sexo. Enquanto os rapazes citaram um total de oito atividades diferentes, as moças referem-se a apenas três. Suas preferências refletem as diferenças entre seus processos de socialização no trabalho agrícola. Os rapazes são introduzidos numa gama maior de atividades relacionadas ao processo produtivo da unidade familiar do que as moças, que são mais familiarizadas com os trabalhos domésticos, como pode ser observado no capítulo anterior.

Na Tabela 11 temos o cruzamento das atividades que os jovens menos gostam de realizar por gênero dos entrevistados. Entre os rapazes, 47% deles dizem que não gostam de capinar. Essa é uma atividade considerada uma das mais desgastantes do trabalho agrícola, depois 23,5% indicam que não gostam de aplicar veneno. Esta tarefa é percebida como causadora de danos à saúde e ao meio ambiente. Plantar é a tarefa que

11,85% dos rapazes menos gostam de realizar, junto com “colher morango” ou indistintamente “trabalhar na roça”. Estas últimas são apontadas como tarefas muito desgastantes, que “dá dor nas costas” e “judia do corpo”. Como lembra Tedesco (1999), o corpo “judiado” indica inserção no trabalho da roça. Porém, entre os jovens isso é visto negativamente, pois implica em sujeição do corpo às precariedades do trabalho pesado, que remete à idéia estigmatizada de colono. Há nessa apreciação crítica destes jovens uma preocupação maior com o corpo e com a estética de maneira mais geral que os diferem das gerações anteriores. “Tirar leite é trabalho de velho”, segundo um rapaz que não gosta desta atividade. Novamente emergem as classificações dos papéis sociais atribuídos pela divisão familiar do trabalho entre sexo e gerações.

Tabela 11: Tarefas agrícolas que menos gostam por gênero: Rapazes e Moças (%).

Tarefas	Rapazes	Moças	Total
“capinar”	8 (47)	-	8 (29,6)
“aplicar veneno”	4 (23,5)	-	4 (14,8)
“trabalhar na roça”	1 (5,9)	1 (10)	2 (7,4)
“varrer a casa”	-	1 (10)	1 (3,7)
“plantar”	2 (11,8)	2 (20)	4 (14,8)
“colher morango”	1 (5,9)	2 (20)	3 (11,1)
“cozinhar”	-	1 (10)	1 (3,7)
“lavar roupa”	-	2(20)	2(7,4)
“tirar leite”	1 (5,9)	-	1 (3,7)
“não sabe”	-	1 (10)	1(3,7)
Total	17 (100)	10(100)	27 (100)

Fonte: Pesquisa de campo 2003.

Entre as tarefas preteridas pelas moças destacam-se, para 50% delas, as atividades diretamente relacionadas à lida da roça como “plantar”, “colher morango”, ou indistintamente “trabalhar na roça”. Verifica-se que a não identificação das jovens

mulheres com esta atividade está em consonância com suas representações predominantemente negativas do trabalho agrícola. Outras moças indicam um conjunto de tarefas domésticas que realizam quotidianamente e que não gostam de fazer, embora estejam sobre sua responsabilidade como “*lavar roupa*”, “*cozinhar*” ou “*varrer a casa*”. No entanto, predomina uma indisposição maior em relação às tarefas relacionadas à roça (60%) do que à casa (40%).

Quando apliquei o questionário padronizado solicitei aos jovens agricultores que atribuíssem uma nota de 1 a 4 indicando o quanto eles gostavam e se identificavam com o trabalho agrícola que realizam. Obtive, assim, as seguintes freqüências de respostas: para o total dos entrevistados: 14,8 % atribuíram nota 01 ao trabalho agrícola; 33,3% deram nota 02; 40,7% deram nota 03; e 11,1% conferiram a nota máxima 04. Percebe-se que a maioria dos entrevistados, 51,8% dos casos, gostam do trabalho agrícola, uma vez que predomina uma avaliação positiva notas 03 e 04.

Verifica-se, na Tabela12, que há uma correlação entre a nota atribuída ao trabalho agrícola e a disposição de ser agricultor por parte dos jovens entrevistados. Considerando as maiores notas 03 e 04 como avaliações positivas sobre o trabalho na agricultura, percebemos que estas concentram-se principalmente entre os jovens que desejam permanecer na atividade agrícola, visto que 88,8% dos rapazes que declararam querer continuar na agricultura conferiram notas entre 03 e 04 a esta atividade profissional. Contrariamente, entre os rapazes que elaboram projetos profissionais não agrícolas, 62,5% atribuíram as notas mais baixas de 01 a 02. Entre as jovens mulheres predominam avaliações mais negativas sobre o trabalho agrícola, com 70% delas

atribuindo notas 01 e 02 a essa atividade. Essa avaliação mais negativa por parte das moças colabora com o desejo delas em inserirem-se em atividades profissionais não agrícolas.

Tabela 12: Relação entre nota atribuída ao trabalho agrícola e projeto profissional de Rapazes e Moças (%).

Nota	Quer ser agricultor?					
	Rapazes			Moças		Total
	Sim	Não		Sim	Não	
1	-	2 (25)	2 (11,7)	-	2 (20)	2 (20)
2	1 (11,1)	3 (37,5)	4 (23,5)	-	5 (50)	5 (50)
3	5 (55,5)	3 (37,5)	8 (47)	-	3 (30)	3 (30)
4	3 (33,3)	-	3 (17,6)	-	-	
Total	9 (100)	8 (100)	17 (100)	-	10 (100)	10 (100)

Fonte: Pesquisa de Campo 2003.

Percebemos que as moças rejeitam mais intensamente o trabalho agrícola do que os rapazes. Isso se deve não só à penosidade do trabalho, mas também ao fato de que, pela divisão sexual do trabalho, vista no Capítulo 04, sua participação é considerada acessória ao trabalho masculino, expressa pela categoria de “ajuda” com a qual referem-se ao seu envolvimento nesta atividade. Confirma-se, assim, a hipótese inicial da pesquisa de que o trabalho agrícola adquire significados distintos para rapazes e moças, revelando concepções classificatórias que refletem-se na elaboração de seus projetos profissionais. Assim, os jovens que acionam representações positivas sobre o trabalho agrícola (fundadas em disposições incorporadas em sua socialização no processo de trabalho da agricultura familiar), tendem a formular projetos profissionais de permanência na agricultura familiar.

5.3 Avaliação dos Jovens Sobre o Modo de Vida dos Pais

Nos grupos, os jovens agricultores foram incentivados a falar sobre o modo de vida de seus pais. Primeiramente foi solicitado a eles que falassem sobre como seus pais viviam e se eles gostariam de viver da mesma maneira. Esclareço que utilizo a noção “*modo de vida*” com o intuito de enfatizar as condições materiais da existência desses agricultores familiares e seus filhos sem, contudo, desconsiderar que existem aspectos simbólicos relativos a gostos, disposições e visões de mundo que constituem um “*estilo de vida*” peculiar (BOURDIEU, 1984). No entanto, a escolha pelo primeiro termo se deve ao entendimento de que os projetos profissionais dos jovens estejam mais intimamente relacionados com a percepção que eles tem das condições de vida na agricultura familiar. Assim, suas avaliações sobre o modo de vida dos pais retêm as categorias de percepção do mundo social, que, conforme Bourdieu (1984), são produto da incorporação das estruturas objetivas do espaço social. Concentremo-nos nas falas dos jovens que relatam como percebem o modo de vida de seus pais:

- Eu acho que eles são realizados. Eles chegam cansados, não tem muita disposição depois que saem da roça, mas eles não reclamam do trabalho, reclamam de estar cansados. Não reclamam da obrigação de trabalhar na roça, porque a gente tem empregado. Então cada um faz a sua parte, e como todo mundo se une, dá uma recompensa. Eles vêem que tem alguma recompensa, algum resultado, então eles não sofrem tanto em só trabalhar, trabalhar. Eles gostam do trabalho deles, apesar deles se cansarem. (T. Grupo Feminino. 14 anos)

- Eu não queria seguir essa vida porque é uma vida bastante sofrida, exige muito da gente e eu queria trabalhar na cidade, ajudar mais as pessoas. Eu queria seguir uma profissão que eu tivesse mais renda e que eu me realizasse. (C. Grupo Feminino. 14 anos)

- Eu não queria seguir a profissão do meu pai, porque mesmo nunca tendo faltado nada em casa, o serviço dele é muito judiado. (C. Grupo Masculino. 14 anos)

- Eu não gostaria de seguir o emprego do meu pai, primeiro porque eu não gosto muito da agricultura e depois porque é muito judiado. (D. Grupo Masculino. 14 anos)

- Eu não pretendo ser agricultor porque às vezes é muito judiado ter que limpá, às vezes nem dá lucro quando a gente trabalha bastante, dá pouco lucro às vezes. (E. Grupo Masculino. 15 anos)

- Por mim eu não ia mudar nada na roça, mas que nem o meu pai também, só tinha estudo até a terceira série e todo o dia ele tinha que sair quatro da manhã para ir à roça, porque era muito longe. Daí eu ia ajudar, que nem agora, eu vou continuar na roça, mas depois eu vou ver qual o melhor emprego que eu posso arranjar. (M. Grupo Masculino. 15 anos)

As representações dos jovens sobre o modo de vida dos pais enfatizam um cotidiano marcado pelo trabalho árduo. Como fica explícito em suas falas, essa penosidade do trabalho, acompanhada de baixo retorno financeiro, está na matriz dos projetos profissionais não agrícolas. Essa apreciação crítica se reflete nos seus desejos de não permanecerem na mesma profissão dos pais, isto é, não reproduzirem o modo de vida dos pais, que é visto como uma necessidade e não uma escolha, como podemos observar na última declaração. Para os jovens, ficam no trabalho agrícola aqueles que não tiveram estudos para conseguir inserir-se em profissões melhores, que para eles significa trabalho menos árduo e melhor remunerado. Entretanto, no caso das jovens mulheres um aspecto não pode ser negligenciado: a agricultura não se apresenta como um meio de realização profissional como fica implícito no termino da segunda fala. Essa é uma opinião recorrente entre as moças. Perguntadas sobre se a agricultura poderia trazer realização profissional a ampla maioria afirmou que não.

- Acho que profissional não, porque tem muita gente que não vê a agricultura como uma profissão. E não tem muita gente que vai para agricultura porque quer ser agricultor porque geralmente são dependentes da família ou pessoas que eram obrigadas a ficar na agricultura pelos pais que trabalhavam, mas geralmente a gente vê pessoas indo para cidade, não para agricultura, porque eles trabalham fora da agricultura. Por isso profissional eu não sei, só se conseguir crescer bastante, se conseguir ter mão-de-obra e matéria-prima abundante para conseguir ser alguém superior. Daí eles vêm esses fazendeiros, essas coisas, isso eles vêm como uma profissão, com inveja. Economicamente eu acho que pode dar, porque se o trabalho for feito certo, cuidado, se for nas medidas, sendo a terra bem tratada, as mudas plantadas e nas colheitas colher certo pode ter uma produção boa e economicamente pode dar, tem as enchentes, tem a chuva, tem o calor, mas cuidando da roça acho que pode dar algum resultado, alguma economia. O agricultor pode crescer na agricultura mesmo sem querer sair da agricultura para crescer. (T. Grupo Feminino. 14 anos)

Percebe-se em sua reflexão uma distinção entre realização profissional e realização econômica. As dificuldades para obter realização profissional na agricultura estariam no não reconhecimento social dessa atividade como profissão. Desta forma, a agricultura não é uma profissão que se escolhe, mas para a qual se é empurrado pelas condições. Quem é agricultor o é porque já é filho de agricultor. Ela relativiza sua posição de impossibilidade de realização profissional através da viabilidade de crescimento econômico da exploração agrícola, mas para que isso ocorra percebe ser necessária *“mão-de-obra e matérias-primas abundantes”* - o que não é o caso dos agricultores familiares, se pensarmos que entre a matéria-prima necessária estão incluídos não só os insumos mas também a terra. Assim, a realização profissional na agricultura seria alcançada apenas por *“fazendeiros”*, categoria que aparece em sua fala como sendo distinta e superior à categoria de agricultor familiar. Ser *“fazendeiro”* é ter

uma profissão valorizada, “*invejada*” pelos demais. Fora isso, pode-se ter sucesso econômico sendo agricultor sem, no entanto, implicar em reconhecimento profissional.

Para verificar como os jovens entrevistados avaliavam o modo de vida de seus pais, pedi a eles que atribuíssem nota de 1 a 4, demonstrando assim sua identificação com as condições de vida destes. Para o total da amostra obtivemos a seguinte distribuição de freqüências: 18,5% dos jovens agricultores entrevistados avaliaram com a menor nota (01) o modo de vida levado por seus pais; 52% avaliaram com nota 02 à vida que os pais levam; 18,5% atribuíram nota 03 às condições de vida dos pais; e apenas 11% atribuíram a maior nota (04) como avaliação do modo de vida dos pais. Percebe-se que predominam avaliações negativas quanto ao modo de vida levado pelos seus pais na agricultura, uma vez que 70,5% da amostra atribuem as notas mais baixas à vida que seus pais levam. Cruzando estes dados com as informações relativas a seus projetos profissionais obtive a Tabela 13.

Tabela 13: Relação entre nota atribuída ao modo de vida dos pais e projeto profissional de Rapazes e Moças (%)

Nota	Quer ser agricultor ?					
	Rapazes			Moças		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
1	-	3 (37,5)	3 (17,6)	-	2 (20)	2 (20)
2	4(44,5)	4 (50)	8 (47)	-	6 (60)	6 (60)
3	2 (22,2)	1(12,5)	3 (17,6)	-	2 (20)	2 (20)
4	3 (33,3)	-	3 (17,6)	-	-	-
Total	9 (100)	8 (100)	17 (100)	-	10 (100)	10 (100)

Fonte : Pesquisa de campo 2003.

Percebe-se que entre os rapazes que pretendem continuar no trabalho agrícola ocorre um pequeno predomínio com 55,5% de avaliações positivas quanto ao modo de vida levado por seus pais. Porém, quase a metade dos que pretende ficar avaliam com nota 02, o que significa uma visão crítica do modo de vida de seus pais. As mudanças que gostariam de realizar referem-se, na maioria dos casos masculinos, ao processo produtivo da família. Estes rapazes declararam que desejariam introduzir processos de beneficiamento dos produtos na própria unidade familiar, ou adquirir mais máquinas e equipamentos. A relação entre as avaliações do modo de vida dos pais e projeto profissional dos jovens fica mais evidenciado no caso dos jovens que pretendem sair da atividade agrícola. Entre os rapazes, 87,5% dos que avaliam com notas mais baixas (01 e 02) as condições de vida dos pais tem projetos não agrícolas. Prevalece para os rapazes em seu conjunto uma avaliação crítica da vida levada pelos pais, visto que 64,65% deles atribuem notas de 01 a 02 ao modo de vida dos pais, enquanto os que atribuem notas de 03 a 04 constituem 83,3% dos que desejam continuar na agricultura.

Entre as moças predominam, em 80% da amostra, avaliações negativas expressas pelas notas de 01 a 02, quanto ao modo de vida de seus pais. Nenhuma das jovens mulheres entrevistadas atribui a nota máxima às condições de vida levada por seus pais. Perguntado a elas o que deveria mudar no modo de vida dos pais, as moças enfatizam aspectos do relacionamento familiar, *“ser mais carinhosos uns com os outros”* foi a expressão mais utilizada pelas jovens quanto ao que deveria mudar na família. Ou seja, enquanto os rapazes dão uma maior ênfase aos aspectos econômicos e produtivos, percebemos que as moças destacam as relações afetivas no interior da família.

Confirma-se, por fim, a quinta hipótese que orienta a pesquisa, de que haveria uma relação entre os projetos profissionais elaborados pelos jovens agricultores em relação à avaliação que fazem do modo de vida de seus pais, onde as avaliações mais negativas são seguidas da recusa por parte dos filhos em reproduzir esse modo de vida orientando a formulação de projetos profissionais não agrícolas.

Tabela 14: Relação entre projeto de moradia e projeto profissional de Rapazes e Moças (%).

Você pretende morar a onde?	Quer ser agricultor?					
	Rapazes			Moças		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
No Campo	8 (88,9)	4 (50)		9 (90)	9 (90)	
Na Cidade	1(11,1)	4 (50)		1(10)	1(10)	
Total	9 (100)	8	17	10 (100)	10 (100)	

Fonte : Pesquisa de campo 2003

Entretanto, o predomínio de avaliações negativas e de projetos profissionais não agrícolas não significa uma adesão imediata dos jovens aos processos migratórios do campo para cidade. Como pode ser visto na Tabela 14, os jovens de nossa amostra conciliam projetos profissionais não agrícolas com o desejo de permanecer residindo no campo. Entre os rapazes que afirmaram não querer continuar na profissão de seus pais, ou seja, não querem ser agricultores, 50% pretende continuar morando no campo. Esse índice é ainda maior entre as moças, que se por um lado buscam romper com a condição de agricultoras, em 90% dos casos pretendem continuar residindo no campo, como os seus pais. Ou seja, entre os jovens de nossa pesquisa confirma-se a tendência de ampliação da população rural não agrícola apontada por outros pesquisadores.

Os jovens justificam esta opção de moradia por motivos diferentes. Entre 12 rapazes que preferem o campo como local de moradia 75% justifica pelo fato de que *“no campo é mais tranquilo e seguro.”*, outros 16% dizem que é *“por já estar acostumados”* e 8,3% diz que é por ter *“mais contato com a natureza”*. Entre as nove moças que preferem o campo como moradia 44,5% alegam que é *“para ficar perto dos pais”* e 33,3% afirmam que é *“para ficar perto do trabalho”*. Essas informações assemelham-se às experiências conhecidas a bastante tempo na realidade europeia (CARNEIRO,1998 b) e transformam o “campo” num espaço social cada vez mais complexo, onde convivem simultaneamente a produção agrícola com outras formas de ocupações e processos de socialização. Estas novas dinâmicas produtivas nos espaços rurais contribuem para a formulação de abordagens críticas à visão dualista que opunha o “rural” ao “urbano” como duas realidades distintas, definidas com base em critérios meramente descritivos que associam o “rural” ao agrícola e ao “atrasado”, e o “urbano” ao industrial e ao “moderno”. Neste meio social em transformação, os jovens agricultores aparecem como categoria social sobre a qual incidem estes processos, orientando seus projetos profissionais

Percebe-se que o meio rural aparece como um espaço de realização de projetos profissionais não agrícolas. Presenciamos, assim, principalmente entre as moças, mas também em parcelas significativas dos rapazes, uma reorientação da capacidade produtiva das populações residentes no campo com vistas à construção de projetos profissionais não agrícolas, sem implicar em um processo migratório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação busquei compreender o processo social de construção dos projetos profissionais dos jovens agricultores, segundo sua condição de gênero. Esta questão geral foi abordada a partir das dinâmicas internas das unidades de produção familiar, que perpassam a construção dos projetos profissionais juvenis, como indicadores das disposições dos jovens de permanecerem ou não na atividade agrícola. Para efeitos de análise concentrei-me no exame da incidência de cinco variáveis consideradas independentes: a condição fundiária da unidade produtiva; a renda agrícola obtida pela família; a socialização dos jovens no processo de trabalho da agricultura familiar; as representações dos jovens sobre o trabalho agrícola; e as avaliações sobre modo de vida de seus pais, a fim de identificar a influência desses elementos na elaboração dos projetos profissionais desta juventude.

Através da análise dos dados empíricos pode-se verificar que o acesso à propriedade da terra apresenta-se como um fator indispensável para a constituição de projetos profissionais agrícolas pelos jovens. Os filhos de agricultores familiares que não

são proprietários da terra são levados a buscar inserção no mercado de trabalho não agrícola, visto que somente aqueles que possuem terra dispõem de autonomia sobre o seu processo de trabalho, condição considerada fundamental pelos jovens para que eles tenham realização profissional e econômica como agricultor. Entre os jovens agricultores, cujos pais são proprietários da terra em que trabalham, verificou-se que quanto maior a área do estabelecimento mais freqüentes são as intenções dos rapazes em permanecer no trabalho agrícola.

Refiro-me aos rapazes porque entre as moças não constam projetos de permanência na agricultura. Neste sentido, a condição de proprietários das famílias dos jovens agricultores, isoladamente, não assegura a adesão dos jovens a projetos de permanência na agricultura familiar, principalmente no caso das mulheres. Em resumo, se por um lado, a propriedade da terra não é suficiente para garantir a permanência do jovem na agricultura, por outro, a não propriedade da terra aparece como determinante na formulação de projetos profissionais não agrícolas.

No que diz respeito à relação entre renda agrícola e projetos profissionais, foi possível observar que o desejo de permanência na agricultura é maior nos casos em que as rendas agrícolas são maiores. Quanto ao acesso dos jovens à renda agrícola obtida pela família, constatou-se um tratamento diferenciado entre os filhos e filhas. Enquanto mais da metade da amostra masculina é remunerada financeiramente pelo trabalho que realiza no interior da unidade de produção familiar, entre as moças não encontra-se nenhum caso. Este tratamento diferenciado dos pais para com filhos e filhas aparece como uma estratégia utilizada por eles para despertar no filho o interesse pela

agricultura, assim como mecanismo que visa garantir a utilização de todas as forças plenas da família na produção agrícola.

Ao focalizar a participação dos jovens no processo de trabalho da agricultura familiar, examinei a divisão do trabalho no interior das unidades produtivas como reveladoras de posições ocupadas na hierarquia familiar e o tempo dedicado pelos jovens a diferentes formas de ocupação como indicador da intensidade da utilização desta mão de obra, o que nos remete ao desempenho de papéis sociais desempenhados pelos jovens. Em conjunto estes dois aspectos nos permitiram identificar o grau de envolvimento de rapazes e moças com o trabalho agrícola, possibilitando verificar a relação desta participação com os projetos profissionais em elaboração.

No que diz respeito à divisão do trabalho, identificou-se, para fins de análise, três conjuntos de atividades: o trabalho administrativo, o trabalho agrícola e o trabalho doméstico. Em relação às tarefas relativas à administração da unidade produtiva percebe-se que os filhos ocupam as posições menos valorizadas em termos de responsabilidade, visto que estas encontram-se concentradas na figura do pai de família. Nas tarefas consideradas propriamente agrícolas, verificou-se o predomínio da utilização da mão de obra de toda a família e a importância que assume a mão de obra jovem no volume de trabalho da família, principalmente os rapazes que junto com o pai desempenham a maioria das tarefas agrícolas. A mão de obra das filhas surge principalmente relacionada ao trabalho doméstico realizado sob a orientação das mães ou nas tarefas agrícolas realizadas por toda a família. O trabalho das moças é pouco valorizado e aparece como “ajuda”.

Na análise dos padrões temporais das ocupações de rapazes e moças percebeu-se que entre os rapazes predomina o tempo dedicado ao trabalho agrícola da família seguido da dedicação aos estudos, enquanto que entre as moças prevalece o tempo dedicado aos estudos acompanhado do tempo reservado ao trabalho doméstico. Estes padrões temporais de ocupação reforçam os papéis sociais atribuídos a filhos e filhas no interior das unidades produtivas. Os filhos são preparados, através de uma maior inserção no trabalho agrícola, para serem os sucessores dos pais nesta atividade. As filhas dedicam-se mais aos estudos como meio de inserção no mercado de trabalho não agrícola. Verifica-se assim que há uma correlação entre a socialização no trabalho agrícola e os projetos profissionais de rapazes e moças, visto que o maior envolvimento dos rapazes neste trabalho é acompanhado de índices maiores de projetos de permanência na agricultura.

No que tange às representações dos jovens sobre o trabalho agrícola e o modo de vida dos pais observou-se que as moças avaliam mais negativamente o trabalho agrícola do que os rapazes. Essa visão pessimista pode ser atribuída à penosidade do trabalho considerado impróprio para as mulheres, como também revela uma inconformidade com o fraco reconhecimento de sua participação no trabalho familiar, percebida como acessória ao trabalho masculino e freqüentemente expressa pela categoria de “ajuda”. O trabalho agrícola adquire significados distintos para rapazes e moças, revelando concepções classificatórias que se refletem na elaboração de seus projetos profissionais. Os rapazes acionam representações mais positivas sobre o trabalho agrícola. Como vimos, estas representações encontram-se fundadas em disposições incorporadas em

sua socialização no processo de trabalho da agricultura familiar. Assim, eles tendem a formular com maior frequência projetos profissionais de permanência na agricultura familiar.

As representações dos jovens sobre o modo de vida dos pais enfatizam um cotidiano marcado pelo trabalho árduo e pelo baixo retorno financeiro, o que aparece como justificativa para a elaboração de projetos profissionais não agrícolas. Neste caso, os projetos não agrícolas representam uma negação dos jovens em reproduzir o modo de vida dos pais. Para os jovens entrevistados, o trabalho agrícola aparece como opção para aqueles que não tiveram estudos para conseguir inserir-se em profissões melhores que, segundo suas opiniões, são representadas como um trabalho menos árduo e melhor remunerado. Novamente a escolarização aparece como uma estratégia para ingresso no mercado de trabalho não agrícola. Em conjunto, as avaliações mais negativas são seguidas da recusa por parte dos filhos e filhas em reproduzir esse modo de vida, orientando a formulação de projetos profissionais não agrícolas. Outrossim, embora exista uma recusa em reproduzir o modo de vida dos pais, isso não significa necessariamente o engajamento no processo migratório campo-cidade. As declarações dos jovens indicam a tendência de ampliação das ocupações não agrícolas no meio rural.

Os dados levantados pela pesquisa permitem confirmar a hipótese geral e as hipóteses secundárias que orientaram a realização deste estudo. No entanto, embora já existisse a suposição de que a questão de gênero interviesse de forma decisiva na elaboração dos projetos profissionais dos jovens agricultores esta revelou-se mais importante do que se imaginava inicialmente. As moças tendem a formular projetos de

saída da atividade agrícola com maior frequência que os rapazes por que ao longo do seu processo de socialização lhe é atribuído um papel social subordinado aos homens no interior da unidade produtiva que se reflete na invisibilidade do seu trabalho através da classificação de sua participação como “ajuda” e em suas representações predominantemente negativas do trabalho agrícola e do modo de vida dos pais. Os rapazes, por sua vez, são preparados como herdeiros por meio de um processo onde a disposição em permanecer na atividade agrícola é gradualmente interiorizada pela intensa socialização no processo de trabalho da agricultura familiar e que é exteriorizada nas representações mais positivas sobre o trabalho agrícola. Conclui-se que as relações de gênero são determinantes para adesão a projetos não agrícola entre as jovens mulheres, uma vez que as jovens não estão disposta a reproduzirem as relações de dominação que caracterizam o modo de vida dos pais. Com efeito, a crise da reprodução social na agricultura familiar não se explica apenas por variáveis econômicas, mas é uma crise derivada das relações sociais de gênero e de geração.

A análise empreendida sobre a formulação dos projetos profissionais dos jovens agricultores não pretende ser conclusiva, mas acredito que contribui para desenvolver uma agenda de pesquisa sobre este grupo que colabore para abrir novos enfoques acerca dos processos sociais agrários. Nesse sentido, o estudo que ora se apresenta poderia ser complementado por abordagens que contemplem a articulação entre os aspectos macro e micro sociológicos, tais como: a repercussão das novas oportunidades existentes no mercado de trabalho local e regional; a influência dos espaços de sociabilidade juvenil na formulação dos projetos profissionais dos jovens agricultores;

ou ainda as possibilidades de exercício da cidadania e a forma como os jovens agricultores são percebidos pelos poderes públicos. Contudo, entendo que a contribuição desse estudo consiste na tentativa de dar visibilidade aos jovens agricultores como uma categoria específica caracterizada por uma singular inserção nos processos de produção e reprodução da agricultura familiar. Portanto, qualquer projeto de desenvolvimento da agricultura familiar deverá considerar a importância estratégica dos jovens agricultores para o seu sucesso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Helena W. *Cenas juvenis; punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scrtitta, 1994.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: *A questão agrária hoje*. STÉDILE, João P. (Org.) Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994. p.94 a 104.
- _____. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: Hucitec/ Ed. da Unicamp, 1998.
- _____; et al. *Juventude e agricultura familiar, desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: UNESCO, 1998. 101p.
- _____, e CAMARANO, Ana Amélia. *Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos*. Texto para discussão n.º 621 Rio de Janeiro: IPEA. 1999.
- ANDER-EGG, Ezequiel. *Técnicas de Investigación social*. Viamonte: Lumen, 1988.
- ARIÉS, Philip. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BAENINGER, Rosana. Juventude e movimento migratório no Brasil. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998. p.21- 70.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de Sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- BERGER, Peter. *Perspectivas Sociológicas*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- BOTTOMORE, Tohn B. *Introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

- BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. *Dicionário crítico de Sociologia*. São Paulo: Ática, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____.(org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. Chamboredon, Jean-Claude, Passeron, Jean-Claude. *A profissão de Sociólogo: preliminares epistemológicas*; Tradução Teixeira, Guilherme João de Freitas. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. *Meditações Pascalinas*. Tradução Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRUMER, Anita. *Transformações e estratégias produtivas na produção familiar na agricultura*. Cadernos de Sociologia n.º 6 , *Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS*. Porto Alegre: 1994. p.89-111.
- _____. *Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul*. Trabalho apresentado no XXII Congresso Internacional da Latin American Studies Association (LASA), realizado em Miami, Flórida, de 16 a 18 de março de 2000. 30p.
- _____. ROSAS, Eduardo; WEISHEIMER, Nilson. *Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar*. Trabalho apresentado no XI Congresso Internacional da International Rural Sociological Association (IRSA), realizado no Rio de Janeiro, de 30 de julho a 5 de agosto de 2000. 30p.
- _____. TAVARES DOS SANTOS, José V. *Estudos agrários no Brasil: Modernização, violência e lutas sociais*. In: PINHEIRO , Diego P. (org.) *30 Anos de sociologia Rural en América Latina*. Montevideo: ALASRU (Associação Latino Americana de Sociologia), Julho, 2000.
- BUAINAIN, A.M; ROMEIRO, A.R. E GUANZIROLI, C. *Agricultura familiar e o novo mundo rural*. In: *XL Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, 2002, Passo Fundo. Anais. SOBER, 2002.

- CARDOSO, Ruth C. I.;SAMPAIO, Helena. *Bibliografia sobre juventude*. São Paulo: EdUSP, 1995.
- CARNEIRO, Maria J. *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998 (a)
- _____. O Ideal Rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, Francisco C; SANTOS, Raimundo; COSTA, Flacio de C., (org.) *Mundo Rural e Política; ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1998 (b), p.97 a 117.
- _____.Herança e Gênero entre Agricultores Familiares. In: *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: 2001. p.22 a 55.
- CASTRO, Mary G; ABRAMOVAY, Miriam. Cultura, Identidades e Cidadania: Experiências com adolescentes em situação de risco. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD,1998.
- CHAMPAGNE, Patrick. *Ampliação do espaço social e crise da identidade camponesa*. Tradução do texto 'Elargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne'. Cahier d'Economie et Sociologie Rurales, nº 3, déc.1986. p.73-89.
- CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidade económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- _____. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, J.; STOLCKE, Verena (org's.). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense,1981.
- CEBOTAREV E. A. A Organização do Tempo de atividade Doméstica e Não Doméstica de Mulheres Camponesas na América latina. In: AGUIAR, Neuma (coord.) *Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Análises Qualitativas*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 45 a 78.
- CORCUFF, Philippe. *As Novas Sociologias: construção da realidade social*. Bauru: Edusc, 2001.
- CUVILLIER, Armand. *Sociologia da Cultura*. Porto Alegre, São Paulo: Globo, USP,1975.

- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico e outros textos*. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril S. A., 1978.
- _____. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Edições Paulinas, 1989..
- DURSTON, John. *Juventud rural excluída em America latina Reducindo la invisibilidade*. XXI Congresso Latino Americano de Sociologia. São Paulo:1997.
- EISENSTADT, S.N. *De geração a geração*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- FERNANDES, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1967.
- _____ (Org.). *Lenin*: Coleção Grandes Cientistas Sociais nº.5. São Paulo, 1978.
- FERREIRA, Berta W. *Adolescência*. Teoria e pesquisa Porto Alegre : Sulina, 1978.
- GALESKI, B. *A família Camponesa*. Rio de Janeiro: PPGAS, Museu Nacional, 1979. (mimeo).
- GALLAND, O . (dir.) *L' allongement de lá jeunesse*. Paris: Actes Sud, 1993.p. 19-39(Coll. Changement social en Europe occidentale)
- GARCIA JR. Afranio R. *Terra de Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GEHLEN, Ivaldo. *Estrutura, dinâmica social e concepção sobre terra no meio rural do sul*. In: *Cadernos de Sociologia* nº06. Porto Alegre: UFRGS,1994 (p. 154 a 176).
- GERTH, H.H.; MILLS, C.W. (Org.) *Max Weber: Ensaios de Sociologia*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GRAZIANO DA SILVA, J. ; STOLCKE, Verena (org's.). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense,1981.
- _____. *O novo Rural Brasileiro*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1999.
- GUAZIROLI, Carlos E. (Coord.) *Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico*. Brasília: INCRA/FAO, 1998.
- GUIDDENS, Antony. *A construção da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GUIGOU, Jacques. *Problemas de uma sociologia da juventude rural*. In: BRITTO Sulamita de (org.). *Sociologia da Juventude II*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. (p. 73 a 88).

- GUILLAUME, J.F. *Les mots de lá jeunesse. Réflexions critiques sur lá utilizacion d'un concept en Belgique Francophone*. In: Définir lá jeunesse - D'un bout à l' autre du monde. Paris: L'Harmattan, 1999.
- HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HAMEL, J. *lá jeunesse n'est pas qu'un mot. Pett essai d'épistémologie pratique*. In: *Definir lá jeunesse: D'un a l'autre du munde*. Paris: L'Harmattan, 1999.
- HEREDIA, Beatriz M. A.; GARCIA , Maria F.; GARCIA JR. Afrânio. *O lugar das mulheres em unidades domésticas camponesas*. In: AGUIAR, Neuma (coord.) *Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Análises Qualitativas*. Petrópolis: Vozes, 1984. (p.29 a 44)
- IANNI, Octávio. *Marx: Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1979.
- KAGEAMA, Angela.; BERGAMASCO, Sonia. M. P.P. *A estrutura de produção no campo em 1980*. Revista Perspectivas, v. 12/13 São Paulo: 1989. (p. 55 a 72)
- _____. *Pluriatividade e Ruralidade: aspectos metodológicos*. *Economia Aplicada*, São Paulo, v.2 Jul./set., 1998(p.515 a 551)
- KAUTSKY, Karl. *A questão Agrária*. São Paulo: Proposta, 1980.
- LAMARCHE, Hugues (coord). *A agricultura familiar: comparação internacional - Uma realidade multiforme*. v. 1. Campinas: UNICAMP, 1993.
- _____. (coord). *A agricultura familiar: comparação internacional - Do mito à realidade*. v. 2. Campinas: UNICAMP, 1998
- LÊNIN, Vladimir Illich. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia; o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. 2ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. (Orgs.) *A história dos jovens*. v1 e v.2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LEVINE, Donald N. *Visões da tradição sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

- LISBOA, J. Marques Miranda. *Sistemas de cultivo de morangueiro em Feliz – RS e qualidade do produto na visão de produtores e consumidores*. Porto Alegre: UFRGS, faculdade de Agronomia, 2000.
- MAY, Tim. *Pesquisa social: questões métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MANNHEIM, Karl. *O problema da juventude na sociedade moderna*. In: BRITTO, Sulamita de. (Org.) *Sociologia da Juventude*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968 (p. 69 a 94).
- _____. *O problema sociológico das gerações*. In: FORACHI, Maria H. *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1984.
- MARTINS, José de S. *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MARX, Karl. *Economia Política e Filosofia*. Rio de Janeiro: Melso S.A., 1963.
- _____. *El Capital: Crítica de la Economía Política - Tomo I*, México: Fondo de Cultura Económica, 1973.
- _____. *O capital: Crítica da Economia Política*. v. 3, São Paulo: Difel, 1985.
- MENDRAS, Henry. *As sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MOURA, Margarida M. *Os herdeiros da terra*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- NORONHA, O. M. *De camponesa a Madame: trabalho feminino e relações de saber no meio rural*. São Paulo: Loyola, 1986.
- PORTO, Maria S. Grossi; SIQUEIRA, Deis E. *A Pequena Produção do Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas*. *Cadernos de sociologia* n^o 6, Porto Alegre: PPGS, UFRGS, 1994. p.76 a 88.
- PRADO JR. Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- QUINTANERO, Tania; BARBOSA, MARIA L. O.; OLIVEIRA, Márcia G. de . *Um Toque de Clássicos: Durkheim, Marx e Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1985.
- ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, 2 V.
- ROSENMAYR, Léopold. *A situação sócio-econômica da juventude hoje*. In: *Sociologia da Juventude I*. São Paulo: Zahar, 1968. p.133 a 176.

- ROULLEAU-BERGER, L. *Pour une approche constructiviste de la socialisation des jeunes*. In: *Définir la jeunesse- D'un bout à l'autre du monde*. Paris: L'Harmattan, 1999.
- SALLAS, Ana Luisa Fayte, et al. *Os jovens de Curitiba: desencantos e esperanças, juventude, violência e cidadania*. Brasília: UNESCO, 1999.
- SANCHIS, Enric. *Da escola ao desemprego*. Rio de Janeiro: Agir S.A. Editora, 1997.
- SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz F. C. *Camponês e Política no Pré- 64*. In: *Estudos Sociedade e Agricultura* n.º 8. Rio de Janeiro: PPGDAS, UFRRJ, 1997. p. 83 a 118.
- SCHNEIDER, Sergio. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS 1999.
- _____ . *A Pluriatividade na Agricultura Familiar*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- SCHRADER, Achim. *Métodos de pesquisa social empírica e indicadores sociais*. In: NEVES, Clarisa E. B.; SOBOTTKA, Emil A. (orgs). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- SCHÜTZ, Alfred. *Fenomenologia e Relações Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SHANIN, Teodor. *A definição de camponês, conceituações e desconceituações: O velho e o novo de um dilema marxista*. In: *Estudos CEBRAP* n Nº26, Petrópolis, Ed. Vozes, 1980
- SEYFERTH, G. *Herança e estrutura familiar camponesa*. Boletim do Museu Nacional, Rio de Janeiro, n.52, 1985, p.1-27.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Fundamentos do Materialismo Histórico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- STANEK, Oleg. *As Estratégias Familiares*. In: LAMARCHE, Hugues (coord). *A agricultura familiar: comparação internacional - Do mito à realidade*. V. 2. Campinas: UNICAMP, 1998. p.119 a 145.
- STROPASOLAS, Valmir L. *O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC*. Tese (doutorado em Ciências Humanas) Florianópolis: PPGICH, UFSC, 2002.
- SUSTAITA, Edimundo. *Juventude rural nos países desenvolvido e em vias de desenvolvimento*. In: BRITTO, Sulamita de. (Org.). *Sociologia da Juventude*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 205 a 224.

- TAVARES DOS SANTOS, José V. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- _____. *Crítica da sociologia rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários*. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: ANPOCS/Vértice, 1991. p.13-51.
- _____. *A construção da viagem inversa*. In: *Cadernos de Sociologia N°03*, Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991.
- TEDESCO, João C.. *Terra, Trabalho, Família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: Ed. UPF, 1999.
- _____. (org.) *Agricultura familiar Realidade e Perspectivas*. Passo Fundo: UPF, 1999.
- TEPICHT, Jerzy. *Marxisme et agriculture: Le paysan Polonais*. Paris: Armand Colin, 1973.
- VEIGA, José E. *O desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e Campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. São Paulo: Difel, 1979.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- WANDERLEY, M. N. Baudel. *Raízes históricas do campesinato Brasileiro*. In: TEDESCO, João C. (org.) *Agricultura familiar Realidade e Perspectivas*. Passo Fundo: UPF, 1999. p.23 a 56.
- _____. *Projeto de Pesquisa; Juventude Rural: vida no campo e Projetos para o futuro*. Recife; (mínio) 2003. 44p.
- WEBER, Max: *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, UNB, 1981.
- _____. *Capitalismo e Sociedade Rural na Alemanha*. In: *Ensaios de Sociologia*. (org. GERT, H. e WRIGHT MILLS, C.) Rio de Janeiro: Zahar, 1982. (Parte IV capítulo 14)

- WEISHEIMER, Nilson. *Os jovens agricultores: trabalho e reprodução social na agricultura familiar*. Monografia de Graduação em Ciências Sociais, UFRGS. Porto alegre, junho de 2001.
- _____. *Os jovens agricultores no processo de trabalho da agricultura familiar*. Trabalho apresentado no XVIII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural (ALASRU) Porto Alegre, de 23 a 26 novembro de 002. 28 p.
- WOORTMANN, Klass A. A. W. *Com parente não se negueia*. Série Antropologia N°69. Brasília:UNB, 1989.
- WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste*. São Paulo: HUCITEC UNB, 1995.
- _____.; WOORTMANN, Klass. *O trabalho da Terra*. Brasília: Ed. UNB. 1997.